UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Direito

José Nantala Bádue Freire

**BRICs – Análise Comparativa da Arbitragem Comercial
Internacional Institucional.**

São Paulo
2014

JOSÉ NANTALA BÁDUE FREIRE

**BRICs – Análise Comparativa da Arbitragem Comercial
Internacional Institucional.**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Direito da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em Direito.

Área de concentração: Direito Internacional
Privado, Departamento de Direito
Internacional e Comparado.

Orientador: Professor Titular Paulo Borba
Casella

São Paulo

2014

Autorizo a publicação deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Documentação da Faculdade de Direito
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

José Nantala Badue Freire

BRICs – Análise Comparativa da Arbitragem Comercial Internacional
Institucional.

BANCA EXAMINADORA

São Paulo
2014

DEDICATÓRIA

Dedico aos meus pais, Jozefran e Nádia, pelos longos papos que tivemos e, mesmo sem saberem nada sobre *arbitragem internacional*, contribuíram demais com seus grandes conhecimentos acadêmicos... E principalmente, com o carinho que só eles têm!

Aos meus eternamente amados Tio Jorge e Tia Alice. Um dia ainda espero dar a eles o orgulho que merecem. Obrigado por me darem forças daí de cima.

Por fim, dedico à minha amada Marina, pela paciência em aguentar minha impaciência, ansiedade, ganho de peso e etc. Só o amor é capaz disto.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela vida e pelas boas companhias que me acompanham nesta jornada.

Agradeço também à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, pela acolhida de seus funcionários e professores a um rapaz do interior, meio avoado, mas que aprendeu a amar esta academia. Um especial cumprimento aos Professores Wagner Menezes e Fountoura Costa, pela sinceridade acadêmica e a valiosa contribuição de ambos para o desenvolvimento deste trabalho, desde o exame de qualificação.

Não poderia deixar de render todas as homenagens, neste momento, ao meu orientador Paulo Borba Casella, generoso no conhecimento e no sorriso. Sem dúvidas, um dos grandes exemplos de que o termo *Mestre* ainda se aplica.

Agradeço ao Comitê Brasileiro de Arbitragem - CBAr, na pessoa de sua ex-presidente e egressa dessa casa, Adriana Braghetta, por sempre me auxiliarem na pesquisa bibliográfica, nos tantos momentos de tensão vividos no decorrer deste trabalho.

Agradeço à minha chefe e amiga, Dra. Ana Luísa Porto Borges, bem como a todos os meus companheiros de Peixoto & Cury, por *segurarem a bronca* quando precisei sair para cumprir com minhas obrigações acadêmicas.

“Na Natureza toda, em geral, nada mais é propriamente do que um nexo de fenômenos segundo regras e em parte alguma ocorre ausência de regra. Quando pensamos tê-la encontrado, só podemos dizer que as regras nesse caso nos são desconhecidas.” (KANT, 2002, p. 25).

RESUMO

FREIRE, José Nantala Bádue. *BRICs – Análise Comparativa da Arbitragem Comercial Internacional Institucional*. 2014. 88f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo – São Paulo, 2014.

O presente trabalho tem como objetivo estudar o tratamento dado à arbitragem comercial institucional internacional pelas leis de Brasil, Rússia, Índia e China. A aproximação entre estes países, deflagrada principalmente após a criação do grupo BRIC, culminou num aumento considerável das suas relações comerciais. O aumento das relações pressupõe, também, um aumento na possibilidade da ocorrência de conflitos. Pela arbitragem ser, reconhecidamente, o meio de solução de controvérsias mais adequado e mais utilizado em litígios internacionais, a informação sobre como este instituto é regulado pelos sistemas jurídicos dos BRICs pode ser útil àqueles que tenham interesse em atuar nos mercados destes países. Utilizando-se dos postulados do Direito Comparado, o presente trabalho compara o padrão internacional de regulação da arbitragem comercial, consubstanciado nos textos da Lei Modelo da UNCITRAL e na Convenção de Nova Iorque de 1958, com as leis de arbitragem instituídas em cada um dos BRICs, para verificar eventuais similaridades e diferenças relevantes. A metodologia é a pesquisa comparada, em que se comparam as leis, doutrinas e decisões judiciais relevantes sobre o tema, em cada um dos sistemas jurídicos estudados. Os resultados apontam para o fato de que o padrão internacional é, em linhas gerais, seguido por todos os BRICs, embora os sistemas chinês e russo sejam menos liberais, no que diz respeito à influência estatal na efetividade da arbitragem comercial internacional. Por fim, sugere-se uma maior aproximação entre os sistemas jurídicos destes quatro países, mas que os próprios também fomentem, nos foros multilaterais, que a comunidade internacional discuta mais o tema e promova, se necessário, eventuais reformas ao padrão adotado atualmente, para que sua aceitação e implementação sejam amplas entre as nações.

Palavras-chave: Direito. BRIC. BRICs. BRICS. Arbitragem. Comercial. Internacional. Brasil. Rússia. Índia. China.

ABSTRACT

FREIRE, José Nantala Bádue. *BRICs – Comparative Analysis of International Commercial Institutional Arbitration*. 2014. 88f. Dissertation (Masters degree) – Law School, University of São Paulo – São Paulo, 2014.

This work studies the treatment given by Brazilian, Russian, Indian and Chinese laws to international commercial arbitration. Mainly triggered after the creation of the BRICs, these countries proximity ended up by significantly increasing their commercial relations. This increase in commercial relations also implies an increase in the possibility of conflicts. Because arbitration is recognized as the most suitable and used means of conflict resolution in international litigations, the information on how it is regulated by the BRICs legal systems may be useful to those interested in operating in these countries markets. By using the fundamental principles of comparative jurisprudence, this work compares the international standard of regulation of commercial arbitration, set forth in UNICITRAL Model Law and in the 1958 New York Convention, to arbitration laws established in each country composing the BRICs, aiming at identifying any relevant similarities and differences. The methodology used is compared research, in which laws, relevant precedents and jurisprudence are compared within the legal systems studied in this work. The results show that the international standard is, at least in general, followed by all BRICs, although Chinese and Russian systems are less liberal, concerning public influence on the effectiveness of international commercial arbitration. Finally, it is presented a suggestion to enclose the regulation of international commercial arbitration among those four countries, but also indicating that this movement shall be made within the multilateral system, promoting the discussion with the international community, in order to review, if necessary, the legal standard in force, aiming its major acceptance and implementation by other nations worldwide.

Keywords: Law. BRIC. BRICs. Arbitration. Commercial. International. Brazil. Rússia. Índia. China.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – BRASIL, RÚSSIA, ÍNDIA E CHINA – O GRUPO BRIC E A CONSTANTE APROXIMAÇÃO ENTRE SEUS MEMBROS.	15
1.1 Breve histórico.....	15
1.2 O Acrônimo BRIC.....	18
1.3 BRICs como iniciativa.....	22
1.4 O Grupo BRICs.....	25
1.5 BRIC e as relações comerciais entre seus membros.....	27
CAPÍTULO II – ARBITRAGEM COMERCIAL INTERNACIONAL INSTITUCIONAL NOS BRICs.	29
2.1 Arbitragem e inserção internaonal nos BRICS.....	29
2.2 Direito Comparado.....	34
2.3 O <i>Padrão Internacional</i> da Arbitragem Comercial Internacional.....	36
2.4 Comparação dos sistemas referentes à arbitragem comercial internacional institucional nos BRICs.....	38
2.4.1 Arbitrabilidade.....	39
2.4.2 Formas admitidas da convenção de arbitragem e seus efeitos.....	43
2.4.3 Escolha ou definição do direito aplicável.....	46
2.4.4 Jurisdição e definição dos árbitros.....	48
2.4.4.1 Os Árbitros.....	48
2.4.4.2 As Instituições.....	51
2.4.4.3 Jurisdição.....	52
2.4.5 Procedimento arbitral.....	53
2.4.6 Decisão arbitral.....	58
2.4.7 Execução de sentenças arbitrais estrangeiras.....	62
2.4.8 Particularidades referentes às arbitragens comerciais institucionais.....	68
CONCLUSÃO.....	71
REFERÊNCIAS.....	74
ANEXO A.....	82

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende analisar, sob a luz do direito comparado, o tratamento dado pelos ordenamentos jurídicos de Brasil, Rússia, Índia e China à arbitragem comercial institucional internacional. A motivação deste estudo reside na aproximação constante havida entre estes quatro países desde a criação do grupo BRIC, adotando-se como termo inicial a data da primeira reunião de ministros, ocorrida em 2006, em encontro paralelo à Assembléia Geral das Nações Unidas.

De lá para cá, ainda que o escopo principal do grupo não seja a aproximação comercial entre os integrantes do grupo, os números do fluxo comercial entre estas nações cresceu de forma surpreendente, o que diagnostica um aprofundamento nas relações entre os particulares destes países.

Em virtude desta aproximação, que resultou em um maior número de contratações havidas entre partes provenientes dos BRICs, torna-se relevante o estudo de como cada um destes países regula a arbitragem comercial internacional em seu ordenamento jurídico, e quais os níveis de compatibilização de cada um com o padrão internacional, estabelecido pela Lei Modelo da *United Nations Commission on International Trade Law* (UNCITRAL) e pela *Convenção das Nações Unidas sobre Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras* (Convenção de Nova Iorque de 1958), afinal, todos são Estados-Membros da Convenção e foram, no mínimo, inspirados pelo texto da Lei Modelo quando da elaboração de suas leis referentes à arbitragem.

Diante disto, pergunta-se: se todos os BRICs detêm em seus ordenamentos jurídicos internos, leis de arbitragem inspiradas pela Lei Modelo da UNCITRAL, e; se todos os BRICs são partes da Convenção de Nova Iorque de 1958, pode-se dizer que a interpretação, aplicação e segurança jurídica deste instituto em todos os quatro países são equivalentes?

Além da comparação das leis que regulam a arbitragem comercial internacional institucional dos BRICs com o que é apresentado como padrão internacional, o presente estudo também procede algumas comparações entre os sistemas destes países, justamente para que se verifique qual o nível de *unificação* (ou *uniformização*) do tratamento jurídico dado à instituição entre os membros do grupo.

Pretende-se, portanto, realizar o que se denomina, em direito comparado, por *microcomparação* entre os sistemas jurídicos dos BRICs, visto que não serão estudados seus sistemas como um todo, que refletiria no que se denomina por *macrocomparação*.

O estudo se divide em dois capítulos. O Capítulo I apresenta a aproximação entre os BRICs desde a criação do grupo até os dias atuais. O Capítulo II, por sua vez, analisa comparativamente as leis destes quatro países entre si, bem como de cada uma destas, face o padrão internacional, para que se sejam diagnosticadas as diferenças e similaridades entre todos estes sistemas, no que concerne ao objeto do presente trabalho, e assim se possa verificar, na conclusão, o nível de compatibilidade de cada um com o chamado *padrão internacional*, bem como o quanto estão próximos os BRICs entre si, na regulação da arbitragem comercial institucional internacional.

O tema arbitragem internacional é bastante amplo. Nele estão incluídos subtemas como a arbitragem comercial internacional, arbitragem em investimento estrangeiro, arbitragem internacional de direito público, e etc. Diante disto, para que seja dado um enfoque mais específico ao trabalho, afunilou-se seu escopo à análise das regulamentações internas dos BRICs, sob a luz do chamado *padrão internacional*, do que se denomina por arbitragem comercial institucional internacional.

Arbitragem institucional é aquela administrada por câmaras, comissões e centros¹ de arbitragem, dotadas normalmente de regulamentos e regimentos internos que dão suporte aos litigantes e oferecem maior garantia quanto ao cumprimento das exigências legais a ele impostas, como são os casos do devido processo legal, da imparcialidade do árbitro, etc. Esta estrutura provida pelas câmaras de arbitragem, normalmente, facilitam a administração do processo pelos árbitros, bem como a própria execução das decisões arbitrais proferidas.

As arbitragens proferidas sem esse suporte institucional são denominadas *ad hoc*. Nesta modalidade, por não haver um regimento interno ou um regulamento prévio estabelecido pelas partes como o aplicável à administração do processo, todas as etapas deverão ser definidas pelas partes e pelo árbitro, prestigiando-se sempre as exigências legais e os princípios norteadores do instituto. Este trabalho, entretanto, terá como objeto apenas as arbitragens comerciais internacionais institucionais, excluindo-se as *ad hoc* de seu escopo.

Como é cediço, o estudo de leis integrantes aos sistemas jurídicos de países com tamanha divergência cultural, distância geográfica, variação lingüística e tantas outras assimetrias existentes entre Brasil, Rússia, Índia e China acaba limitando o acesso à informação destes países, submetendo o pesquisador a traduções que, nem sempre, podem refletir de forma fiel o texto original.

¹ Todas estas expressões representam o mesmo tipo de atividade.

Além disso, deve ser esclarecido que o presente estudo não abordará eventuais leis específicas de territórios ou regiões que integrem os países em análise, mas estejam sujeitas, por questões de ordem política, a sistemas jurídicos diversos do “principal”, como são os casos de Hong Kong e Taiwan, na China.

Por força disto, a colheita de dados para o presente estudo se baseou em material disponível na rede mundial de computadores, através de *websites* confiáveis, e vinculados a organizações internacionais, governos e instituições reconhecidas pela qualidade de seus estudos e materiais disponibilizados, justamente para que sejam minoradas as incertezas quanto a credibilidade dos elementos obtidos.

Há de se constatar também a ausência, na doutrina, de estudos jurídicos voltados à análise comparativa dos BRICs, sujeitando-se o pesquisador ao garimpo de informações isoladas de cada um para o desenvolvimento da pesquisa. Desde a criação do grupo, os únicos estudos jurídicos relevantes sobre os BRICs foram os realizados por Paulo Borba Casella (2011 e 2012), sendo que sua obra *BRIC – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul*, foi traduzida também para o francês, o que certamente deu maior visibilidade e acessibilidade ao tema aos povos não lusófonos.

Num trabalho de direito comparado, cabe ao pesquisador o esforço de não apenas comparar dispositivos de lei e suas redações. Um trabalho de direito comparado deve apreciar, também o que a doutrina e a jurisprudência dos sistemas analisados refletem sob o tema em enfoque, para que se possa diagnosticar, com maior precisão, as suas divergências e convergências. No entanto, os estudos jurídicos referentes aos sistemas em análise produzidos em português, inglês, francês, espanhol ou italiano também não são muito variados, o que limita o alcance da comparação realizada.

Quanto à jurisprudência, principalmente no que diz respeito aos casos de Rússia e China, só foi possível o acesso aos comentários de algumas decisões proferidas pelas cortes destes países com relação ao tema em estudo. Certamente, isto pode trazer alguma inconsistência ao trabalho, em virtude de não se ter acesso aos seus textos originais, por força de barreiras linguísticas.

Em contrapartida, pelo tema *arbitragem comercial internacional* ser bastante debatido no mundo todo, e pela existência de diversas convenções internacionais a ele relacionadas, existem muitos trabalhos publicados que estudam detalhadamente o instituto e suas diferentes nuances.

A metodologia utilizada na presente dissertação é a pesquisa comparada entre os sistemas jurídicos de Brasil, Rússia, Índia e China, no que se refere ao tratamento dado por

estes à *arbitragem comercial institucional internacional*, bem como a adequação de cada um destes ao padrão estabelecido internacionalmente, para que se diagnostiquem suas convergências e divergências, evidenciando-se o grau de *unificação* da regulamentação do instituto nestes ambientes.

Os objetivos específicos que guiam a realização deste estudo são, primeiramente, diagnosticar quais temas seriam relevantes para a comparação entre os sistemas estudados, por meio de pesquisas feitas em guias de arbitragem internacional diversos, para que fossem compreendidas as necessidades do mercado neste sentido.

Como se pode verificar em cada um dos subitens do Capítulo II, procura-se estabelecer o que é definido no padrão internacional com relação àquele tema. Feito isto, procede-se à comparação de cada um dos sistemas estudados com o padrão internacional para, posteriormente (e em alguns momentos concomitantemente) apresentar as comparações inerentes às convergências e divergências entre os sistemas estudados.

Ao final, apresenta-se a conclusão ao trabalho, em que se pretende demonstrar como cada um dos BRICs se relaciona com o padrão internacional estabelecido e quais os pontos em que estes parecem estar mais próximos ou mais distantes entre si.

Feitas estas considerações, passa-se ao texto do trabalho.

CAPÍTULO I – BRASIL, RÚSSIA, ÍNDIA E CHINA – O GRUPO BRIC E A CONSTANTE APROXIMAÇÃO ENTRE SEUS MEMBROS.

1.1 Breve Histórico

O direito é uma construção humana. Seus fins e seus princípios são humanos², bem como suas limitações³. O ato de construir o direito, movimento que nunca cessa, deve ter por base as necessidades de um ser que, por sua natureza política⁴, não prescinde da sociedade, ainda que tente, por vezes, renegá-la⁵. E justamente por não prescindir da sociedade que constitui, o homem constrói o direito todos os dias, com o fim de estabelecer ordem na necessária convivência entre seus pares⁶.

Não há como se afastar do direito esta dimensão humana. Embora o homem possa criar ficções úteis que parecem *viver* por si próprias (como as *peças jurídicas*, por exemplo), não se pode esquecer que o direito deve objetivar sempre a preservação da vida humana, ou seja, dos indivíduos e da sociedade que constituem.

No campo do direito internacional, esta preocupação deve ser também preponderante⁷, afinal, através dele se estabelecem normas de alcance internacional para a proteção da vida humana, com o fim de obrigar a governos, governantes e indivíduos a respeitá-la, em nome da

² Conforme ensina Confúcio (571 a 479 a.C.) na obra *Os Analectos* : “A prática da humanidade resume-se a isto: domar o eu e restaurar os ritos. Doma o eu e restaura os ritos por apenas um dia, e o mundo inteiro irá juntar-se à tua humanidade. A prática da humanidade tem origem no eu e não em outra pessoa”. Segundo o tradutor da obra, Simon Leys, o conceito de *ritos* nos ensinamentos de Confúcio seria próximo ao que temos definido por *civilidade*. Em outro de seus ensinamentos, nesta mesma obra, diz o pensador: “Aquilo que não desejas para ti mesmo, não imponhas aos outros”. (CONFUCIO, 2005 p. 62).

³ If I were asked, then, to discern one central indisputable principle of what may be called substantive natural law – Natural Law with capital letters – I would find in the injunction: Open up, maintain and preserve the integrity of the channels of communication by which men convey to one another what they perceive, feel and desire. (FULLER, L. L., 1969, p. 186).

⁴ Diagnosticada desde Aristóteles, em *A Política* (Ano n/d, p. 14).

⁵ Os movimentos que tiveram como mote a divisão (e a consequente desumanização) do gênero humano em classes, castas, raças, ideologias e outras ficções congêneres, quando levados às últimas consequências, culminaram em grandes catástrofes, como ensina Hannah Arendt em *Eichman em Jerusalém* (1963) e *As Origens do Totalitarismo* (1949).

⁶ Conforme já ensinou Reale (1999, p. 2) em *Lições Preliminares de Direito*: “Podemos, pois, dizer, sem maiores indagações, que o direito corresponde à exigência essencial indeclinável de uma convivência ordenada, pois nenhuma sociedade poderia subsistir sem um mínimo de ordem, de direção e solidariedade.[...] O Direito é, por conseguinte, um fato ou fenômeno social: não existe senão na sociedade e não pode ser concebido fora dela”.

⁷ Como defendido por Onuma Yasuaki (2007, p. 93) no curso que ministrou na academia da Haia: “I firmly believe in the power and value of international law. International law is important in that it constitutes an integral part of the world: the overall system of sovereign States and other crucial ideas and institutions of the global human society that makes the life of human species possible. It contributes to the restraint of the arbitrary power of sovereign States. It contributes to realizing common values in global society such as international peace, human rights, protection of the global environment, etc.”.

manutenção de uma sociedade global, pautada pela universalidade do gênero humano⁸ e de sua coletividade.

Todavia, desde o período de formação dos Estados nacionais europeus, iniciado no século XVII, até o fim da Segunda Guerra Mundial, esta noção de universalidade e de manutenção da sociedade global⁹, deu lugar a um discurso de fragmentação, pautado pelas disputas territoriais e a consolidação dos Estados, principalmente a partir do século XIX, mas cujas raízes remontam às grandes influências de autores clássicos do século anterior, como Vattel e Martens¹⁰, e que alguns doutrinadores estendem até Hobbes¹¹.

Ao mesmo tempo em que o sentimento nacional¹² dos membros de cada Estado florescia na Europa, também se engendrava um modelo europeu de se observar o mundo, que transitava desde a política até as manifestações artísticas, como bem observam Said (1978)¹³ e Burke (2010)¹⁴, principalmente a partir do século XIX.

Essa perspectiva ocidentalizada de mundo, exportada também para as colônias e ex-colônias européias nas Américas, na África e na Ásia ensejou a retórica de dominação¹⁵ que se estende até os dias atuais e foi muito bem incorporada, remodelada e aproveitada pelos EUA a partir de sua emergência como potência mundial, como se pôde testemunhar nas doutrinas Monroe e Truman.

Essa visão mais fragmentada de mundo fazia do direito internacional nada mais do que um instrumento das relações de poder, frágil às soberanias de cada Estado e sem qualquer

⁸ “O sentido de universalidade do gênero humano, que formulam os juristas romanos, e que acompanha o conceito de *jus gentium*, ao lado dos séculos de sua evolução medieval e moderna, se mantém intocado – com Francisco de VITORIA, Francisco SUAREZ, Alberico GENTILI, Hugo GRÓCIO – ao menos na primeira fase desta (1494-1648), depois se estiola ante o recrudescimento do estado como centro do sistema, que pauta a segunda fase da modernidade (1648-1789) e se mantém como a tônica do direito internacional clássico, de VATTEL até a primeira metade do século XX” (CASELLA, 2012, p. 7).

⁹ Que resistia nas vozes de filósofos como o Abade de Saint Pierre (1713), Jean-Jacques Rousseau (1756) e Immanuel Kant (1795) em seus projetos de paz perpétua, bem como em Christian Wolff (1749) com sua célebre definição de *civitas maxima*.

¹⁰ Cf CASELLA op. cit. (2012).

¹¹ Como é o caso de Neff (2003) em sua obra *A Short History of International Law*.

¹² Movimento que, ao mesmo tempo, influenciou e foi influenciado pelo trabalho de Pasquale Stanislao Mancini (1851), em sua obra *Delle Nazionalità Come Fondamento del Diritto delle Genti*.

¹³ “Mesmo os escritores mais imaginativos de uma era, homens como Flaubert, Nerval e Scott, sofreram restrições no que podiam experimentar ou dizer sobre o Oriente. Pois o Orientalismo constituía em última análise uma visão política da realidade, cuja estrutura promovia a diferença entre o familiar (a Europa, o Ocidente, ‘nós’) e o estranho (o Oriente, o Leste, ‘eles’). Em certo sentido, essa visão criava e depois servia os dois mundos assim concebidos. Os orientais viviam em seu mundo, ‘nós’ vivíamos no nosso” (SAID, 2007, p. 78).

¹⁴ BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna* (2010).

¹⁵ Na lição valiosa de Mario Losano (2012, p. 5), “La distinzione tra debole e forte ricorda la distinzione tra lingua e dialetto proposta da Chomski: la lingua è un dialetto assistito da un esercito. Analogamente, è forte il diritto assistito da un esercito. Queste e altre distinzioni sono didatticamente utili per approssimarsi al problema, ma si rivelano poi difficilmente applicabili ai casi concreti, che presentano sempre caratteri di forte individualità, per non dire di unicità”.

poder *cogente*, ao menos no que diz respeito às obrigações assumidas pelas nações mais poderosas.

Contudo, este modelo vem perdendo força desde o fim da Guerra Fria, diante dos desafios da pós-modernidade¹⁶, baseada num mundo multipolarizado que não se coaduna com algumas noções da famigerada *Realpolitik*¹⁷ e necessita de novos rumos para evitar os mesmos erros do passado¹⁸ e, ainda mais importante, se adequar às atuais necessidades de uma sociedade cosmopolita, como ensina Habermas (2011)¹⁹.

Mesmo no plano econômico, a pós-modernidade exige, definitivamente, que se abandone a ordem de que as decisões de abrangência global sejam tomadas apenas por um grupo de sete ou oito países, praxe vigente no pós-guerra e que vem sendo desafiada de forma mais consistente pela comunidade internacional desde 1997/1998, quando a crise asiática causou grandes danos à economia mundial e ensejou a criação do G-20²⁰, em 1999.

¹⁶ Conforme bem descreve Casella (2011, p.25), “A questão da relação entre direito internacional e direito interno não pode ser vista somente como dado técnico, mas reflete e inscreve o modelo de inserção internacional do estado, como todo, e especificamente de sua ordem jurídica, em relação ao modelo institucional e normativo mundial, em mutação estrutural irreversível. Estamos na passagem do direito internacional clássico, que se pautava pela mútua abstenção e pelo estrito caráter interestatal das relações internacionais, que não mais existe; enquanto o direito internacional, consentâneo com as necessidades do contexto pós-moderno, todavia não se consolidou. Assim, estamos em fase de ‘transição’, de ‘humildade’ ou de ‘crise da pós-modernidade’, como se prefira chamar, para designar o fenômeno da transição estrutural em curso para o direito internacional do mundo”.

¹⁷ Como bem adverte Casella (2011, p. 121) “Os progressos alcançados no curso dos últimos cem anos – quando se celebra o centenário da Segunda Conferência de Paz, da Haia, com a participação do Brasil, em 1907 – podem ser o melhor estímulo para dar continuidade à tarefa de regular juridicamente a força bruta, a *Realpolitik*, os analistas internacionais que somente acreditam nos interesses do mercado e no poder de tomada de decisões (o malfadado decision making power) como único critério de determinação e regulação da realidade. É preciso acreditar no espaço e no papel do **direito internacional como condição de sobrevivência da humanidade**. (Grifos do próprio autor)”.

¹⁸ Sugestão interessante neste sentido pode ser lida em Huntington (1996, p. 554): “Pelo menos num nível básico de moralidade delgada há alguns aspectos em comum entre a Ásia e o Ocidente. Além disso, como muitos assinalaram, qualquer que fosse o grau em que dividiam a humanidade, as principais religiões do mundo – Cristianismo Ocidental, Ortodoxia, Hinduísmo, Budismo, Islamismo, Confucionismo, Taoísmo e Judaísmo – também compartilhavam de valores-chaves comuns. Se os seres humanos irão algum dia desenvolver uma civilização universal, ela surgirá gradualmente através da exploração e da expansão desses aspectos em comum”.

¹⁹ Habermas, em recente estudo sobre a Europa pós-crise de 2008, diagnostica a necessidade de se formular um modelo global de governança que compreenda não apenas Estados como partes, mas também os próprios indivíduos. Ao comparar o modelo *supranacional* da União Europeia com o que se vislumbra para a sociedade global, ensina o professor da Escola de Frankfurt, que “uma vinculação cosmopolita entre cidadãos do mundo – como a comunidade de Estados internacional já existente – admitiria apenas uma perspectiva interna. Esta mudança de perspectiva de um direito das gentes clássico para uma constituição política da sociedade mundial não é mais pura construção do pensamento. A própria realidade social impõe essa mudança de perspectiva à consciência contemporânea. Na medida em que sistemas funcionais da sociedade mundial avançam pelas fronteiras nacionais, surgem custos externos de uma ordem externa ainda desconhecida – e, com isso, uma necessidade de regulamentação que ultrapassa as capacidades existentes de ação política”. (HABERMAS, 2012, p. 91).

²⁰ Como resta informado no *website* do G-20 (www.g20.org), a razão para a sua criação seria, justamente, evitar a ocorrência de novas crises financeiras mundiais, através de reuniões anuais entre os líderes, ministros e presidentes dos bancos centrais de 20 economias de destaque no mundo: “The G20 was formally established in September 1999 when finance ministers and central bank governors of seven major industrial countries (Canada, France, Germany, Italy, Japan, the United Kingdom and the United States) met in Washington, D.C. in the

Ademais, as dificuldades de negociação no foro multilateral, evidenciadas no declarado emperramento da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), bem como no próprio enfraquecimento da ONU através de iniciativas militares unilaterais de alguns de seus membros, acabaram por criar condições favoráveis para o maior desenvolvimento de parcerias regionais, muitas delas no modelo denominado “Sul-Sul”, em que os interesses hegemônicos, ao menos num primeiro momento, são muito menos importantes do que nas parcerias conhecidas por “Norte-Sul”.

É neste cenário global de revisão dos modelos de gestão que experiências como os BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – podem ter um papel relevante e salutar, caso sejam bem desenvolvidas e objetivem, justamente, contrapor o modelo anterior, hegemônico e restrito, com um outro mais plural, baseado na cooperação, no direito e na abertura, com vistas também ao aperfeiçoamento da sociedade global²¹.

Para entender melhor o fenômeno BRICS, o que este representa no mundo atual e o papel que pode exercer na construção de um novo modelo de governança internacional, é imperioso que se entenda como o grupo se formou, bem como o estágio em que se encontra atualmente.

1.1. O Acrônimo BRIC:

Idealizado em 2001 pelo economista Jim O’Neil²², ex-integrante do grupo *Goldman Sachs*, o acrônimo BRIC ganhou fama internacional por diagnosticar que as decisões estratégicas referentes à economia global deveriam ser tomadas por grupos maiores do que o G-7 (Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Alemanha, França, Itália e Japão), visto que o próprio havia se mostrado incapaz de evitar a instabilidade que caracterizou a década de 1990.

Segundo O’Neil, caso houvesse um foro mais aberto para as discussões, que incluísse vozes mais próximas e melhor informadas de outras regiões importantes do globo,

aftermath of the financial crisis of 1997-1998, which revealed the vulnerability of the international financial system in context of economic globalization and showed that key developing countries were insufficiently involved in discussions and decisions concerning global economic issues”.

²¹ O que resta declarado por Brasil, Rússia, Índia e China como objetivo do grupo desde a Declaração de Ecaterimburgo, ocorrida em 16 de maio de 2008, conforme se pode verificar no trecho a seguir extraído do próprio documento: “**The Ministers agreed that building a more democratic international system founded on the rule of law and multilateral diplomacy is an imperative of our time.** They reaffirmed the commitment of the BRICs to work together and with other states in order **to strengthen international security and stability, ensure equal opportunities for development to all countries**”.

²² Building Better Global Economic BRICs.

possivelmente muitos efeitos da crise do fim da década de 1990 teriam sido evitados²³. Por força desta sua conclusão, o economista aponta em seu trabalho que o G-7 deveria ser ampliado, no mínimo, para G-9, sugerindo a adesão de China e Brasil ao “clube”.

Neste mesmo trabalho, O’Neil contesta o método de apuração do desempenho das economias nacionais, comparando os resultados das economias emergentes levantados pelo seu estudo, seguindo tanto o padrão PPA (Paridade do Poder Aquisitivo) quanto o PIB (Produto Interno Bruto). Ao se valer da apuração por PPA, o economista demonstra que o quadro de desenvolvimento mundial sofreria transformações sensíveis, mas que mesmo os números baseados no PIB projetavam mudanças importantes no cenário econômico na década de 2000²⁴.

De fato, a primeira década deste milênio se mostrou muito favorável a Brasil, Rússia, Índia e China. Com a maior abertura comercial destes países, engendrada nos anos 90, a década da globalização²⁵, os BRICs passaram a ser vistos com grande interesse pelo mercado internacional, que buscava economias cujo desempenho fosse mais acentuado do que na Europa, nos EUA e no Japão²⁶.

O decorrer do tempo parecia confirmar as previsões do grupo de trabalho capitaneado por O’Neil. Por força disto, o impacto do estudo no mercado foi muito positivo ao grupo Goldman Sachs²⁷, e fez com que O’Neil e sua equipe aproveitassem o momento para

²³ Nas palavras do próprio Jim O’Neil (2001, p. 11): “Most of the world’s economic disturbances since the late 1990’s and its biggest changes have largely involved countries outside the G7 (with the exception of the technology driven downturn in the US in 2000-2001). **The involvement of those with stronger locally informed knowledge and their more informed consideration of the issues may have helped make the resulting fallout less painful or may be even avoided altogether.**”

²⁴ “We do not really know the ‘right’ answer as to which method is right but will now go on to argue that looking at relative real GDP and inflation trends for the purposes of future global economic policy implementation, it may not matter. Whether you look at the future either in current US\$ or PPP terms, relative positions of key countries in the world economy are changing. We will now try to show that China especially deserves to be in the ‘G7 Club’, and under some scenarios, so do others-certainly Brazil, Russia and India relative to Canada”. (2001, p. 6).

²⁵ Cf. Bauman, Zygmunt, In: *Globalization: Human Consequences*. Columbia. New York. 1998.

²⁶ Como bem observa Carlos Márcio Cozendey (2012, p. 108 e 109): “Esse conjunto de instituições conduziu a economia internacional, sob a hegemonia norte-americana, do liberalismo enquadrado do pós-guerra ao liberalismo desregulamentado que impulsionou a globalização econômico-financeira, sobretudo a partir dos anos 1990, definindo a cada momento as políticas econômicas “adequadas” e os instrumentos de intervenção coletiva aceitáveis. Se a conformação inicial da arquitetura econômica internacional permitiu o avanço dos polos econômicos centrados na Alemanha e no Japão, o período do liberalismo desregulamentado assistiu à emergência de ondas sucessivas de países asiáticos com base em modelos de desenvolvimento voltados à exportação para os mercados desenvolvidos, com destaque para a presença chinesa. É nesse novo contexto que os países do BRIC passaram a criar desafios para o conjunto de instrumentos de gestão da arquitetura econômica internacional tal como descritos brevemente. Cada um desses países traz à economia internacional um conjunto diferente de recursos e capacidades e, portanto, de interferência nos regimes anteriormente vigentes.”

²⁷ A repórter do *Financial Times*, Gillian Tett (2010), publicou uma interessante matéria denominada *The Story of the Brics*, que relata o impacto da criação do acrônimo no mercado, conforme se vê no trecho que ora se destaca: “But O’Neill kept discussing the concept with colleagues and in 2003 his team produced the next offering: a paper called ‘Dreaming with Brics: The Path to 2050’. It boldly declared that by 2039 the Brics group

lançarem seu segundo trabalho sobre os quatro países, em 2003, denominado *Dreaming with the BRICs – The Path to 2050*²⁸, onde preveem mudanças bastante significativas no cenário internacional, entre elas: a) a superação dos Estados Unidos da América pela China como grande potência econômica mundial, e; b) o Produto Interno Bruto dos BRIC superar o do antigo G-6 (EUA, Grã-Bretanha, Alemanha, França, Itália e Japão) até 2039.

Por força destas previsões feitas pelos estudos de O’Neil, o crescimento na popularidade do acrônimo entre os especialistas, investidores e outros *players* internacionais foi tão marcante que, apesar das críticas, conseguiu chamar a atenção dos governos de Brasil, Rússia, Índia e China, fomentando o início de uma maior aproximação entre eles. Como ensina Paulo Roberto Almeida (2010)²⁹, talvez os BRICs sejam a primeira iniciativa intergovernamental inspirada tão diretamente por uma solução teórico-corporativa, quando o normal seria, justamente, o caminho inverso.

De fato, muitos acrônimos que definiam novos países para se investir foram criados nestas duas primeiras décadas do século XXI, mas nenhuma destas teve a repercussão dos BRICs. Alguns especialistas atribuem o sucesso do acrônimo ao fato deste indicar a reunião

could overtake the largest western economies in scale. “The list of the world’s 10 largest economies may look quite different in 2050,” it said. That prediction launched O’Neill’s team into what he calls Briclife. Within days, Goldman economists were flooded with e-mails from executives at companies ranging from mobile telecoms group Vodafone to miner BHP Billiton to Ikea and Nissan. By luck – or insight – O’Neill had produced this tag just as many western businesses were trying to hone their strategies to sell products to the non-western world, or to use regions such as China as a manufacturing base. And in a world where corporate boards face information overload, Brics suddenly provided executives with a snappy way of discussing strategy. Better still, unlike phrases such as ‘emerging markets’ or ‘developing world’, Brics did not sound patronising, or unpromising; it was neutral, strong, politically correct. Soon rivals, such as HSBC and Deutsche Bank fund unit DWS, were launching dedicated investment funds marketed under the label of Brics. ‘We asked our lawyers if we could trademark the word Brics, but they said not – apparently it’s not a product,’ O’Neill recalls”. Texto disponível no site da publicação: <<http://www.ft.com/intl/cms/s/0/112ca932-00ab-11df-ae8d-00144feabdc0.html#axzz2b2k4abIS>>.

²⁸ Neste verdadeiro estudo de futurologia, o autor indica que, até 2039, o peso dos BRICs na economia mundial seria maior do que o G-6. Por força do longo prazo projetado neste e em outros estudos de O’Neil sobre o grupo, alguns críticos vieram à tona para atacar sua credibilidade, como foram os casos de Ruchir Sharma (2012) e Markus Jaeger (2009), do Morgan Stanley e do Deutsche Bank, respectivamente.

²⁹ “Independentemente da capacidade efetiva dos quatro países de transformar, de maneira decisiva, a geografia econômica mundial, bem como sua atual arquitetura institucional, pode-se argumentar que o exercício intelectual do economista do Goldman Sachs revelou-se uma das mais interessantes *trouvailles* analíticas das últimas décadas. Trata-se, provavelmente, do primeiro grupo político – que pode se transformar, ou não, em um bloco mais estruturado, dependendo das circunstâncias – que foi constituído a partir de uma sugestão teórica de um economista corporativo, e não por iniciativa original dos próprios Estados envolvidos. Em outros termos, os quatro países talvez não se aproximassem da forma como o fizeram não fosse pelo acrônimo inovador criado pelo referido economista, dotado de algum apelo geopolítico, como parece ser o caso. Talvez os quatro países tivessem realizado, de forma autônoma e independente, essa caminhada em direção a um grupo político; mas parece improvável que eles o tivessem feito no timing, ou na cronologia efetivamente ocorrida, na ausência da sugestão corporativa”. (ALMEIDA, 2012, p. 132).

de quatro dos cinco *Monster States*³⁰, definidos por Kennan em sua obra *Around the Cragged Hill*³¹, que reúnem os maiores territórios e as maiores populações do mundo.

Contudo, independentemente do motivo que ensejou o sucesso do acrônimo criado por O’Neil, nos dias atuais parece inegável que Brasil, Rússia, Índia e China desempenham papéis de grande relevância no cenário internacional, encontrando-se todos entre as dez maiores economias do mundo³². O desenvolvimento experimentado pelos BRICs na última década fez com que a somatória de seus Produtos Internos Brutos (PIB) passasse de 9% para 20% do PIB mundial entre 2003 e 2012³³, muito embora não se ignore o fato de que o PIB chinês representa mais da metade do PIB do grupo, superando a marca de 10% do valor Mundial³⁴.

Mais de uma década após a criação do acrônimo BRIC, o debate sobre a real possibilidade de ocorrer toda a mudança de papéis na economia global, conforme previsto por O’NEIL, vem ganhando novos capítulos a cada dia. Mesmo assim, e como se verá mais detalhadamente no ponto 1.3 infra, o grupo BRIC, agora BRICS com a adesão da África do Sul em 2011, continua a promover a aproximação entre seus membros de forma contínua, projetando novas etapas a cada reunião.

Curioso é o fato de que, ao se pesquisar sobre o tema, é comum na doutrina e nos comentários a menção a três tipos diferentes de grafia do acrônimo: BRIC, BRICs e BRICS. O primeiro deles é referente ao grupo até a adesão oficial da África do Sul, ocorrida em 2011, que acresceu o “S” ao acrônimo, em referência ao nome deste país em inglês: *South Africa*. Já a versão BRICs, com o “s”, é utilizada tanto como uma espécie de plural para o acrônimo³⁵, ou ainda para torná-lo indefinido quanto aos seus membros, quando se quer especular sobre novos “candidatos a BRICs”, por exemplo.

O aprofundamento desta parceria, independentemente da forma ou acrônimo que adote, deve ser pautada na cooperação internacional e que mantenha sempre o foco no papel que o grupo deve exercer e os limites de sua atuação, cujo modelo ainda está em construção,

³⁰ Brasil, Rússia, Índia, China e Estados Unidos.

³¹ Curiosamente, George F. Kennan vê a grandiosidade destes países como algo desvantajoso à sua administração.

³² Segundo o ranking GDP de 2012, a China ocupa o 2º posto, Brasil ocupa o 7º, Índia o 9º e Rússia o 10º.

³³ Dados obtidos no *website* do Banco Mundial (<http://databank.worldbank.org/data/download/GDP.pdf>).

³⁴ Apesar do notável desempenho recente, não se pode ignorar também que problemas como a corrupção, a desigualdade social, a falta de transparência e de segurança jurídica (principalmente na Rússia e na China), a infraestrutura insuficiente (mais grave na Índia e no Brasil), entre muitos outros, trarão, como já trazem, grandes empecilhos ao desenvolvimento contínuo dessas nações – o crescimento econômico no ano de 2012 teve números abaixo das expectativas em todos os BRIC, (Brasil – 1%, Rússia – 3,5%, Índia – 5,7%, China – 7,8%), segundo dados do Banco Mundial em janeiro de 2013 – caso não sejam combatidos satisfatoriamente num espaço de tempo razoável.

³⁵ Como se faz na publicação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, denominada *O Brasil e os demais BRICs. Comércio e Política*, organizada por Renato Baumann (2010).

conforme ensina Casella (2012)³⁶. Esta perspectiva deve divergir do que ainda se apresenta como realidade na política mundial, buscando uma abordagem mais plural dos problemas enfrentados pela humanidade, não pelo simples fato de se pleitear maior participação de um ou outro Estado na governança global, mas para que esta traga melhores resultados para a comunidade internacional, justamente por dar mais voz a atores que estejam mais próximos dos problemas³⁷.

Feitas estas considerações, passa-se à análise dos BRICS como iniciativa e os resultados que são apresentados pelo grupo desde sua criação.

1.2 BRICs como iniciativa

Os BRICs formam um grupo de países que busca, ao mesmo tempo, aprofundar as relações dos seus membros entre si e, também, exercer uma influência conjunta em temas de interesse comum, na posição de lideranças do chamado “mundo em desenvolvimento”. Estas duas conotações, como se verá abaixo, estão bem presentes nos comunicados apresentados pelos BRICs ao final de cada cúpula, e são muito importantes para que se verifique alguns dos temas de maior relevância para o grupo em si, bem como a sua utilidade para cada um de seus membros.

Em 2006, Brasil, Rússia, Índia e China realizaram uma reunião paralela à Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque. Contudo, o primeiro documento conjunto foi lançado apenas na I Reunião Ministerial dos BRICs, realizada na cidade russa de Ecaterimburgo, em 2008³⁸. Neste comunicado, os Representantes dos BRICs declararam a necessidade de se tornar “o sistema internacional” mais “democrático”, inclusive através da ampliação do Conselho de Segurança das Organização das Nações Unidas³⁹, com a incorporação do Brasil e da Índia aos seus quadros, como membros permanentes.

³⁶ *BRIC – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Uma perspectiva de cooperação internacional*. Ed. Atlas. São Paulo. 2011. Págs. 152 e 153.

³⁷ Como já dito anteriormente, este mesmo argumento foi o que ensejou a criação do G-20. Mas, com a manutenção do G-8 e a insistência em não se reformar a composição das principais instituições multilaterais para adequá-las à nova realidade, a mudança ficou mais no discurso do que na prática.

³⁸ Declaração Conjunta dos Ministros de Relações Exteriores ocorrida em 16 de maio de 2008.

³⁹ “The Ministers reiterated that today's world order should be based on the rule of international law and the strengthening of multilateralism with the United Nations playing the central role. They reaffirmed the need for a comprehensive reform of the UN with a view to make it more efficient so that it can deal with the current global challenges more effectively. The Ministers of Russia and China reiterated that their countries attach importance to the status of India and Brazil in international affairs, and understand and support India's and Brazil's aspirations to play a greater role in the United Nations”.

Além disso, apesar de demonstrarem claramente a pretensão de estabelecerem um grupo “fechado” e que vislumbra uma maior aproximação entre seus membros, os BRICs manifestaram grande preocupação com a agenda multilateral, pontuando que todos os esforços do grupo têm como fim o aperfeiçoamento do sistema como um todo, para que assuntos de primeira importância, como seriam os casos da fome, da preservação ambiental, das doenças e epidemias, do terrorismo internacional e tantos outros, cujas consequências são globais, sejam tratados e combatidos levando em consideração interesses e pontos de vista globais.

Neste primeiro comunicado, percebe-se já o intuito do grupo de transformar a governança global, para um compartilhamento maior da tomada de decisões em assuntos estratégicos para o futuro do planeta, muito embora a crise de 2008 ainda não ocorrera.

Na mesma cidade de Ecaterimburgo, houve outra reunião da Cúpula dos BRICs em setembro de 2009. O comunicado apresentado ao final desta reunião teve como principal tema a crise financeira eclodida em 2008 e seus reflexos na economia mundial. Pela crise ter se originado em países desenvolvidos, mas por seus efeitos terem sido muito mais graves em diversas nações *mais pobres*⁴⁰, os BRICs reiteraram o discutido na reunião do G-20, ocorrida em abril de 2009, para que fossem tomadas todas as medidas necessárias para que o sistema internacional apresentasse melhorias nos seguintes pontos: a) tomada de decisões e processo de implementação democráticos e transparentes nas organizações financeiras internacionais; b) implementação de uma base legal mais sólida; c) compatibilidade de atividades de instituições regulatórias nacionais efetivas e órgãos internacionais de definição de padrões; d) fortalecimento de gerenciamento de risco e de práticas de supervisão.

Neste mesmo documento, os BRICs também demonstraram preocupação com o emperramento da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio e se manifestaram no sentido de que a comunidade internacional mantivesse os compromissos assumidos na esfera multilateral, pelo relevante papel que o comércio internacional tem a cumprir para que a crise fosse superada⁴¹.

⁴⁰ Conforme se declarou no item 6 desta declaração: “Os países mais pobres foram afetados de forma mais severa pela crise financeira. A comunidade internacional necessita intensificar os esforços com vistas a prover liquidez para esses países. A comunidade internacional deveria igualmente empenhar-se em minimizar o impacto da crise sobre o desenvolvimento e em assegurar a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”.

⁴¹ Evidenciado no item 5 da Declaração, que diz: “Reconhecemos o importante papel desempenhado pelo comércio internacional e pelos investimentos estrangeiros diretos na recuperação econômica mundial. Instamos todas as partes a trabalharem juntas para aperfeiçoar o ambiente para o comércio internacional e para o investimento. Exortamos a comunidade internacional a manter estável o sistema multilateral de comércio, a reprimir o protecionismo comercial, e a impulsionar resultados abrangentes e equilibrados para a Agenda de Desenvolvimento de Doha, da OMC”.

Estas preocupações de ordem geral e de manifesto interesse comum também foram acompanhadas, na Cúpula de Ecaterimburgo, de assuntos de maior interesse de um ou mais membros individualmente, como a ampliação do conselho de segurança da ONU (em que Índia e Brasil pleiteiam assento permanente), bem como da necessidade de maior incentivo aos países fornecedores de energia, para que países carentes deste recurso tenham melhor acesso (interesse direto da Rússia, que é uma das grandes potências energéticas do mundo).

No ano de 2010, a reunião dos BRICs se deu em Brasília. Com o mundo demonstrando maior capacidade de recuperação após a crise financeira de 2008, o comunicado conjunto da Cúpula dos BRICs abordou o tema novamente, retomando o discurso do ano anterior de revisão na gestão e participação das nações emergentes e em desenvolvimento nas instituições de *Bretton Woods* (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial), mas desta vez sugerindo, de forma direta, que os investimentos feitos por estas resultasse, também, numa redistribuição de quotas mais atenta à realidade.

Em 2011, no encontro realizado na cidade de Sanya, na China, o Grupo BRIC contou com o ingresso da África do Sul⁴² e enfatizou a necessidade de coordenação das agendas multilaterais dos membros, tanto para questões econômico-financeiras como também nos temas de Segurança Internacional e proteção aos direitos humanos. No mais, apenas foram reiterados os temas abordados nas reuniões anteriores, destacando-se apenas a atuação de todos os BRICS no Conselho de Segurança da ONU em 2011, sendo que Brasil, Índia e África do Sul participaram como membros não-permanentes.

No ano de 2012, a reunião do grupo se deu em Nova Délhi. No encontro, reafirmaram-se todos os compromissos assumidos nas outras cúpulas, mas foi enfatizada a preocupação do grupo com o ritmo lento das reformas que necessitam ser empreendidas no sistema financeiro internacional (FMI e Banco Mundial), o que é pleiteado pelo grupo insistentemente desde 2009.

Por fim, a última cúpula dos BRICS, realizada em 2013 na cidade de Durban, foi sem dúvidas a mais produtiva das reuniões engendradas pelo grupo. Além de reforçarem todos os compromissos e objetivos habituais, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul declararam a viabilidade da criação de um Banco de Desenvolvimento voltado ao financiamento de projetos de infraestrutura em países emergentes, com um contingente inicial de 100 bilhões de dólares. Neste mesmo encontro, os Bancos de Desenvolvimento dos BRICS assinaram o

⁴² Pela África do Sul ter uma relevância econômica e política muito aquém dos seus companheiros em escala global (seu PIB representa cerca de 20% dos PIBs de Índia e Rússia, por exemplo), e também pela sua recente entrada no grupo, o presente trabalho não abarcará informações relativas a este país, embora, de forma alguma, se despreze sua importância e sua posição de liderança no continente.

“Acordo multilateral sobre cooperação e co-financiamento para o desenvolvimento sustentável” e o “Acordo Multilateral sobre Infraestrutura e Co-financiamento para a África”, primeiros instrumentos que definem, ao menos de forma preliminar, o escopo da Instituição Financeira Internacional (IFI), que poderá ser anunciada na cúpula de 2014.

Além do que se discute nas reuniões de cúpula indicadas acima, os BRICS também trocam informações e produzem documentos conjuntos que buscam verificar as compatibilidades, necessidades, dificuldades e oportunidades comuns aos quatro países. Muitos simpósios, cursos, encontros e publicações já foram lançados com o apoio oficial dos BRICS, tendo como mote o aprofundamento das relações entre os países.

Muito embora o principal motivo de terem buscado tal aproximação resida no interesse de todos os seus membros de ocuparem posições mais importantes no cenário internacional, como ensina Ricúpero (2012)⁴³, para que este esforço conjunto dos BRICs protagonize uma experiência nova e salutar para a comunidade internacional, deve-se abandonar posicionamentos fragmentários e individualistas – mais vantajosos no curto prazo – para se adotar um modelo mais adequado às necessidades do mundo pós-moderno, prestigiando-se sempre a vida humana como seu valor fundamental⁴⁴.

1.3 O Grupo BRICs

O desenvolvimento da iniciativa BRICs, como visto acima, nos leva a concluir que o “organismo internacional” formado pelos quatro países deve ser considerado, neste momento, apenas um *grupo*. Por conta disto, não pode ser denominado, tecnicamente, como Organização Internacional, afinal, não detém personalidade jurídica própria.

A utilização de nomenclaturas como “bloco”, ou outras que são utilizadas para identificar processos de integração regionais (como MERCOSUL, UNASUL, União Européia, ALADI, etc) também parecem inadequadas para identificar os BRICs em conjunto, pelo fato destas entidades, normalmente, gozarem de personalidades jurídicas próprias e, além disso, serem constituídas de acordo com certo critério geográfico.

⁴³ “O que hoje une os BRICs é o desejo de ocupar uma posição mais importante no sistema internacional, o fato de que todos eles desejam uma reforma no sistema internacional”. (O Brasil, os BRICs e a Agenda Internacional in O Brasil e os BRICS. FUNAG. Brasília. 2012)

⁴⁴ Modelo este proposto por Casella (2011): “A construção deste modelo pode ser resposta à história: os explorados do passado podem ser capazes de construir relações mais equitativas, entre si, do que as condições que a esses países foram impostas, de fora, no passado colonialista. A construção desse modelo pode ser resposta ao direito internacional clássico: os estados podem construir, na pós-modernidade, bases legalmente mais justas para nortear suas relações”.

Tampouco a expressão *Fórum* se demonstra adequada ao tipo, posto que traz consigo um sentido de “espaço para discussões”, onde não são assumidos compromissos conjuntos, posto que seu escopo principal é o debate de temas específicos.

Diante disto, demonstra-se mais precisa a utilização de expressões mais próximas à noção de “grupo”, como *agrupamento* e *conjunto*, por exemplo. É importante que a expressão utilizada também não traga qualquer nuance de hierarquia entre os membros, posto que se trata de algo composto por estados totalmente independentes entre si.

Para corroborar este entendimento, basta analisar os documentos emitidos sempre que o grupo se reúne, onde se estipulam interesses e objetivos de ordens geral (que abordam assuntos englobando desde a renovação dos modelos de governança global até a luta conjunta pelo respeito aos direitos humanos) e restrita (como o recente projeto de criação de um banco voltado ao fomento do desenvolvimento, tanto de seus membros como de outros países, evidenciado na alínea 18 da Declaração de Nova Delhi⁴⁵).

De fato, os desenvolvimentos recentes vêm apontando que os BRICS estão deixando de ser um agrupamento sem grande complexidade institucional, para se tornar algo mais próximo de uma Organização Internacional. No entanto, não se demonstra ser do interesse dos membros, pelo menos a médio prazo, instituir uma organização pautada no padrão estrutural consolidado na comunidade internacional, com a criação de uma secretaria, um conselho de representantes e um órgão executivo, de presidência rotativa entre os membros, e que tenha o poder de representar o grupo como uma Pessoa Jurídica de Direito Público Internacional.

O agrupamento, na verdade, objetiva construir um modelo de cooperação abrangente (posto que são diversos os temas incluídos na agenda BRICS), mas esparso, posto que não haverá uma superestrutura política unificada que os congregue e controle. Tende-se, assim, à criação de instituições conjuntas, voltadas a setores e assuntos específicos, dotadas ou não de personalidade jurídica própria, conforme pode ser depreendido das informações trazidas pelo próprio Itamaraty, em seu sítio eletrônico⁴⁶.

⁴⁵ “18. Concordamos em mobilizar nossas sinergias e em trabalhar juntos para intensificar os fluxos de comércio e investimento entre nossos países, de modo a fazer avançar nossos respectivos objetivos de desenvolvimento industrial e de geração de emprego. Acolhemos positivamente os resultados da segunda reunião de Ministros do Comércio dos países do BRICS realizada em Nova Delhi, em 28 de março de 2012. Apoiamos a realização de consultas regulares entre nossos Ministros de Comércio e examinamos a adoção de medidas adequadas para facilitar a progressiva consolidação de nossos laços comerciais e econômicos. Também com satisfação, acolhemos a conclusão, entre nossos bancos de desenvolvimento/eximbanks, do AcordoQuadro para Extensão de Facilitação de Crédito em Moeda Local no âmbito do Mecanismo Interbancário de Cooperação do BRICS e do Acordo para Facilitação de Confirmação de Cartas Multilaterais de Crédito. Estamos certos de que esses acordos servirão como instrumentos úteis para estimular o comércio intra BRICS nos próximos anos”.

⁴⁶ “Em síntese, o BRICS abre para seus cinco membros espaço para (a) diálogo, identificação de convergências e concertação em relação a diversos temas; e (b) ampliação de contatos e cooperação em setores específicos”.

1.4 BRICs e as relações comerciais entre seus membros.

Com a instituição oficial e os desenvolvimentos experimentados pelo agrupamento BRICS, as relações comerciais entre os países envolvidos também aumentou sensivelmente⁴⁷.

O volume de exportações do Brasil para Rússia, Índia e China, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior, subiu de 10 bilhões de dólares em 2006 para cerca de 50 bilhões em 2012⁴⁸. Considerando que, em 2012, o número total de exportações brasileiras foi de R\$ 242 bilhões, o volume destinado aos outros BRIC representou, aproximadamente, 20% do valor global.

Ao comparar o fluxo comercial do Brasil com os outros BRIC em bloco e o fluxo obtido com relação à União Européia, percebe-se que, entre 2006 e 2012, o crescimento da primeira foi de cerca de 400% e, da segunda, em torno de 30%. A mesma realidade pode ser vislumbrada na comparação com o fluxo comercial entre Brasil e MERCOSUL, que no mesmo período evoluiu 90%.

Analisando as relações comerciais do Brasil com os outros BRICs individualmente, a realidade se repete, como se pode diagnosticar da Tabela trazida abaixo, que compara os volumes de fluxo comercial entre 2006 e 2012, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio⁴⁹:

País	Fluxo Comercial – 2006 (US\$)	Fluxo Comercial – 2012 (US\$)	Variação Aproximada (%)
Rússia	4.386.001.535	5.931.529.947	27
Índia	2.412.840.931	10.619.773.211	340
China	16.392.817.261	75.476.039.012	360

⁴⁷ A não ser com relação à África do Sul, devido a sua recente adesão e aos próprios interesses que o país demonstra ter nas suas relações com os outros BRICS, e que não parece ter grandes aspirações de ordem comercial.

⁴⁸ Dados disponíveis no site <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3785&refr=576>

⁴⁹ Ibidem.

Percebe-se, nesta Tabela, que o fluxo de comércio entre o Brasil e a Rússia não evoluiu da mesma forma que o observado nos casos de Índia e China. Todavia, ainda assim representa um resultado importante, pois indica uma crescente nas relações comerciais entre Brasil e Rússia, que também buscam estreitar parcerias em outros assuntos relevantes, conforme se pode vivenciar recentemente no *Seminário Internacional de Pós-graduação Brasil – Rússia*, evento promovido pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, ocorrido entre os dias 16 e 17 de Setembro de 2013.

Reste-se consignado ainda que, como o presente trabalho pretende apresentar um estudo referente ao tratamento da arbitragem comercial institucional internacional no âmbito dos BRICs, não será incorporado ao estudo o tratamento dado a este instituto na África do Sul, por três motivos simples: a) pela recente entrada deste país no grupo, e; b) pela participação pequena que o comércio internacional tem, ao menos até o momento, dentro dos interesses da própria África do Sul com relação à iniciativa BRICS, e; c) pela pouca expressão de suas trocas comerciais se comparadas ao que ocorre com o restante dos membros grupo⁵⁰.

Por força disto, é que, durante o desenvolvimento deste trabalho, somente se utiliza a grafia BRICS do acrônimo quando se fizer referência ao grupo abrangendo a participação da África do Sul. De resto, serão utilizadas as expressões BRICs ou BRIC, de acordo com o já mencionado no item 1.2 acima.

Passa-se, pois, ao estudo do tratamento dado à Arbitragem Comercial Institucional Internacional no Brasil, na Rússia, na Índia e na China, sob a perspectiva do direito comparado, no capítulo que se segue.

⁵⁰ Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio, a variação do fluxo comercial entre 2011, ano de Adesão da África do Sul aos BRICS, e 2012 é positiva, mas da ordem de menos de 1%. Ver também em <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3785&refr=576>

CAPÍTULO II – ARBITRAGEM COMERCIAL INTERNACIONAL INSTITUCIONAL NOS BRICS.

2.1 Arbitragem e inserção internacional nos BRICS

Uma semelhança importante no desenvolvimento de Brasil, Rússia, Índia e China nas últimas três décadas reside no fato de que estes países adotaram, a partir do final dos anos 80, movimentos decisivos para suas aberturas ao mercado internacional, que vivia uma época de grandes avanços no sentido de sua liberalização, conquistados através das rodadas de negociação promovidas pela Organização Mundial do Comércio⁵¹.

O Brasil, desde o início da década de 1990 e após um longo período de ditadura militar, ampliou a abertura de seu mercado interno às importações, estabilizou sua economia, e viu melhorar consideravelmente os resultados de sua balança comercial.

À mesma época, a Rússia, depois de abandonar o sistema comunista que imperava desde outubro de 1917, passou a reconhecer de forma mais liberal o direito à propriedade privada, substituindo o modelo de produção interna para um sistema de maior abertura comercial⁵².

A Índia, que após a revolução de 1947 adotou um modelo de governo socialista, também iniciou sua abertura comercial no início da década de 1990, devido à baixa taxa de desenvolvimento do país desde a década de sessenta, além dos problemas inflacionários e cambiais. Muitos especialistas, como Sharma (2011)⁵³ e Staley (2006)⁵⁴, indicam esta mudança como fundamental para que a Índia construísse o caminho para os níveis de crescimento que vem experimentando desde a primeira década deste século.

A China, que se reestruturava e ampliava a participação privada na atividade econômica nacional desde o início da era XIAOPING (1978), a partir do início da década de 1990 experimentou um êxodo rural sem precedentes, com milhões de pessoas se mudando

⁵¹ Como afirma CELLI (2007, pág. 7), “As maiores alterações provieram dos acordos multilaterais celebrados pelos membros da OMC como parte das negociações da Rodada Uruguai (1986/1994), que dispõem sobre novas disciplinas para o uso desses instrumentos de políticas de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, obrigações assumidas na Rodada Uruguai e em acordos regionais, somadas a esforços unilaterais de liberalização, levaram a um declínio gradual do uso de medidas tarifárias e não-tarifárias, concentradas invariavelmente no setor industrial. Isso porque, ao contrário do sistema GATT, os acordos multilaterais da Rodada Uruguai tratam também da liberalização de áreas não menos importantes da economia internacional, como o setor de serviços, e abordam temas relacionados a fatores de mercado, como investimentos estrangeiros diretos (IED).”

⁵² ZHUPLEV, Anatoly. *Economic Internationalization of Russia*. 2008.

⁵³ SHARMA, Kumar Chanchal. *A Discursive Dominance Theory of Economic Reforms Sustainability*. (2011)

⁵⁴ STALEY, Sam. *The Rise and Fall of Indian Socialism*. Disponível online em <<http://reason.com/archives/2006/06/06/the-rise-and-fall-of-indian-so>>.

para as cidades em busca de emprego nas grandes empresas privadas que se estabeleciam em Xangai e Pequim, estimuladas pela política do *socialismo de mercado*.⁵⁵ O governo chinês promovia, nesta época, a abertura gradativa de seu mercado a empresas e investidores estrangeiros, buscando também, através do seu enorme potencial produtivo, um melhor acesso aos mercados ocidentais.

Percebe-se, portanto, que a década de 1990 foi um período em que todos os BRICs se reestruturavam para se adaptarem à nova realidade mundial, que se abria a novos *players* através do que se chamou, à época, de *globalização*. Como é natural, a abertura destes países ao comércio internacional forçou seus governos, empresas e empreendedores em geral a adotar estratégias em escala global, o que fez do aprimoramento da *inserção internacional* destes países um assunto prioritário.

Diante deste movimento de internacionalização das relações humanas, as instituições nacionais e o próprio direito precisaram se adequar⁵⁶. Isto é fundamental para se entender o porque dos BRICs tomarem, naquele período, a iniciativa de inserir ou atualizar leis específicas sobre arbitragem em seus ordenamentos jurídicos internos, seguindo padrões internacionais. Como é cediço, a arbitragem é o meio mais adotado para a solução de litígios internacionais e, por isto, aceitar e regulamentar a arbitragem segundo o que se praticava internacionalmente, não era apenas uma questão de ordem interna, afinal, refletia diretamente no nível de *inserção internacional* dos BRICs.

Quando se fala em arbitragem internacional, dois grandes ramos se apresentam como principais: a arbitragem comercial internacional e a arbitragem de investimento. O primeiro, que será tratado de forma mais aprofundada neste trabalho, enfoca-se na resolução de controvérsias oriundas das trocas comerciais entre partes de países diferentes, tendo como pano de fundo e principais fontes de direito as práticas internacionalmente constituídas através do que se denomina de *lex mercatoria*, além de tratados reguladores do comércio

⁵⁵ “During the Southern Tour in 1992, Deng Xiaoping instructed the government to emphasize economic development as the core of its agenda, rather than to debate the direction of China's modernization toward socialism or capitalism. Deng's instruction was officially reflected in the report of the 14th Congress of the CCP, in which the goal to establish a socialist market economy was set. Theoretically, a socialist market economy will provide an encouraging environment for the development of private sector economies. Thus, the central government issued suggestions to promote the development of individual businesses and private enterprises (State Bureau of Industrial and Commercial Administration 1993). A more relaxed environment emerged in terms of number of employees, procedures of registration, scope of operation, style of management, and amount of capital registered. As a follow-up, many provincial governments made decisions and issued circulars to speed up the development of private sector economies.” (HAN, Sun Sheng. PANNELL, Clifton W. 1999. Pág. 279).

⁵⁶ “A questão da relação entre direito internacional e direito interno não pode ser vista somente como dado técnico, mas reflete e inscreve o modelo de inserção internacional do estado, como todo e especificamente de sua ordem jurídica, em relação ao modelo institucional e normativo mundial, em mutação estrutural irreversível.” (CASELLA, 2008, p. 483).

internacional, como é o caso da Convenção das Nações Unidas sobre a Compra e Venda Internacional de Mercadorias (CISG). O segundo, por outro lado, enfoca-se nas relações entre partes, particulares ou públicas, que firmam entre si acordos visando a regulação de investimentos obtidos internacionalmente para o fomento de determinadas atividades ou setores, baseando-se para isso nos chamados tratados bilaterais de investimento (BITs), e cuja a maior parte dos casos fica sob a administração da *International Centre for Settlement of Investment Disputes – ICSID*⁵⁷, câmara de arbitragem vinculada ao Banco Mundial⁵⁸.

Neste trabalho, aborda-se apenas o tratamento jurídico dado pelos ordenamentos internos dos BRICs às arbitragens internacionais de natureza comercial, para evitar assim um alongamento desnecessário da obra, que demandaria novas estruturas de comparação em virtude de se tratar de ramos bastante diversos, que seguem modelos, bases legais e tratamentos jurídicos bastante diferentes.

Além disso, também deve ser ressaltado que o presente trabalho será restrito à análise da arbitragem comercial internacional *institucional*, ou seja, aquelas cujo procedimento arbitral é administrado por centros ou câmaras de arbitragem. Não será abordado, portanto, o possível diferencial de tratamento dado pelos BRICs às arbitragens *ad hoc*, estas administradas por árbitros ou tribunais arbitrais constituídos única e exclusivamente para a resolução de um determinado litígio, sem o suporte de uma instituição que preveja, de antemão, regras sobre os custos, procedimentos e outras questões inerentes à arbitragem.

No campo da arbitragem comercial internacional, apesar do sucesso da teoria autônoma engendrada na Universidade de Dijon por autores como Berthold Goldman, Philippe Fouchard e Emmanuel Gaillard (1999)⁵⁹, que pregam a aplicação de sistemas internacionais deslocados das leis internas dos países (tratados multilaterais, bilaterais e a própria *lex mercatoria*) como fontes precípuas para as decisões arbitrais nesta seara⁶⁰, ainda é

⁵⁷ A sigla em português para o ICSID é CISDI. Sobre o tema, ver José Augusto Fontoura Costa (2008): “Assim, a arbitragem de investimentos, inclusive aquelas do CISDI, não pode ser simplesmente indicada como tendenciosa. Por ser o único sistema de solução de controvérsias entre investidor e Estado fundamentado em um tratado internacional, respeita interesses dos Estados e, portanto, apresenta um conjunto equilibrado de exigências e possibilidades, inclusive a de formar comitês ad hoc para a anulação de laudos. O CISDI é um bom instrumento, tanto em termos da qualidade de suas regras e procedimentos, quanto da exequibilidade dos laudos”.

⁵⁸ “An easily recognized difference between commercial and investment arbitration are the legal frameworks in which they function. As far as public international law is concerned, for commercial arbitration, the only really relevant treaty is the New York Convention which ‘only’ deals with the recognition and enforcement of foreign arbitral awards, while the other traditional instruments play no major role today. On the other hand, for investment arbitration, treaties of public international law provide the fundamental framework, particularly bilateral instruments as the more than 2,000 BITs, and multilateral instruments as the ICSID Convention, the Energy Charter Treaty, and regional instruments such as NAFTA and CAFTA”. (BÖCKSTIEGEL, 2012).

⁵⁹ Fouchard, Gaillard, Goldman on International Commercial Arbitration. Kluwer Law International. 1999.

⁶⁰ “During the second half of the last century, the University of Dijon boasted a particularly strong faculty in the

crucial para a efetividade do sistema que tais decisões sejam reconhecidas pelos ordenamentos jurídicos internos dos países e, assim, exigíveis coercitivamente das partes envolvidas no procedimento arbitral. Também é de vital importância para o desenvolvimento da arbitragem comercial internacional num determinado país, que este seja signatário de tratados que padronizam os procedimentos de *exequatur* das sentenças arbitrais estrangeiras.

Como se verá abaixo, todos os BRICs detêm leis de arbitragem em plena vigência e, além disso, são partes de importantes convenções internacionais que dão respaldo ao instituto em seus direitos internos.

Dentre os BRICs, a Rússia saiu na frente e, em 1993, seguindo uma posição dualista, editou sua lei de arbitragem internacional⁶¹ para, apenas em 2002, apresentar sua legislação dedicada à arbitragem doméstica⁶². Já a China, acompanhando esta tendência, publicou sua lei de arbitragem em 1995, aplicável tanto aos procedimentos domésticos quanto aos internacionais. A Índia, por sua vez, reformou seu sistema jurídico aplicável à arbitragem em 1996, ao compilar e rever, num único texto de lei, todas as legislações internas existentes anteriormente sobre o tema⁶³. Por fim, o Brasil, no mesmo ano de 1996, promulgou sua lei de arbitragem, também optando por um sistema monista, assim como Índia⁶⁴ e China.

A principal fonte de inspiração para a edição de todas as leis de arbitragem dos BRICs foi, sem a menor dúvida, a *Lei Modelo da United Nations Commission on International Trade Law – UNCITRAL*, editada em 1985, muito embora apenas Rússia e Índia tenham declarado oficialmente a sua adoção⁶⁵. O objetivo da Lei Modelo reside no estabelecimento de uma

field of international arbitration. Scholars such as Berthold Goldman, Philippe Kahn, Philippe Fouchard and Eric Loquin, who all were or are based in Dijon, launched some of the most effective missiles in the intellectual battles that shaped the French tradition in international arbitration, which itself remains marked by a few illuminating idiosyncrasies and a great multitude of academic virtuositities. Among the many contributions of the scholarship crafted in Dijon, the most lasting and characteristic, which forms the substance of the strand of thought that is designated by the School of Dijon, is the idea that there are transnational legal systems that cannot be reduced to any one public national legal system. These transnational systems of legal rules, in the scholarship of the School of Dijon and its followers and kindred thinkers, typically manifest themselves in, and are partly produced by, international arbitration procedures.⁸ It is the Latin formulation of the rebirth of the *lex mercatoria*, which we primarily owe to Berthold Goldman, that best captured and conveyed (and helped market) the central idea of these reflections.”(SCHULTZ, 2011, p. 61).

⁶¹ Lei 5338-1 (*Vedomosti S’ezda Narodnyh Deputatov RF e Verkhovnogo Sovieta RF*, 1993, No 32, Item 1240)

⁶² Lei 102-FZ (*Rossiyskaya Gazeta*, No 137, 2002).

⁶³ Lei de Arbitragem de 1940 (arbitragem doméstica); Lei de Arbitragem de 1937 (que internalizou as disposições da Convenção de Genebra de 1927) e a Lei dos Laudos Arbitrais Estrangeiros de 1961 (que ratificou a Convenção de Nova Iorque de 1958).

⁶⁴ Apesar de a Índia ter apenas uma Lei de Arbitragem para regular tanto as arbitragens nacionais como as internacionais, não se pode afirmar ao certo se a orientação seguida é, de fato, monista. Isto porque, como já demonstrado acima, dentro desta mesma lei, estão previstos regimes jurídicos diferentes para as arbitragens domésticas e internacionais.

⁶⁵ Como se pode verificar no site da UNCITRAL – <http://www.uncitral.org>, apenas Índia e Rússia declararam a adoção da Lei Modelo da UNCITRAL, embora suas leis internas detenham disposições bastante diferentes do

moldura que possa servir de base para a edição e a reforma de leis de arbitragem em todo o mundo, unificando alguns aspectos importantes para que se assegure a prática, a aplicabilidade e a eficiência deste instituto, especialmente no que se refere à arbitragem comercial internacional⁶⁶.

Embora a utilização da Lei Modelo da UNCITRAL seja declarada, por especialistas e doutrinadores de todos os BRICs, como basilar para a elaboração de suas leis internas de arbitragem, ainda há espaço para discussão se isto realmente se aplica, o que será aprofundado mais adiante neste trabalho.

Além de suas disposições de direito interno relacionadas à arbitragem seguirem um padrão internacionalmente estabelecido, os BRICs também são partes de Tratados Internacionais⁶⁷ referentes à matéria, destacando-se entre estes a Convenção de Nova Iorque para Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras, de 1958⁶⁸, ratificada por todos os quatro países: Brasil (2002), Rússia (1960), Índia (1960) e China (1987).

Diante disto, pergunta-se: se todos os BRICs detêm em seus ordenamentos jurídicos internos, leis de arbitragem inspiradas pela Lei Modelo da UNCITRAL, e; se todos os BRICs são partes da Convenção de Nova Iorque de 1958, pode-se dizer que a interpretação, aplicação e segurança jurídica deste instituto em todos os quatro países são equivalentes?

Esta é a principal pergunta a que se pretende responder neste trabalho e, de fato, a resposta a ela é, já de início, negativa. E para demonstrar as diferenças existentes, mesmo entre sistemas definidos de forma tão semelhante, se faz necessária a utilização do *direito comparado*, justamente para que se estabeleça, de forma coerente, a comparação que se pretende realizar.

que propõe a Lei Modelo. Nos casos de Brasil e China, a doutrina especializada de ambos os países declara abertamente que a Lei Modelo foi, de fato, uma das grandes inspirações para a edição de suas leis nesta matéria. Neste sentido, ver Carlos Alberto Carmona (2009); John Lin e Peter Murray (2006).

⁶⁶ Isto resta devidamente declarado no texto de introdução da Lei Modelo, que diz: “Recognizing the value of arbitration as a method of settling disputes arising in international commercial relations, Convinced that the establishment of a model law on arbitration that is acceptable to States with different legal, social and economic systems contributes to the development of harmonious international economic relations, [...] 2. Recommends that all States give due consideration to the Model Law on International Commercial Arbitration, in view of the desirability of uniformity of the law of arbitral procedures and the specific needs of international commercial arbitration practice”.

⁶⁷ Tratados em vigor, excluindo-se a Convenção de Nova Iorque de 1958: Brasil – Convenção Interamericana sobre Arbitragem Comercial Internacional de 1975, e Índia – Convenção de Genebra sobre Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras de 1927.

⁶⁸ Esta convenção, negociada no âmbito da Organização das Nações Unidas e capitaneada por Peter Sanders, é de grande importância para a utilização da arbitragem comercial no âmbito internacional, afinal, estabelece critérios que necessitam ser respeitados pelos países signatários ao executar, através de seus sistemas judiciários, sentenças arbitrais proferidas em outros países.

2.2. Direito Comparado

Como mencionado nas linhas anteriores deste trabalho, Brasil, Rússia, Índia e China editaram suas leis de arbitragem atuais à mesma época (entre 1993 e 1996), com motivações semelhantes (abertura econômica, globalização, inserção internacional e maior participação no mercado global), seguindo o mesmo modelo (*Lei Modelo* da UNCITRAL) e sendo partes de convenções internacionais que asseguram a execução, pelos seus sistemas judiciários, de sentenças arbitrais proferidas em outros países. Esses são elementos que, sem dúvida, evidenciam um relevante grau de *uniformização* do tratamento da arbitragem entre os BRIC.

Tema clássico em direito comparado, a *uniformização* do direito se apresentou como um dos principais objetivos dos juristas responsáveis pelo Congresso de Direito Comparado de Paris de 1900⁶⁹, evento este que, para muitos autores, consiste na pedra angular do comparativismo no direito internacional⁷⁰. Nestes últimos vinte anos, em que se proliferam as convenções, organismos e tribunais internacionais⁷¹, este mesmo tema ainda é bastante explorado pelos teóricos, que se dividem entre a consolidação e a fragmentação⁷² do direito internacional, por conta desta multiplicação.

Fala-se em *uniformização* (ou *unificação*) do direito quando se pretende dar o mesmo tratamento jurídico a determinada matéria em ordenamentos diferentes⁷³. Este fenômeno pode se dar tanto no âmbito interno (quando se tenta, a título de exemplo, unificar as leis que regulam os impostos de cada estado ou província de uma nação), quanto no externo (como é o caso, justamente, do que ocorre com a Lei Modelo da UNCITRAL sobre arbitragem).

⁶⁹ Como diria Saleilles (1904), no Documento que traz publicado os textos do Congresso Internacional de Direito Comparado de Paris, (pág. 11): “Une fois cette constatation faite, reste la comparaison, c'est-à-dire le rapprochement rationnel des diverses législations, prises dans leurs formules juridiques et leurs résultats pratiques, afin de rechercher et d'étudier si, de cette interprétation raisonnée, se dégage un type prédominant qui puisse servir de modèle, au moins approximatif”.

⁷⁰ Neste sentido, ver Konrad Zweigert e Hein Kötz (1998).

⁷¹ Como demonstra Wagner Menezes (2013, p. 93): “Foi o desencadeamento do processo de globalização que acirrou essa realidade, levando à multiplicação das preocupações jurídico-normativas, quando os Estados atribuem jurisdição aos Tribunais Internacionais, que passam a ser constituídos para abarcar novas e específicas competências, em vários campos [...]”

⁷² Como é o caso, por exemplo, de Marti Koskeniemi em *International Law: Between Fragmentation and Constitutionalism*, 2006.

⁷³ “At the beginning of this century, perhaps as a reaction against excessive nationalism, there arose a strong movement favoring massive comparative studies and postulating, as the ultimate aim of such studies, the total or at least substantial unification of all civilized legal systems. Since then, this unbounded enthusiasm for universal unification has yielded to second thoughts. It has become to be reorganized that legal systems reflect the values of diverse cultures; that cultural diversity should not be turned into monotony unless there are very strong reasons to do so; and that there is no strong reason for world-wide, across-the board unification of all law. There may be good reasons, on the other hand, for unifying the law with respect to certain selected subjects, either on a regional or even on a world-wide scale”. (SCHLESINGER et al., 1998, p. 37-38).

Em direito internacional, um método bastante utilizado para fomentar a *uniformização* do direito é o de se formular, no seio de um tratado multilateral, uma lei modelo para que esta sirva de base para as reformas ou edições de leis em países vinculados ao tratado⁷⁴. A formulação deste modelo, contudo, deve observar a realidade da regulação e aplicação de determinado assunto em diversos ordenamentos jurídicos distintos, para que o modelo estabelecido se torne aceitável ao maior número de países possível, mesmo porque os fins da *unificação* ou *uniformização* do direito, de fato, devem ser o de facilitar e tornar mais segura a vida das pessoas⁷⁵, reduzindo as incertezas decorrentes das distancias físicas, culturais e jurídicas⁷⁶.

No caso da Arbitragem Comercial Internacional, como vimos acima, pelo fato de existir uma lei modelo e, além dela, convenções internacionais multilaterais que pautam a regulação da arbitragem nos ordenamentos jurídicos internos de cada país, resta demonstrado um relevante grau de *uniformização*⁷⁷ das leis referentes ao instituto no mundo todo⁷⁸. O que se deve perguntar, no entanto, é se a *unificação* proposta atende, ou ao menos pretende atender, efetivamente, aos seus fins precípuos?

Utilizando-se dos preceitos trazidos pelo direito comparado, conforme analisado acima, será discutido no sub-ítem seguinte, se a uniformização da Arbitragem Comercial Internacional atende o fim a que se propõe.

⁷⁴ Konrad Zweigert e Hein Kötz (1998).

⁷⁵ Ibidem.

⁷⁶ “Deste modo, os esforços de uniformização do Direito, em particular mediante tratados internacionais, concentram-se em campos nos quais há relacionamentos transfronteiriços mais estreitos, com grande destaque para o comércio. Criam-se formas jurídicas para obter as vantagens decorrentes da redução da incerteza que, já existente no âmbito interno, se exponencia em decorrência das distancias físicas, culturais e jurídicas” (WALD et al, 2013, p. 21).

⁷⁷ Objetivo este declarado nas próprias considerações iniciais da Lei Modelo da UNCITRAL, em que se afirma:

⁷⁸ A *uniformização* da Arbitragem comercial por vezes é denominada *harmonização*, talvez por questões de ordem linguística, ou até de política. Contudo, a mensagem sempre permanece a mesma, como se pode verificar neste trecho de Kaplan (2012, p. xiii): “O sucesso da arbitragem comercial moderna foi construído sobre dois pilares: a Convenção [de Nova Iorque, de 1958] e a Lei Modelo sobre arbitragem comercial internacional da UNCITRAL de 1985 (e revisada em 2006). A Lei Modelo forma a base para os Estados que não tenham uma lei de arbitragem e possam adotar uma pronta ou substituir uma que esteja ultrapassada. [...] Tudo isso contribuiu imensamente para alcançarmos a harmonização da lei sobre arbitragem internacional o que, por sua vez, contribuiu para alcançar previsibilidade e certeza – qualidades muito desejadas pela comunidade empresarial internacional”.

2.3. O Padrão Internacional da Arbitragem Comercial Internacional

Na lição de Erik Jayme (1995)⁷⁹, quando se pretende uniformizar o tratamento de determinado instituto ou relação jurídica, de acordo com o que se entende por direito internacional privado, devem ser observados três aspectos principais: a) definir um campo próprio para a aplicação do que se pretende uniformizar; b) mencionar sempre o recurso ao direito internacional privado para o preenchimento de eventuais lacunas existentes, e; c) respeito às particularidades de cada ordenamento jurídico englobado.

Estes três pilares estabelecidos por Jayme (1995) se justificam pelo fato de que, ao se unificar a regulação e aplicação de determinado instituto, deve-se saber precisamente qual problema está sob a égide de tal regulação e, ainda, assegurar que o seu tratamento seja conforme a prática estabelecida internacionalmente, justamente para criar um ambiente eivado de maiores segurança e previsibilidade, que torne mais simples a vida das pessoas que necessitam do sistema, mas sem afetar a identidade cultural que possa existir em cada comunidade englobada por tal *unificação*.

No caso da arbitragem, o que se pode diagnosticar com o estudo das leis internas dos países que se basearam na Lei Modelo da UNCITRAL é que, em linhas gerais, apesar de algumas soluções diferentes encontradas por cada um na administração deste instituto, existe ao menos uma *matriz* seguida por todos⁸⁰. E estas variações, comuns em todo o fenômeno de *unificação*⁸¹, são pautadas por inúmeros motivos, que vão desde a tradição da arbitragem na lei e na prática destes países até questões de ordem política que venham a ser afetadas pela aplicação da lei conforme o modelo e as práticas internacionais.

Atualmente, a Lei Modelo da UNCITRAL conta com 67 países que declaradamente a adotaram para a elaboração de suas leis internas sobre Arbitragem⁸². Já a Convenção de Nova

⁷⁹ *Identité Culturelle et Integration: Le Droit International Privé Postmoderne*. RCDI. Haya. 1995. Págs. 56 e 57.

⁸⁰ A uniformização do tratamento da arbitragem comercial internacional é reconhecido como exemplo de sucesso pela doutrina, aqui representada por Schlesinger et al. (1998, p. 40), que diz: “On a intercontinental or potentially world-wide scale, a degree of unification or effective coordination of national laws has been accomplished with respect to certain subjects in areas such international trade, transportation, communications, intellectual property, and arbitration”.

⁸¹ Ver também em Schlesinger et al. (1998, p. 40): “Whether the aimed-for harmonization be regional or intercontinental, it often turns out that the participating states cannot agree upon complete unification or revê approximation of the legal rules and principles relating to a giving subject”.

⁸² A lista com os nomes de todos os países declarantes está disponível no site da UNCITRAL: http://www.uncitral.org/uncitral/en/uncitral_texts/arbitration/1985Model_arbitration_status.html

Iorque de 1958, conta com 149 Estados-Membros⁸³. De fato, este dado parece demonstrar que muitos países vêem neste esforço de unificação algo útil e desejável.

E realmente se trata de algo muito importante, tanto para o desenvolvimento da arbitragem comercial internacional, quanto para a própria *inserção internacional* dos países, uma maior aproximação entre os sistemas jurídicos existentes. Se um dos grandes motivos (se não o maior deles!) para a prevalência do foro arbitral como forma de resolução de conflitos oriundos de relações comerciais internacionais é, justamente, evitar problemas de ordem jurisdicional⁸⁴ por conta das grandes divergências entre os sistemas jurídicos existentes, simplesmente promover a arbitragem comercial internacional sem sugerir certa uniformização de tratamento, de fato, não resultaria num avanço tão grande como o que se percebe nos últimos trinta anos.

Ademais, é bom salientar que tanto a Convenção de Nova Iorque de 1958 quanto à Lei Modelo da UNCITRAL detêm naturezas *processuais* e não *materiais*. Isto facilita a disseminação destes textos entre as nações, que passam a possibilitar aos seus cidadãos o acesso a um processo internacionalmente consagrado, mas que pode ser regido pela lei *material* de seu próprio país, de acordo com a convenção das partes. Além disso, no que tange à execução de sentenças arbitrais estrangeiras, a Convenção de Nova Iorque também não interfere de forma incisiva na forma em que o Estado irá administrar o procedimento de *exequatur*, justamente para que cada país regule isto da forma mais adequada ao seu sistema interno. Isto sem falar no fato de que ambos os textos, de forma direta, prestigiam o respeito à *ordem pública* de cada país, o que é, ao mesmo tempo, um conforto para estes e um desconforto para os arbitralistas internacionais⁸⁵, por força da abrangência de interpretação que juízes, tribunais e doutrinadores têm deste conceito mundo afora.

Há de se dizer, ainda, que a Lei Modelo da UNCITRAL por diversas vezes menciona o recurso às regras aplicáveis de direito internacional privado (*conflict of laws*) para nortear as decisões dos árbitros, quando não há estipulação expressa das partes sobre assuntos como a escolha da lei aplicável (art. 28) ou da sede de arbitragem (art. 20), por exemplo.

Desta feita, a aproximação dos sistemas jurídicos de cada país, promovida tanto pela Lei Modelo da UNCITRAL como pela Convenção de Nova Iorque de 1958, reflete uma padronização legítima do sistema em nível internacional, afinal: a) define um escopo de

⁸³ Ver em: http://www.uncitral.org/uncitral/en/uncitral_texts/arbitration/NYConvention_status.html

⁸⁴ Cf. Lowenfeld (2005, p. 1).

⁸⁵ Sobre isto, ver Paulsson, Jan. “*El orden público como criterio para negar el reconocimiento e la ejecución de laudos arbitrales*.” Obra Coletiva. *El Arbitraje Comercial Internacional. Estudio de la Convención de Nueva York con motivo de su 50º aniversario*.

uniformização específico, que é a arbitragem comercial internacional; b) é algo útil e que efetivamente se presta a facilitar a vida das pessoas; c) respeita eventuais diferenças culturais que possam existir entre os países, e; d) refere-se às normas de direito internacional privado para preenchimento de eventuais lacunas.

Definido isto, o que se pretende fazer neste trabalho é comparar, em linhas gerais, o padrão internacional estabelecido pela Convenção de Nova Iorque de 1958 e a Lei Modelo da UNCITRAL com as leis e as aplicações destas em cada um dos BRICs, referentes a alguns aspectos relevantes e que dão maior ensejo à comparação, justamente para se verificar onde estão as coincidências e as discrepâncias⁸⁶ em cada um dos sistemas destes países, bem como onde parecem residir eventuais problemas que possam ser enfrentados por litigantes que necessitem se valer da arbitragem comercial internacional e acabem submetidos a um destes sistemas, o que pode ser útil em virtude da constante aproximação comercial entre estes países, já demonstrada no primeiro capítulo deste trabalho.

2.4. Comparação dos sistemas referentes à arbitragem comercial internacional institucional nos BRICs.

Para comparar os sistemas brasileiro, russo, indiano e chinês, levaremos em conta os aspectos listados abaixo, pela relevância que têm na arbitragem comercial internacional e, também, pelos problemas verificados com relação à regulação, interpretação e aplicação destes temas nos BRICs, quando comparados ao padrão internacional. Os pontos que serão discutidos são: a) arbitrabilidade; b) formas admitidas da convenção de arbitragem e seus efeitos; c) escolha ou definição do direito aplicável; d) jurisdição e definição dos árbitros; e) procedimento arbitral; f) decisão arbitral; g) execução de sentenças arbitrais estrangeiras e nacionais; h) Particularidades referentes às arbitragens comerciais institucionais.

A escolha destes subtemas veio da análise de alguns projetos feitos por grandes escritórios de advocacia⁸⁷ e organismos internacionais, de atuação mundial, em que são apresentadas as principais preocupações do Mercado com relação ao tema.

⁸⁶ Aqui se torna válida a menção à valiosa contribuição de Leotin-Jean Constantinesco (1998, p. 340), em que afirma: “Os ordenamentos estão muito longe de se opor uns aos outros, de maneira total e ponto por ponto. Na maioria das vezes, senão sempre, eles se contrapõem e se aproximam ao mesmo tempo”.

⁸⁷ Como são os casos dos guias apresentados periodicamente pelos escritórios Freshfields LLP, White & Case e Respondek & Fan.

Para melhorar a fluência do próprio texto e, assim, também facilitar a leitura, a consulta e a investigação do que é apontado nestas linhas, disponibiliza-se no Anexo I os textos das leis de arbitragem brasileira, russa, indiana e chinesa, bem como da Lei Modelo da UNCITRAL e da Convenção de Nova Iorque de 1958, bases legais que ora são comparadas neste trabalho. Os textos referentes à Lei Modelo e às leis russa, indiana e chinesa estão na língua inglesa.

2.4.1. *Arbitrabilidade.*

As leis que regulam a arbitragem no direito interno de muitos países estabelecem limites para a utilização deste instituto. As limitações encontradas variam de acordo com o que as leis destes países mantêm sob o monopólio jurisdicional de seus poderes judiciários locais, de acordo com motivações sociais, políticas ou mesmo jurídicas, também bastante variáveis de uma nação para outra.

Esses limites definidos nas leis internas de cada país estabelecem se um litígio pode, ou não, ser resolvido por arbitragem, ou seja, se é ou não *arbitrável*. Quando se fala em arbitrabilidade, portanto, refere-se à amplitude dada pela lei interna de um país ao uso da arbitragem, no que diz respeito às matérias que podem ser resolvidas (arbitrabilidade objetiva, ou *ratione materiae*) e, também, às pessoas que podem participar de um processo arbitral (arbitrabilidade subjetiva, ou *ratione personae*)⁸⁸.

As leis de todos os BRICs, no que diz respeito à arbitrabilidade subjetiva, são uníssonas no sentido de se exigir, apenas, que as partes de uma arbitragem detenham *capacidade* para tanto. Como a disciplina da capacidade, em todos estes ordenamentos jurídicos, é feita através dispositivos espalhados em diversos códigos e leis, não há espaço neste trabalho para um detalhamento de quem seria considerado *capaz* ou *incapaz* e quais as formas destes serem representados para o exercício de seus direitos em cada um dos BRICs.

Contudo, é interessante ressaltar que em todos os sistemas estudados não se faz qualquer distinção entre a capacidade para que uma pessoa, natural ou jurídica, deve demonstrar para se utilizar da arbitragem ou participar de qualquer outro tipo de contratação⁸⁹.

⁸⁸ Sobre isto ver, por exemplo, Fortier (2005, p. 270).

⁸⁹ No Brasil: art. 1º da Lei 9.307/96. Na Rússia: art. 34, alínea 2, ítem 1 da lei 5338-1. Na Índia: art. 34, ítem 2, alínea a.i. da Lei nº 26 de 1996; Na China: Art. 17, ítem 2 da Ordem Presidencial nº 31 de 1994.

Outra questão importante a ser abordada quando se estuda a arbitrabilidade subjetiva no tratamento dado à arbitragem comercial internacional nos BRICs é a possibilidade, ou não, de empresas públicas e a própria administração direta destes países firmarem convenções de arbitragem em contratos celebrados com particulares de outros países. No âmbito internacional e na Lei Modelo da UNCITRAL, não há qualquer dispositivo que proíba ou inviabilize o uso da arbitragem para a resolução de conflitos comerciais entre Estados e particulares, sendo isto, inclusive, parte da praxe do instituto nesta seara⁹⁰.

No caso do Brasil, a omissão da lei com relação à possibilidade da administração direta e indireta firmarem este tipo de compromisso deixou à jurisprudência esta missão e, de fato, o que se vê atualmente é que o uso da arbitragem pelo Poder Público, mesmo pela administração direta, vem crescendo com o passar dos anos, embora ainda não haja segurança jurídica suficiente para se afirmar a efetiva viabilidade disto no panorama atual⁹¹. O mesmo ocorre nos casos de Rússia, Índia e China, que costumeiramente estão envolvidos em arbitragens comerciais internacionais, não havendo em suas leis qualquer tipo de vedação expressa à utilização da arbitragem nos contratos entre particulares e a administração pública. Todavia, o grande obstáculo que se apresenta para os litigantes particulares em casos como estes é, mais uma vez, a amplitude dos conceitos de “ordem pública” e “interesse público”, que podem obstar a execução de uma decisão arbitral nos judiciários destes países, por força do que suas leis prevêm, o que também será melhor abordado mais adiante.

No que diz respeito à arbitrabilidade objetiva, ou seja, quais matérias e litígios podem ser resolvidos por arbitragem, algumas considerações mais específicas merecem ser feitas, no que concerne o escopo deste trabalho, que é o estudo da arbitragem comercial institucional internacional, no campo do direito privado.

A Lei Modelo da UNCITRAL considera a palavra “comércio” de uma forma ampla⁹², abrangendo todo o tipo de relação jurídica de natureza comercial, seja ela contratual ou não.

⁹⁰ Conforme ensinam Lew, Mistelis e Kröll (2003, p. 734): “Lack of subjective arbitrability to enter into an arbitration agreement, makes the agreement void. Therefore private parties should verify that no such restrictions exist when they enter into an arbitration agreement with a state party. It is generally recommended to include an express reference in the arbitration agreement that the state party has complied with all necessary procedures”[...].

⁹¹ Neste sentido, ver Gustavo Justino de Oliveira e Silvia Helena Johanson de Salvo. “A reforma da lei de arbitragem: análise sobre a autorização do uso da arbitragem pela administração pública direta e indireta”. E também Gustavo Justino de Oliveira: *Arbitragem e as parcerias público-privadas*. Ambos disponíveis em <http://www.justinodeoliveira.com.br/>

⁹² “The term “commercial” should be given a wide interpretation so as to cover matters arising from all relationships of a commercial nature, whether contractual or not. Relationships of a commercial nature include, but are not limited to, the following transactions: any trade transaction for the supply or exchange of goods or services; distribution agreement; commercial representation or agency; factoring; leasing; construction of works; consulting; engineering; licensing; investment; financing; banking; insurance; exploitation agreement or

Segundo o seu item 3, alínea a, do art. 1º, é considerada internacional a arbitragem em que: a) as partes estejam, no momento da assinatura do contrato, localizadas em países diferentes, ou; b) a arbitragem deva ser realizada num país em que as partes não estejam estabelecidas, ou; c) a maior parte do objeto contratual for realizado num país em que as partes não estejam estabelecidas, ou; d) o objeto do contrato e a sua execução estejam mais próximos à lei de um país em que as partes não estão estabelecidas, ou; e) as partes indiquem expressamente que a matéria da relação jurídica que mantêm envolve mais de um país.

A Lei Modelo, como se vê, adota um âmbito bastante amplo para a arbitragem comercial internacional. A lei brasileira de arbitragem, por sua vez, não traz em seu bojo qualquer menção à nacionalidade da arbitragem, importando-se somente com a nacionalidade da sentença arbitral.

Rússia e Índia, por outro lado, trazem este conceito de arbitragem internacional nos corpos de suas leis referentes à matéria. No caso da lei indiana, a alínea f do art. 2 da lei de arbitragem vigente, determina que deve ser considerada como arbitragem comercial internacional toda aquela em que o objeto do contrato seja entendido como comercial, de acordo com o ordenamento jurídico indiano, e que ao menos uma das partes envolvidas seja: a) nacional ou residente, ainda que temporariamente, em outro país; b) uma corporação que esteja sediada em outro país; c) uma empresa, associação ou grupo de indivíduos cujo controle, administração e tomada de decisões sejam feitos em outro país; d) o governo de outro país.

Diferentemente do que se prevê na Lei Modelo, percebe-se que a lei indiana se preocupa, basicamente, apenas com a adequação do objeto contratual ao que se define na lei indiana por comércio e, também, com a nacionalidade ou localização das partes envolvidas na arbitragem, para considerá-la comercial e internacional. Não há, portanto, a preocupação explícita com os efeitos do contrato ou o local de sua celebração, como se prevê no modelo encetado pela UNCITRAL.

Já a Rússia define o que entende por arbitragem comercial internacional no item 2 do artigo 1º da Lei 5338-1, seguindo as mesmas preocupações apontadas na lei indiana, afinal também se preocupa apenas com a nacionalidade e localização das partes para determinar se a arbitragem é ou não internacional. Na mesma esteira a lei russa prevê também a adequação do objeto da relação jurídica existente com o que se entende por “comércio”, definido de forma

concession; joint venture and other forms of industrial or business cooperation; carriage of goods or passengers by air, sea, rail or road”.

ampla e sem indicar, como se faz na Índia, as atividades que são ou não englobadas neste conceito.

Interessante, no entanto, é a estipulação apresentada no segundo tópico do item 2, que também considera como arbitragem comercial internacional aquela em que ao menos uma das partes esteja estabelecida na Rússia, mas tenha feito ou recebido investimento estrangeiro, equiparando-as em tratamento às organizações ou associações internacionais.

No caso da China, como se vê no art. 65 da Ordem Presidencial nº 31 de 1994⁹³, também se atribui nacionalidade à arbitragem, embora não se especifique um regime especial àquelas de natureza “comercial”. Apesar da lei não definir o que seria uma arbitragem internacional, os tribunais consideram como internacionais apenas as arbitragens cujo árbitro, câmara ou tribunal estejam localizados fora do país⁹⁴.

Na lei chinesa, no entanto, existe a figura da *foreign-related arbitration*, que seriam as arbitragens administradas dentro de seu território (excluindo-se Hong Kong, Macau e Taiwan) mas que tenham um “elemento estrangeiro”.

A diferenciação abrangência da expressão “elemento estrangeiro”⁹⁵, de fato, traz alguma insegurança ao instituto na China, afinal, não se sabe ao certo quando as partes devem se socorrer dos dispositivos legais referentes à *foreign-related arbitration* ou não. Além disso, caso uma câmara arbitral chinesa, considere nacional uma arbitragem que devesse ser entendida como *foreign-related*, isto poderia obstar a própria validade e execução da sentença arbitral, posto que atentará contra o ordenamento jurídico chinês, como se verá mais adiante neste trabalho.

Outro ponto que deve ser abordado neste momento do trabalho é o fato de que, no que concerne à arbitragem comercial internacional, não existem matérias específicas que sejam apontadas, por quaisquer das legislações em debate, como não arbitráveis. O limite para arbitragem comercial internacional reside tão somente, nos casos de Brasil, Rússia e Índia apenas nas questões relevantes à “ordem pública” e, na China, ao que se denomina por “interesse público”.

⁹³ Que entrou em vigor em Setembro de 1995.

⁹⁴ Para Huang Tao, “An “international arbitration, also known as a ‘foreign arbitration’ is an arbitration that is governed by a mediator that is based outside of the People’s Republic of China (“PRC”). In: The Validity of Arbitration Agreements under Chinese Law.

⁹⁵ Segundo Huang Tao, os chamados “foreign elements” exigidos pela lei chinesa para considerar uma arbitragem como estrangeira seriam: “(i) one or both parties being citizens of another country, stateless individuals, or foreign entities; (ii) the subject matter of the dispute is located outside of China; or (iii) the facts establishing, altering, or terminating the parties relationship occurs outside of the PRC. In: The Validity of Arbitration Agreements under Chinese Law.

Como se observa, a questão da arbitrabilidade nos BRICs é tratada de forma bastante diversa em cada ordenamento jurídico, embora compartilhem de pontos de partida semelhantes. Contudo, dentre as soluções apontadas por cada um dos textos legislativos estudados, a lei brasileira parece trazer a melhor solução, justamente porque detém um procedimento mais prático, quando se preocupa apenas com a nacionalidade da sentença arbitral e não da arbitragem em si. Esta solução evita muitos dos questionamentos e dificuldades enfrentados pelas leis dos outros BRICs, conforme visto acima.

O “lado ruim” da escolha do legislador brasileiro, no entanto, é que a lei 9.307/96, neste sentido, acaba se diferenciando bastante do que se observa no que se dispõe na Lei Modelo, afastando o sistema pátrio do que se pratica e prevê internacionalmente. E, justamente, a grande função de se prever nas leis internas dos países sistemas específicos às arbitragens internacionais pretende, justamente, assegurar uma maior aproximação entre as legislações, melhorando a previsibilidade do instituto em escala global⁹⁶.

2.4.2 Formas admitidas da convenção de arbitragem e seus efeitos

No que diz respeito às formas de se submeter a uma convenção de arbitragem, tanto a Lei Modelo da UNCITRAL quanto as leis internas de todos os BRICs são unânimes em exigir, ao menos, uma coisa em comum: a forma escrita. Diante disto, as partes que queiram se submeter à arbitragem em qualquer um destes ordenamentos deve, ao menos, se resguardar de que o faz através de um documento escrito.

Quando da revisão da Lei Modelo da UNCITRAL, realizada em 2006, debateu-se sobre a necessidade de se exigir expressamente a forma escrita para que as partes declarem suas intenções de resolver seus litígios através da arbitragem, conforme se previa em seu artigo 7º. Em virtude disto, foi proposta uma “segunda opção” à redação deste artigo, como se pode ver do próprio texto da Lei Modelo, que pode ser consultado no Anexo A, em que se omite a necessidade da previsão por escrito.

⁹⁶ Neste sentido, ver Lew, Mistelis e Kröll (2003, p. 27). “It became increasingly clear that some uniformity was needed to reflect the commonly accepted standards for international arbitration. The benchmark event in this respect was the introduction of the UNCITRAL Model Law of 1985. The concepts of party autonomy and the supportive role of courts to the arbitration process are the basis of the Model Law”.

Apesar desta nova opção trazida pela Lei Modelo, as legislações internas dos BRICs mantiveram suas leis internas com a exigência da forma escrita para que seja considerada válida uma convenção de arbitragem⁹⁷.

Dentre as leis dos BRICs, apenas a brasileira separa as formas de convenção de arbitragem em duas: a cláusula compromissória e o compromisso arbitral (art. 3º). Por força desta previsão, as partes só podem se submeter à arbitragem se incluírem em seus contratos uma cláusula específica que estipule claramente esta intenção de ambas, ou então que as partes firmem um documento em separado, depois de já instaurado o conflito, em que submetam a resolução deste à via arbitral.

A lei brasileira, em decorrência do que se observa nos seus artigos 5º e 7º, apresenta alguma dificuldade de compreensão e interpretação, afinal, pode ser concluído, dependendo de como se entenda o texto da lei, que a cláusula compromissória inserida num contrato não seria suficiente, *de per se*, para que fosse instituída a arbitragem, prevalecendo sempre a necessidade de se firmar um compromisso arbitral⁹⁸.

Esta divisão no que diz respeito à convenção arbitral não ocorre nos outros BRICS. Nos casos da Rússia e da Índia, que dispõem de previsões idênticas neste sentido e inspiradas na primeira redação da Lei Modelo⁹⁹, os arts. 7ºs de ambas exigem apenas que a convenção de arbitragem seja acordada por escrito, aceitando-se inclusive que isto se faça por e-mail, fax e etc, o que já seria suficiente para afastar o litígio da esfera judicial.

Já na legislação chinesa, os requisitos para que seja válida uma convenção de arbitragem encontram-se previstos no art. 16 e são, além da observância da forma escrita: a) declaração expressa das partes que têm a intenção de resolver o litígio pela via arbitral; b) o(s)

⁹⁷ Lei Brasileira: Art. 4º, Parágrafo 1º. Lei Russa: Art. 7, ítem 2. Lei Indiana: Art. 7º, ítem 3. Lei Chinesa: Art. 16, *Caput*.

⁹⁸ Carmona (2009) defende a desnecessidade do compromisso arbitral, enquanto Humberto Theodoro Junior (2000, p. 317) e José Carlos Barbosa Moreira (1997, p. 5) entendem pela necessidade do compromisso arbitral, ainda que já inserida cláusula compromissória no contrato do qual se originou o conflito.

⁹⁹ “Article 7 - Definition and form of arbitration agreement

1. "Arbitration agreement" is an agreement by the parties to submit to arbitration all or certain disputes which have arisen or which may arise between them in respect of a defined legal relationship, whether contractual or not. An arbitration agreement may be in the form of an arbitration clause in a contract or in the form of a separate agreement.

2. The arbitration agreement shall be in writing. An agreement is in writing if it is contained in a document signed by the parties or in an exchange of letters, telex, telegrams or other means of telecommunication which provide a record of the agreement, or in an exchange of statements of claim and defence in which the existence of an agreement is alleged by one party and not denied by another. The reference in a contract to a document containing an arbitration clause constitutes an arbitration agreement provided that the contract is in writing and the reference is such as to make that clause part of the contract”.

objeto(s) que se pretende(m) discutir através da arbitragem, e; c) a menção expressa de qual “comissão de arbitragem” as partes estão se submetendo através da convenção.

A redação da lei chinesa traz algumas preocupações de ordem prática que são bastante relevantes. A primeira reside no item “b” acima e consiste no seguinte: se a arbitragem foi definida previamente, como saber qual seria o objeto da arbitragem, visto que, num mesmo contrato, restam previstas inúmeras obrigações a ambas as partes, das quais pode sobrevir um ou mais conflitos a serem resolvidos por arbitragem? Em virtude desta previsão *sui generis*, poderiam as partes declarar, no caso de definirem previamente a utilização da via arbitral, que a totalidade do contrato seria objeto da arbitragem? Embora a doutrina consultada pareça ignorar estes questionamentos ora levantados, a redação do art. 16, neste particular, parece um pouco confusa, ao menos no que consta da sua versão em inglês.

Quanto ao item “c”, a lei chinesa é clara em não admitir o uso da arbitragem *ad hoc*, ao menos no que diz respeito às arbitragens doméstica e *foreign-related*. Todavia, no caso de arbitragens comerciais internacionais, em consequência do que se prevê na Convenção de Nova Iorque de 1958, o judiciário chinês aceita e homologa sentenças arbitrais estrangeiras oriundas de arbitragens *ad hoc*, de acordo com o que ensina Tao (2013, p. 76)¹⁰⁰.

Conforme demonstrado acima, dentre os BRICs, apenas o Brasil e a China estabelecem maiores formalidades para a convenção de arbitragem. Enquanto a lei chinesa prevê um conteúdo mínimo para que seja válida a convenção, a lei brasileira vai além, posto que só admite este tipo de contratação através da elaboração de uma cláusula compromissória ou de um compromisso arbitral. Neste particular, portanto, as leis de arbitragem da Índia e da Rússia se mostram muito mais próximas do padrão internacional do que as da China e, principalmente, do Brasil.

Apesar destas diferenças, nota-se que todos os BRICs prestigiam em suas leis a convenção de arbitragem, e atribuem a ela todos os efeitos necessários para a segurança jurídica do instituto, desde que observadas as formalidades previstas em suas leis.

¹⁰⁰ “The foregoing provisions collectively amount to a legislative rebuttal of any assumptions regarding the legitimacy of *ad hoc* arbitration in China. In consequence, the Arbitration Law manifestly imposes a number of significant obstacles to the conduct of *ad hoc* arbitration in China. **However, in the recognition and enforcement of foreign arbitral awards pursuant to the New York Convention, China does recognize and accept the legitimacy of foreign awards rendered abroad via the conduct of *ad hoc* arbitration**”(Grifo Nosso).

2.4.3 Escolha ou definição do direito aplicável.

Nas arbitragens comerciais internacionais, as partes podem escolher a lei que irá reger a resolução de um eventual litígio entre ambas. Contudo, há casos em que este tipo de estipulação não é feito pelas partes, trazendo inúmeras complicações à administração da arbitragem pelos árbitros, que já de início terão de definir qual o sistema jurídico mais adequado ao caso que lhes foi submetido.

A Lei Modelo da UNCITRAL define, em seu artigo 28, que a lei aplicável à arbitragem pode ser eleita pelas partes e, caso isto não ocorra, determinada pelo(s) árbitro(s) de acordo com as regras de conflito de leis consideradas adequadas ao caso. Prevê-se no texto da Lei Modelo, também, o fato de que a escolha da lei de um determinado país deve refletir apenas sobre o direito material deste, não se aplicando, caso não haja estipulação diversa pelas partes, suas regras de direito processual ou de conflito de leis¹⁰¹.

O texto da Lei Modelo, portanto, sugere que a determinação do direito aplicável pelos árbitros não deve se pautar pelo direito de um país ou outro, mas sim, pelo que se pratica no direito internacional privado¹⁰².

Na lei brasileira, o art. 2º prevê de forma ampla a possibilidade das partes elegerem a lei aplicável para reger a resolução do litígio que submeteram à arbitragem, sendo expresso no seu parágrafo 2º que mesmo os princípios gerais de direito ou as regras internacionais de comércio podem ser assim escolhidos, excluindo-se a aplicação da lei de um país ou de outro.

Caso não haja qualquer tipo de estipulação neste sentido, aos árbitros cabe a definição da lei aplicável, não sendo mencionado qualquer tipo de dever destes de respeitar os critérios

¹⁰¹ “Article 28 deals with the determination of the rules of law governing the substance of the dispute. Under paragraph (1), the arbitral tribunal decides the dispute in accordance with the rules of law chosen by the parties. This provision is significant in two respects. It grants the parties the freedom to choose the applicable substantive law, which is important where the national law does not clearly or fully recognize that right. In addition, by referring to the choice of “rules of law” instead of “law”, the Model Law broadens the range of options available to the parties as regards the designation of the law applicable to the substance of the dispute. For example, parties may agree on rules of law that have been elaborated by an international forum but have not yet been incorporated into any national legal system. Parties could also choose directly an instrument such as the United Nations Convention on Contracts for the International Sale of Goods as the body of substantive law governing the arbitration, without having to refer to the national law of any State party to that Convention. The power of the arbitral tribunal, on the other hand, follows more traditional lines. When the parties have not chosen the applicable law, the arbitral tribunal shall apply the law (i.e., the national law) determined by the conflict-of-laws rules that it considers applicable”. (Explanatory Note by the UNCITRAL secretariat on the 1985 Model Law on International Commercial Arbitration as amended in 2006, pág. 33).

¹⁰² Como seria o caso da aplicação dos princípios da UNIDROIT, na lição de Friederich K. Juenger (2000): “The wording of this provision, which mixes together traditional contacts with substantive principles in eclectic fashion, is hardly ideal. It does, however, have the undeniable virtue of granting courts and arbitrators a leeway of discretion that allows them to resort to the UNIDROIT Principles, rather than some obscure and internationally unacceptable rule found in national law”. (Lex Mercatoria and Private International Law. 60 La. L. Rev. Disponível em: <http://digitalcommons.law.lsu.edu/lalrev/vol60/iss4/10>).

estabelecidos pelo Código de Processo Civil ou pela Lei de Introdução ao Direito Brasileiro para que cheguem a esta conclusão.

Nos casos da Índia e da Rússia, as regras para eleição da lei aplicável em arbitragem comercial internacional seguem estritamente a redação da Lei Modelo da UNCITRAL, tanto que mesmo o número do artigo em ambos os casos também é coincidente: artigo 28.

Com relação à lei de arbitragem chinesa, não há qualquer previsão que possibilite, limite ou vede a escolha, pelas partes, da lei substancial que será aplicada na resolução do litígio. Diante disto, caso se pretenda definir uma lei que não seja a chinesa, numa arbitragem comercial internacional realizada na China, as partes deverão ficar atentas para os casos em que a lei chinesa determina a aplicação compulsória do direito chinês, conforme previsto no art. 126 da Lei dos Contratos¹⁰³. Exemplos de casos como estes são os contratos de *joint venture* firmados entre empresas chinesas e estrangeiras¹⁰⁴.

Todavia, nos casos de arbitragens realizadas em câmaras estrangeiras, a lei chinesa não opõe obstáculos à previsão, na convenção de arbitragem, ou à definição pelos árbitros, de leis de outros países como aplicáveis à resolução do litígio¹⁰⁵.

Percebe-se, portanto, que entre os quatro sistemas estudados, apenas o chinês é mais obscuro com relação à possibilidade de se escolher ou determinar como aplicável a lei estrangeira em arbitragens comerciais internacionais, pelo tratamento reservado às arbitragens realizadas perante suas comissões de arbitragem.

¹⁰³ “Article 126 Choice of Law in Foreign-related Contracts; Contracts Subject to Mandatory Application of Chinese Law. Parties to a foreign related contract may select the applicable law for resolution of a contractual dispute, except otherwise provided by law. Where parties to the foreign related contract failed to select the applicable law, the contract shall be governed by the law of the country with the closest connection thereto”.

¹⁰⁴ Neste sentido, ver Tao (2013, p. 110): “In China, the principle of party autonomy with respect to the selection of the applicable substantive law of the contract is limited. Whereas the Arbitration Law does not provide for any specific guidelines regarding the substantive law applicable to the dispute, this issue is dealt with in the Contract Law. Pursuant to Article 126 of the Contract Law, the parties to a contract containing a foreign element may select the law applicable to the resolution of disputes arising under the contract, unless Chinese law expressly provides otherwise. Whilst contracts between Chinese joint ventures and third parties are not compulsorily subject to Chinese law, all other contracts are, for example, for the establishment of wholly foreignowned enterprises, for Sinoforeign equity and cooperative joint ventures, and for Sinoforeign contracts for the exploitation of mineral resources within the territory of China”.

¹⁰⁵ Conforme ensina Jingzhou Tao (2012, p. 111): “Notwithstanding the applicability of Chinese law to contracts for the establishment of joint ventures, contracting parties are permitted to provide for arbitration of contractual disputes before non-Chinese arbitration institutions overseas. In that regard, the Hong Kong International Arbitration Centre (HKIAC), the Singapore International Arbitration Centre (SIAC) and the International Chamber of Commerce (ICC) are the most popular choices.”

2.4.4. Jurisdição e definição dos árbitros:

Um dos momentos cruciais em qualquer arbitragem é a indicação do(s) árbitro(s) e da instituição que administrará o processo arbitral. É muito importante, portanto, que as leis internas dos países deixem bastante claras as regras referentes a estas escolhas.

2.4.4.1 Os Árbitros

A Lei Modelo da UNCITRAL disciplina o tema da escolha dos árbitros em seus artigos 10 a 15. Embora não determine um número máximo de árbitros, a Lei Modelo sugere que, caso as partes não cheguem a um consenso quanto a isto, que a arbitragem seja conduzida por três árbitros, sendo que dois são escolhidos diretamente pelos litigantes e o terceiro, que atuaria como presidente do tribunal, seria indicado pelo consenso dos árbitros.

Caso as partes não indiquem os árbitros no prazo de trinta dias, contados da data da comprovação do recebimento da intimação, ou se, no mesmo prazo, os que foram devidamente escolhidos não cheguem a um acordo quanto ao terceiro nome, a questão deve ser levada à autoridade judicial competente, para que esta venha a indicar o(s) nome(s). Este socorro à autoridade competente se repete no caso da necessidade de indicação de um árbitro apenas, bem como se, durante o processo arbitral: uma das partes não cumprir com alguma determinação feita pelo(s) árbitro(s); qualquer decisão que dependa de um consenso inatingido das partes não seja tomada ou demore para ser resolvida pelo(s) árbitro(s); c) se os árbitros ou a câmara arbitral não tome alguma das providências a eles impostas.

A autoridade competente, segundo o sugere a Lei Modelo, quando acionada para resolver estas questões, deve tomar os cuidados suficientes para não se enveredar por qualquer assunto que incida sobre o mérito da questão, atendo-se estritamente à função que deve exercer no processo arbitral. Ademais quando a autoridade competente for responsável pela indicação de um árbitro, deverá também, de acordo com a Lei Modelo, levar em conta as qualificações eventualmente exigidas pelas partes, bem como a sua independência e equidistância deste para com os litigantes. Em virtude disto a Lei Modelo também sugere, para arbitragens que tenham partes oriundas de países diferentes, que a autoridade competente indique, preferencialmente, um árbitro que seja de nacionalidade diversa da de ambas.

Aos árbitros, a Lei Modelo aufere a responsabilidade de declararem, o mais brevemente possível, toda e qualquer informação que possa indicar sua maior proximidade a qualquer uma das partes, para que sua *ex adversa* tenha ciência e se manifeste a respeito.

Recai ao árbitro a responsabilidade de se declarar suspeito para atuar em determinado feito. Contudo, a Lei Modelo também prevê a possibilidade das partes questionarem-no, de acordo com o procedimento acordado por ambas para tanto. Caso não haja acordo entre as partes sobre tal procedimento, a Lei Modelo estabelece um prazo de 15 dias para que a parte interessada oferte suas razões de suspeição, contados da data em que tomou ciência do fato que legitima seu pedido. Se a arguição de suspeição ou de desqualificação não for acolhida, a parte interessada terá o prazo de trinta dias para levar a questão até a autoridade competente. No decorrer deste processo a arbitragem não será suspensa, podendo o árbitro arguido, inclusive, apresentar sua sentença arbitral, que poderá ser anulada caso a autoridade competente o considere suspeito ou inapto.

Mesmo a parte que indicou o árbitro pode, caso venha a ter notícia de algo que o torne suspeito, arguir sua suspeição. Contudo, isto só pode ser alegado caso tal informação chegue ao conhecimento da parte depois desta já ter indicado nome do árbitro suspeito para resolver aquele litígio.

Caso ocorra qualquer das hipóteses acima, ou ainda algum dos árbitros indicados se torne, de direito ou de fato, impossibilitado de permanecer em suas funções, proceder-se a sua substituição, que deve seguir os mesmos critérios definidos pelas partes para a escolha do árbitro e as mesmas regras procedimentais para o socorro à autoridade competente, caso não se chegue a um acordo quanto a isto no seio da arbitragem.

A lei brasileira, neste sentido, segue quase todas as orientações apresentadas pela Lei Modelo da UNCITRAL. Diferentemente das leis chinesa, indiana e russa, a lei 9.307/96 não indica uma autoridade competente específica para resolver as questões ora tratadas. Em verdade, a lei brasileira atribui esta função ao foro que seria competente para apreciar o litígio entre as mesmas partes, caso estas fossem levar o conflito ao judiciário, conforme previsto no art. 20, Parágrafo 1º.

Além disso, a lei brasileira não prevê prazos específicos para que as partes venham a apresentar suas arguições de suspeição, impedimento e etc., conforme se verifica no art. 20, Parágrafo 1º. Ao invés disso, o legislador brasileiro preferiu definir que a parte interessada deve apresentar estes argumentos na primeira oportunidade que tiver, dentro do processo arbitral.

Além disso, a lei brasileira também permite que as partes optem por um número par de árbitros para resolver o litígio. Contudo, ao se escolher um número par, os árbitros eleitos deverão indicar o nome de um outro. Não havendo acordo quanto ao nome a ser indicado, a questão deverá ser decidida pela autoridade competente¹⁰⁶.

Quanto às leis russa e indiana, seguindo o mesmo padrão da Lei Modelo da UNCITRAL e adotando sua redação *ipsis litteris*, ambas indicam como autoridades competentes, respectivamente, o Presidente da Câmara de Comércio e Indústria da Federação Russa¹⁰⁷ e o *Chief Justice of India*¹⁰⁸. De resto suas disposições se equivalem ao texto da Lei Modelo, aproveitando-se a ambos, portanto, os comentários a ela relacionados.

No que concerne à lei chinesa, a autoridade competente indicada para resolver questões envolvendo a pessoa do árbitro é o próprio presidente da comissão de arbitragem utilizada para resolver o litígio¹⁰⁹. Mas, no caso do próprio presidente atuar como árbitro num caso em que venha a ser impugnada a sua participação, quem decidirá sobre o seu afastamento é a coletividade de árbitros existente naquela comissão de arbitragem específica. Esta regra vale tanto para as arbitragens domésticas quanto para as *foreign-related arbitrations*.

Contudo, caso seja necessária a intervenção do judiciário para resolver qualquer questão inerente a uma arbitragem comercial internacional ou a uma *foreign-related arbitration*, a parte ou a própria comissão de arbitragem deve recorrer às Cortes Intermediárias que teriam jurisdição sobre o litígio, conforme disposto nos artigos 58 e 68 da lei de arbitragem chinesa, bem como no art. 269 do Código de Processo Civil chinês, assuntos que serão melhor abordados nos itens 2.4.6 e 2.4.7, referente às sentenças arbitrais e a execução das sentenças arbitrais estrangeiras.

No mais, os deveres dos árbitros e as possibilidades de arguição de suspeição ou impedimento destes, segundo a lei chinesa, coincidem com o que se propõe na Lei Modelo¹¹⁰. Nota-se, contudo, que ao exemplo da lei brasileira, a Ordem Presidencial nº 31/1994 não prevê prazos específicos para este fim. Preferiu-se a solução em que se obriga às partes a

¹⁰⁶ Art. 13, Parágrafo 2º da Lei 9.307/96.

¹⁰⁷ Art. 6, 1, da Lei 5338-1. Deve ser salientado que a Câmara de Comércio e Indústria da Federação Russa é uma organização não-governamental de grande prestígio, fundada em 1910 mas inaugurada apenas em 1917, um pouco antes do fim da Guerra Civil. Seu presidente atual é Sergey Katyrin. Sobre isto, ver: <http://www.tpprf.ru/en/>

¹⁰⁸ Conforme previsto no art. 11, 4 da lei nº 26/1996. A figura do *Chief Justice* se assemelha ao Presidente do Supremo Tribunal Federal no sistema brasileiro. Atualmente, o cargo é exercido pelo *Justice P. Sathasivan*. O dispositivo de lei ora mencionado também prevê o fato do *Chief Justice* delegar esta função a outras autoridades. Sobre isto, ver em: <http://supremecourtfindia.nic.in/judges/sjud/psathasivam.htm>

¹⁰⁹ Art. 36 da lei chinesa.

¹¹⁰ Art. 34 da lei de arbitragem chinesa.

apresentar suas arguições no primeiro momento que tiverem oportunidade, dentro do processo arbitral¹¹¹.

Diferentemente do que os outros BRICs determinam em suas leis, a China, ao legislar sobre a composição do tribunal arbitral, traz apenas duas opções às partes: a escolha de um ou três árbitros. Além disso, a lei chinesa também estabelece que, tanto num caso como no outro, os árbitros poderão ser escolhidos através do acordo entre as partes ou pelo presidente da comissão de arbitragem responsável¹¹².

Ressalte-se também que em nenhum dos sistemas jurídicos estudados a lei define qualquer tipo de qualificação especial para que dada pessoa atue como árbitro. Não há, portanto, a exigência de cursos específicos de capacitação ou titulação acadêmica mínima. Neste diapasão, somente a lei chinesa define que, para uma pessoa exercer esta função, deve constar do quadro de árbitros de uma das Comissões de Arbitragem existentes no país.

Dentre os BRICs, o sistema brasileiro é o que apresenta, ao menos no texto de lei, as punições mais severas ao árbitro caso este venha a atuar de forma fraudulenta, ou em benefício de uma parte em detrimento da outra. Enquanto os outros sistemas prevêm apenas punições de ordem civil e patrimonial, o sistema brasileiro, ao equiparar o árbitro ao juiz em seu art. 18, também imputou a ele, através do art. 17, o mesmo tratamento direcionado aos funcionários públicos, no que diz respeito à tipificação de suas condutas no âmbito do direito penal.

2.4.4.2 *As Instituições*

No que diz respeito à regulação e à intervenção do estado com relação às instituições de arbitragem, pode-se dizer, mais uma vez, que a China é a que apresenta a legislação mais surpreendente dentre os BRICs.

Tanto a Lei Modelo da UNCITRAL quanto as leis brasileira, russa e indiana não interferem em praticamente nada no que diz respeito ao funcionamento das instituições, aos seus regimentos internos e regulamentos de arbitragem. No caso da China, contudo, a realidade é outra.

¹¹¹ Art. 35 da lei de arbitragem chinesa

¹¹² Observe-se neste caso que não é necessária a ausência de consenso para que o presidente da comissão de arbitragem aponte o árbitro único ou o terceiro árbitro. Basta que as partes atribuam este poder a ele, para que esta solução seja diretamente utilizada. Contudo, o presidente também poderá apontar todos os árbitros componentes do tribunal arbitral, caso as partes não o façam em tempo razoável. Vide artigos 31 e 32 da lei de arbitragem chinesa.

Embora reste previsto no artigo 8º da lei chinesa que as comissões de arbitragem devem ser livres de qualquer influência – inclusive a do próprio Estado – o artigo 10º determina que estas instituições deverão ser instaladas de acordo com a necessidade de cada região, e que os governantes dos locais nos quais venham a se estabelecer devem organizar isto junto às câmaras de comércio de suas regiões, cabendo sempre ao Governo Central o controle e o registro das comissões¹¹³.

Além disso, criou-se através da Ordem Presidencial nº 31/1994 uma instituição denominada *China Arbitration Association* (CAA)¹¹⁴, da qual, obrigatoriamente, todas as comissões deveriam ser associadas. A esta Associação caberia regulamentar e disciplinar suas associadas, no sentido de adequar seus regulamentos e regras de arbitragem de acordo com a lei, principalmente no que diz respeito às arbitragens domésticas.

Todavia, como ensina Tao (2013, p. 40)¹¹⁵, até o presente momento esta instituição não foi criada, por força da grande incerteza existente na comunidade chinesa sobre qual seria seu efetivo papel, bem como na necessidade que os especialistas vêem na modernização de sua lei, face à nova realidade do país.

2.4.4.3. *Jurisdição*

No que diz respeito à jurisdição, deve ser ressaltado que as leis brasileira¹¹⁶, russa¹¹⁷ e indiana¹¹⁸ estabelecem de forma clara, e coincidente com o sugerido pela Lei Modelo, que aos

¹¹³ Neste mesmo sentido, ver Tao (2013, p. 41 e 42): “According to Article 15 of the Arbitration Law, the CAA should be a self-disciplined societal type of organization with legal person status. However, despite this clear provision in favour of a nongovernmental and service oriented organization of arbitration commissions, the Office of the Legislative Affairs of the State Council is of the opinion that it should rather be set up as a supervisory and regulatory organization supervising over one hundred arbitration commissions in mainland China”.

¹¹⁴ Art. 15 da lei de arbitragem chinesa.

¹¹⁵ “Whilst the Arbitration Law provides for the founding of the China Arbitration Association (CAA), the organization has not, as yet, been established. In accordance with the Arbitration Law, all domestic arbitration commissions, as well as CIETAC and CMAC, are all required to be members of the CAA. According to Article 15 of the Arbitration Law, the CAA is to be a self-regulated organization possessing the status of a legal person, whose main functions would be the supervision of the arbitration commissions, its members and their arbitrators, as well as the formulation of unified arbitration rules for domestic arbitration commissions in accordance with the Arbitration Law and the Civil Procedure Law. Pending the establishment of the CAA, the law specifically permits arbitration commissions to formulate their own interim rules for arbitration. Furthermore, in the absence of the CAA, the General Office of the State Council, on 28 July 1995, issued model Provisional Rules for Domestic Arbitration Commissions aimed at standardizing the rules for domestic arbitration commissions. The reasons why the CAA has not yet been established are manifold, one of the major reasons being the existence of a significant disagreement among Chinese arbitration circles regarding the necessity of the establishment of the CAA, its character, legal status, and its duties and functions, etc”.

¹¹⁶ Art. 8º, Parágrafo 1º da lei 9.307/96.

árbitros cabe a determinação de sua própria *jurisdição* ou *competência* (princípio da *kompetenz-kompetenz*), termos que ainda são objeto de discussão sobre sua melhor aplicação na doutrina¹¹⁹.

Todavia, um recente julgado do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Brasil, também relativizou um pouco o princípio da *kompetenz-kompetenz* no direito pátrio, ao definir que, nos casos em que houver conflito de competência entre o foro arbitral e o poder judiciário, quem decidirá a questão será diretamente o próprio STJ, como já ocorre nos conflitos de competência entre Justiças diferentes no direito brasileiro¹²⁰.

A lei chinesa, por outro lado, difere consideravelmente dos sistemas brasileiro, russo e indiano, bem como da própria Lei Modelo, pelo fato de não prestigiar integralmente este princípio no seu texto de lei¹²¹. De fato, caso haja dúvida sobre a competência do árbitro ou do tribunal arbitral com relação a sua competência para apreciar determinada matéria, a decisão do judiciário local prevalece sobre a arbitral, nos termos do artigo 20 da lei.

2.4.5. *Processo arbitral.*

O processo arbitral, para que não venha a macular a validade da arbitragem como um todo, deve observar regras gerais¹²² que assegurem a todas as partes um tratamento

¹¹⁷ Art. 16 da lei 5338-1.

¹¹⁸ Art. 16 da lei 26/1996.

¹¹⁹ Sobre estes questionamentos ver Pucci (2001, p. 5). e também Dolinger e Tibúrcio (2003, p. 94 e 95).

¹²⁰ Conflito de Competência 111.230. Min. Rel. Luís Felipe Salomão.

¹²¹ Neste sentido, ver Tao (2013, p. 95) “Article 5 of the Arbitration Law expresses the principle that a valid arbitration agreement excludes the jurisdiction of the court. According to Article 5, only where the arbitration agreement is invalid, i.e., null and void, may a court accept its jurisdiction. However, the exclusion of the court’s jurisdiction appears to be more partial than absolute. The problem is that there is no recognition of the Kompetenz-Kompetenz of the arbitral tribunal under Chinese law. In practice, Article 5 bestows upon the court the authority to decide on the validity of the arbitration agreement instead of giving such power to the arbitration institution and/or the arbitral tribunal in accordance with the doctrine of Kompetenz-Kompetenz. The non-acceptance of the principle of KompetenzKompetenz in China is clearly reflected in Article 20 of the Arbitration Law, which stipulates that where a party requests a court to decide on the validity of the arbitration agreement and the other party requests the arbitration institution to make the ruling, the court’s decision is given precedence. As a consequence thereof, if a dispute, which is subject to arbitration, is brought before the Chinese court, the defendant who wishes to see this dispute resolved by means of arbitration has an obligation to raise an objection prior to the first hearing of the case. If he/she fails to do so, he will be deemed to have waived his right to refer to arbitration”.

¹²² Na lição de Lew, Mistelis e Kröll (2003, p. 521): “The issue is who controls the procedure and what minimal standards have to be complied with? Most arbitration laws provide a set of rules which may be used to regulate arbitration proceedings. Occasionally such rules are mandatory or express public policy. Furthermore, the internationalisation and harmonisation of international arbitration has resulted in the formulation of international rules for the regulation of arbitration procedure”.

igualitário, evitando-se, no entanto, seu alongamento desnecessário¹²³, para que a solução obtida para o litígio seja o mais eficiente possível.

Para que se atinja a este fim, devem-se conjugar dois princípios que são vitais à arbitragem: o devido processo legal e a autonomia da vontade. O primeiro, norma de ordem pública, garante às partes que o *iter* a ser percorrido será equânime entre elas e adequado à resolução do litígio. O segundo define que suas vontades declaradas deverão ser respeitadas entre si e, também, pelo árbitro e pela instituição.

Diante destes dois princípios, o árbitro deverá auxiliar as partes na definição de um processo que, ao mesmo tempo, lhes possibilite argumentar e contra-argumentar, mas que também limite razoavelmente o debate para o bom transcorrer do processo e, ao final, o bom resultado da arbitragem¹²⁴.

Por força destes princípios, o papel das leis que regulamentam o instituto da arbitragem em cada país é a intervenção mínima no processo a ser definido pelas partes, pelo árbitro e pela instituição, mas que proteja a todos – e ao próprio instituto – da parcialidade, ilegalidade ou até da própria incompetência¹²⁵.

Estas diretrizes são observadas nos artigos 18 e 19 da Lei Modelo da UNCITRAL e, de fato, percebe-se a preocupação da Lei Modelo em não ditar normas processuais obrigatórias às partes. Em seu texto, como se pode averiguar, as proteções existentes são de ordem geral, aplicáveis a qualquer procedimento.

Instituída a arbitragem, uma das primeiras providências a serem tomadas é a definição da sede da arbitragem. De acordo com o texto da Lei Modelo (art. 20), os árbitros deverão, primordialmente, respeitar a determinação das partes, declarada na convenção de arbitragem. Contudo, caso não haja qualquer estipulação neste sentido, os árbitros determinarão a sede da arbitragem, atentando-se às circunstâncias do caso e à conveniência das partes.

Entretanto, de acordo com o previsto no parágrafo 2º do art. 20 da Lei Modelo, apesar de definida a sede da arbitragem, apenas a declaração expressa e uníssona das partes pode

¹²³ Nas palavras de José Rogério Cruz e Tucci (2013, p. 59): “A excessiva duração do litígio vulnera a garantia do devido processo legal, desacta os tribunais, perpetua a angústia e gera enorme prejuízo, matéria e moral, àqueles que protagonizam o combate judiciário”. (Ações concorrentes, arbitragem, conexão e chamamento ao processo).

¹²⁴ Ver também em Lew, Mistelis e Kröll (2003, p. 525): “In modern arbitration laws, however, the limitations imposed by mandatory rules are restricted to those considered necessary to guarantee that the parties have the opportunity to present their case and answer the case against them. This is generally known as due process and is a fundamental element of international arbitration. Apart from these few minimum requirements, the so called “Magna Carta of arbitration”, all other procedural provisions are usually of a nonmandatory character and can be derogated from by the parties and the tribunal”.

¹²⁵ Como é o caso do previsto no artigo 25 da Lei Modelo, que determina a continuação do processo, com a possibilidade de prolação da própria sentença arbitral, nos casos da ausência injustificada da(s) parte(s) a um determinado ato processual, ou à própria não manifestação de uma das partes quando intimada para tanto.

impedir que alguns atos da arbitragem sejam realizados em outros locais, que não a sede definida.

A determinação da sede da arbitragem é muito importante posto que pode influenciar no decorrer do processo arbitral, no custo da arbitragem, na execução das decisões arbitrais proferidas e em muitos outros aspectos de grande relevância ao resultado da arbitragem, dependendo também das disposições de lei de cada país.

Algo que tem relevante peso na escolha ou definição da sede arbitral é a identificação do nível de cooperação existente entre os juízos arbitral e judicial, afinal, durante o processo arbitral, os momentos de maior necessidade desta aproximação residem na promoção de medidas cautelares¹²⁶ ou na colheita de provas importantes ao deslinde do litígio.

A Lei Modelo regula a promoção de medidas cautelares em arbitragens comerciais internacionais no seu artigo 17, declarando competente o juízo arbitral para deferir ou não tais medidas, desde que as partes não convencionem de outra forma. Contudo, o conceito de medida cautelar estabelecido neste dispositivo deixa espaço para o seguinte questionamento: se o provimento cautelar seria a tutela concedida pelo juízo arbitral anteriormente à prolação da sentença, ele pode ou não ser requerido anteriormente à própria instauração da arbitragem em si?

A Lei Modelo indica, no seu artigo 9º, que não é incompatível com a convenção de arbitragem o fato de uma das partes, antes do início do processo arbitral ou mesmo durante o próprio. Mesmo assim, para que haja maior segurança quanto a isto e evitar problemas de negativa de jurisdição das cortes nacionais, tanto as partes quanto a própria instituição arbitral podem resolver esta questão de forma satisfatória, prevendo tal possibilidade em suas cláusulas compromissórias e regulamentos de arbitragem, como o faz, por exemplo, a Câmara de Arbitragem da CCI (Câmara de Comércio Internacional), que detém um regulamento específico para as medidas urgentes¹²⁷.

Todavia, mesmo não havendo tal estipulação entre as partes, a medida cautelar prévia à instauração da arbitragem poderá ser promovida diretamente ao foro judicial competente¹²⁸, observando-se suas regras processuais próprias, mas que não deverá se imiscuir no mérito da causa. O juiz togado proverá apenas as cautelas suficientes para assegurar um direito da parte

¹²⁶ A expressão em inglês é *interim measures*, que pode ser traduzida para o direito brasileiro também como antecipação de tutela, tutela de urgência, medidas provisionais e etc, já que não existem, em arbitragem, as diferenças que vislumbramos no direito brasileiro entre “medida cautelar” e “antecipação de tutela”.

¹²⁷ Previsto no anexo V do Regulamento de Arbitragem da CCI, que pode ser conferido em: <http://www.iccwbo.org/Products-and-Services/Arbitration-and-ADR/Arbitration/ICC-Rules-of-Arbitration/>

¹²⁸ Que normalmente é determinado pelas partes no contrato objeto do litígio, mas, no caso de inexistência deste tipo de previsão, pode ser determinado pelas regras de conexão inerentes ao Direito Internacional Privado.

interessada, que possa estar ameaçado de perecimento por força da demora para instauração do processo arbitral.

Outro momento importante da arbitragem e que habitualmente se faz necessária a cooperação dos judiciários locais é a colheita de provas. A Lei Modelo estabelece que o juízo arbitral pode requerer diretamente ao foro judicial competente a concessão de medida coercitiva que viabilize a produção de provas, caso as partes se recusem a cooperar, autorizando inclusive medidas *inaudita altera parte* quando se presume que as partes possam fazê-las perecer, se vierem a saber com antecedência de que o árbitro as solicitou.

Para as medidas de urgência, a Lei Modelo apresentou, em sua versão de 2006, critérios gerais para um procedimento especial e mais célere, e que aclarou a possibilidade das decisões cautelares poderem ser executadas perante os foros competentes¹²⁹.

Quanto à lei brasileira, esta segue os mesmos parâmetros definidos na Lei Modelo, interferindo no processo arbitral apenas para assegurar que o devido processo legal e a autonomia da vontade sejam de fato respeitados, conforme se pode observar do art. 21 da Lei 9.307/96.

Uma diferença importante com relação à Lei Modelo, conforme já dito, é que na lei brasileira não há qualquer preocupação com relação à nacionalidade da arbitragem, mas sim, apenas com a nacionalidade da *sentença arbitral*. Por força disto, pouco importa se a arbitragem foi realizada no Brasil ou em qualquer outro país. Se a decisão for prolatada em solo brasileiro, ela será considerada nacional, dispensando os procedimentos necessários à homologação de uma sentença arbitral estrangeira.

Além disso, o art. 22 desta mesma lei torna apto o árbitro a solicitar medidas coercitivas ou cautelares que se façam necessárias através do judiciário, também de forma adequada ao que é disposto na Lei Modelo, mas sem detalhar o procedimento.

Quanto à possibilidade de as partes promoverem medidas cautelares pré-arbitrais diretamente ao juízo estatal competente, a lei brasileira não traz uma solução clara. Contudo, consolidou-se entendimento no sentido de permitir este tipo de expediente apenas quando a arbitragem ainda não foi instaurada ou o processo arbitral não foi iniciado¹³⁰. Nos outros

¹²⁹ Capítulo IV-A, justificado da seguinte forma nas notas explicativas da Lei Modelo: “Chapter IV A on interim measures and preliminary orders was adopted by the Commission in 2006. It replaces article 17 of the original 1985 version of the Model Law. Section 1 provides a generic definition of interim measures and sets out the conditions for granting such measures. An important innovation of the revision lies in the establishment (in section 4) of a regime for the recognition and enforcement of interim measures, which was modelled, as appropriate, on the regime for the recognition and enforcement of arbitral awards under articles 35 and 36 of the Model Law”.

¹³⁰ Na lição de Selma Ferreira Lemes (2003): “À luz da legislação arbitral brasileira é pacífica e cristalina a possibilidade de propor e obter o provimento acautelatório ou coercitivo em sede arbitral, que será dirigido pela

casos, por força do parágrafo 4º do Art. 22 da Lei 9.307/1996, a medida de urgência deverá ser submetida à apreciação do juízo arbitral e este, deferindo-a, poderá solicitar seu cumprimento ao juiz competente, ou autorizar a parte interessada a fazê-lo.

As leis russa¹³¹ e indiana¹³², mais uma vez, adotaram literalmente a redação da Lei Modelo da UNCITRAL para este tipo de providência, apesar de suas redações contemplarem ainda o texto na versão de 1985, em que não havia os artigos 17-A a 17-J, incorporados à Lei Modelo apenas na sua revisão de 2006¹³³. Diante disto, resta assegurada nestes sistemas a liberdade das partes para definir o procedimento arbitral, desde que respeitado o devido processo legal¹³⁴. Em ambos os sistemas são previstas, também, as mesmas regras da Lei Modelo para escolha e determinação da sede da arbitragem, bem como da colaboração entre o judiciário e o juízo arbitral, tanto para a exigibilidade das medidas cautelares quanto para a viabilização da produção de provas.

Acompanhando o que ocorre nos outros BRICs, a China também não interfere em demasia no procedimento arbitral¹³⁵, ao menos no que diz respeito às arbitragens internacionais e nas consideradas *foreign-related*¹³⁶. Neste ambiente, pode ser escolhido livremente entre as partes o local da arbitragem, lembrando-se apenas que as arbitragens sediadas fora da China terão suas decisões submetidas ao processo de homologação de decisões estrangeiras, nos moldes do que dispõe a Convenção de Nova Iorque¹³⁷.

parte diretamente ao juiz competente, quando ainda não constituído o tribunal arbitral; estando este investido, ser-lhe-á dirigida a solicitação pela parte interessada”. (As Medidas Cautelares Prévia ou no Curso do Processo Arbitragem. Disponível online em: http://www.selmalemes.com.br/artigos/artigo_juri24.pdf)

¹³¹ Artigos 9º e 17º da lei 5338-1.

¹³² Artigos 9º e 17º da lei nº 26/1996.

¹³³ Sobre esta revisão da Lei Modelo, em específico, verificar no item 4 das *Explanatory Notes* das revisões ocorridas em 2006, que diz: “The extensive revision of article 17 on interim measures was considered necessary in light of the fact that such measures are increasingly relied upon in the practice of international commercial arbitration. The revision also includes an enforcement regime for such measures in recognition of the fact that the effectiveness of arbitration frequently depends upon the possibility of enforcing interim measures”. Disponível em http://www.uncitral.org/uncitral/en/uncitral_texts/arbitration/1985Model_arbitration.html

¹³⁴ Conforme determinam os artigos 18 de ambas as leis.

¹³⁵ “As explained in Chapter I, foreign-related arbitration and domestic arbitration have evolved and developed separately, with the former progressing more rapidly than the latter towards the adoption of international standards and practices. However, the difference between foreign-related and domestic arbitration diminished significantly following the introduction of the *Arbitration Law*. Nonetheless, as with many countries, China’s system of international arbitration differs fundamentally from its domestic arbitral regime by permitting substantially greater freedom and flexibility to contracting parties, particularly in terms of the content of the arbitration agreement and applicable arbitral procedures. This distinction is readily evident upon an examination of the *Arbitration Law*”.

¹³⁶ A única exigência mais heterodoxa da lei chinesa nesse aspecto é a de que os depoimentos das testemunhas e das partes devem ser transcritos pelas comissões de arbitragem e conter a assinatura dos depoentes, conforme dispõe o art. 69.

¹³⁷ Neste sentido, Tao (2012, p. 120): “Although neither the Arbitration Law nor the rules of major Chinese arbitration commissions make a distinction between domestic and foreignrelated arbitration with regard to the choice of the place of arbitration, in practice, it might be problematic for the parties in a domestic arbitration to choose to arbitrate outside the territory of China. Indeed, according to Article 128 of the Contract Law, parties

Em contrapartida e inversamente ao que se prevê nas leis dos outros BRICs, a Ordem Presidencial nº 31/1994 atribui apenas aos tribunais pátrios a possibilidade de conceder ou não medidas cautelares. Diante disto, ao se requerer uma medida cautelar numa comissão de arbitragem chinesa, esta não irá decidir sobre seu cabimento, remetendo a questão à análise da Corte Intermediária competente¹³⁸, nos casos envolvendo arbitragens *foreign-related*. Esta mesma realidade se repete, até por questões lógicas, quando se faz necessário o auxílio do judiciário para a produção de determinada prova ameaçada de perecer¹³⁹.

Vê-se, portanto, que dentre os BRICs apenas a China detém alguns aspectos referentes ao processo arbitral que são bastante diferentes do padrão estabelecido pela Lei Modelo. Todavia, é de se reconhecer que o controle e o intervencionismo do governo chinês nas arbitragens internacionais ou *foreign-related*, de fato, é muito menor do que o observado nas arbitragens domésticas.

2.4.6. *Decisão arbitral.*

Decisão arbitral é o termo que se adota neste trabalho para englobar tanto as *sentenças arbitrais* quanto as outras decisões tomadas no curso do processo arbitral, e que dão providências importantes para o deslinde do processo, como são os casos das medidas cautelares e da obtenção de provas.

Em inglês, a expressão *award* pode ser utilizada tanto para as sentenças arbitrais quanto para as outras decisões que determinam algo a ser feito pelas partes¹⁴⁰, mas não sejam

may only choose a place of jurisdiction abroad if their dispute qualifies as “foreign related”. This is because such a forum selection will trigger the application of the New York Convention, which would not be otherwise relevant. If this is permitted, then all domestic arbitral awards could easily be made international and thus escape from the jurisdiction of Chinese law, diminishing the effectiveness of the Civil Procedure Law and Arbitration Law”.

¹³⁸ De acordo com o que ensina Tao (2012, p. 126): “An arbitration commission is not empowered to determine applications for property preservation, a matter that is the sole preserve of the courts. A party to an arbitration may submit a property preservation application to the arbitration commission, which will then submit that application to the People’s Court for determination”.

¹³⁹ Art. 46 da lei chinesa.

¹⁴⁰ Conforme lição de Lew, Mistelis e Kröll (2003, p. 627): “The arbitration award is the instrument recording the tribunal’s decision provisionally or finally determining claims of the parties. The award may concern legal or factual differences between the parties, may involve interpretation of contract terms or determining the respective rights and obligations of the parties under the contract. It may also deal with preliminary but substantive issues, such as jurisdiction of the tribunal, applicable law and limitation of actions. There are also many issues where the tribunal will be asked to rule on issues concerning procedure, the conduct of the arbitration and other preliminary and non-substantive matters. There are several legal consequences associated with the rendering of the various types of awards. For example, after the final award is issued, the tribunal’s authority expires and the tribunal can do no more in respect of the parties’ differences. Further, the award is generally final and binding and has res judicata effect between the parties, i.e. no claim can be brought in respect

meras *ordens procedimentais*¹⁴¹. Como, no direito brasileiro, a expressão “sentença” é utilizada para decisões terminativas (que põem fim ao processo), preferiu-se utilizar de um termo mais genérico, que não tenha essa mesma carga semântica.

A Lei Modelo da UNCITRAL prevê que a decisão arbitral deve cumprir aos seguintes requisitos, no que diz respeito ao seu conteúdo: a) embasar-se nas disposições contratuais existentes nos instrumentos firmados entre os litigantes; b) aplicar ao litígio existente apenas a parte material da lei escolhida pelas partes ou da que venha a se apontada como aplicável ao caso; c) se basear nas regras de direito internacional privado (conflito de leis) para determinar o direito aplicável, quando isto não tiver sido estipulado pelas partes; d) fazer uso da equidade somente com autorização expressa das partes na convenção de arbitragem.

Quanto à forma, a Lei Modelo sugere que a decisão arbitral deve: a) seguir obrigatoriamente a forma escrita e ser devidamente assinada pelo(s) árbitro(s) (art. 31, parágrafo 1º); b) declarar expressamente que aquele documento se trata de uma decisão arbitral (art. 30, parágrafo 2º); c) deixar expressas as suas razões (art. 31, parágrafo 2º); expressar de forma clara a sede em que se deu a arbitragem, bem como declarar que a decisão foi dada neste mesmo local (Art. 31, parágrafo 3º); ter suas vias emitidas, devidamente assinadas e entregues a todas as partes (art. 31, parágrafo 4º).

É a decisão arbitral final que extingue o processo arbitral (art. 32, parágrafo 1º) e, em consequência, encerra o mandato dos árbitros para exercerem esta função em nome das partes (art. 32, parágrafo 3º). Contudo, a extinção do processo arbitral, de acordo com o sugerido pela Lei Modelo, também pode ocorrer: a) quando o requerente retira seu pedido; b) por acordo entre as partes litigantes; c) quando os árbitros entenderem que a continuação do processo se tornou impossível ou desnecessária.

Prolatada a decisão arbitral, as partes ainda têm a possibilidade de requerer aos árbitros, no prazo de trinta dias, que esta seja retificada, por força de erros de grafia, forma e etc, ou também para que os árbitros esclareçam um conceito ou um trecho mencionado na decisão que possa ter deixado algum tipo de interpretação dúbia (art. 33). Esclarecidos os pontos controvertidos, profere-se a decisão arbitral final, da qual não cabe qualquer tipo de recurso.

of the same matter”.

¹⁴¹ Several decisions of the tribunal aim at organising the procedure, relate to technical and procedural matters and are rendered without any formality or reasoning. Such decisions are characterised as procedural orders. Procedural orders do not decide the dispute; they simply make arrangements for the proceedings, e.g. a procedural order, may fix the hearing at a place different from the seat of arbitration, order or refuse to order disclosure of documents, set deadlines for the submission of documents, or indicate to the parties the issues on which the tribunal would like to hear arguments. (LEW, MISTELLIS e KRÖLL, 2003, p. 628).

Segundo a redação da Lei Modelo, a decisão arbitral só poderá ser combatida se as partes interessadas acionarem o judiciário competente para comprovar: a) que ao menos uma das partes, no momento da assinatura da convenção arbitral, era incapaz ou estava sob o efeito de algum tipo de incapacidade momentânea; b) a ilegalidade da convenção de arbitragem; c) a ausência de notificação da parte sobre a designação de árbitros ou a instauração do processo arbitral; d) que a decisão arbitral excedeu os limites do que foi submetido à arbitragem, ou; e) que a composição do tribunal arbitral ou do processo arbitral não coincidiram com o que foi acordado entre as partes (Art. 34, 2, a).

Nestes casos, o juízo estatal competente não irá proferir decisão alguma sobre o mérito do feito, posto que deverá ordenar, tão somente, que a arbitragem se reinicie, considerando as razões de sua anulação conforme determinado pelo juiz.

Além dessas razões para anulação da decisão arbitral proferida, o poder judiciário competente também poderá anular uma arbitragem realizada em dissonância com o que a lei nacional determina como *arbitrável*, bem como se a decisão arbitral, de alguma forma, entre em choque com a *ordem pública* daquele país (Art. 34, 2, b).

Conforme se pode verificar nos textos de lei de todos os BRICs, tanto os requisitos para a validade de uma decisão arbitral como as razões para a sua anulação são bastante próximos do que é sugerido pela Lei Modelo.

No Brasil, a lei 9.307/1996 estipula como requisitos da *sentença arbitral*¹⁴²: a forma escrita (art. 24); a motivação da decisão, com menção expressa se os árbitros se utilizaram da equidade (art. 26, I e II); a parte dispositiva, onde se encontra a decisão em si (art. 26, III); data e local de sua prolação (Art. 26, IV), e; envio de vias assinadas da decisão às partes (art. 29).

Apesar de a lei brasileira não estipular de forma *positiva* quais seriam os limites a serem observados pelos árbitros ao elaborarem a decisão arbitral, ao apresentar os fundamentos para anulação da própria, a lei 9.307/1996 traz as mesmas soluções indicadas pela Lei Modelo, como se pode verificar no seu art. 32. A maior diferença existente entre as hipóteses de anulação previstas na Lei Modelo e na brasileira, consiste no prazo máximo de seis meses para prolação da sentença arbitral que, se não for respeitado, pode eivá-la de nulidade. Contudo, apesar da existência deste prazo máximo, as partes podem autorizar que o litígio se estenda para além dele, conforme disposto no parágrafo único do art. 23.

¹⁴² Mas que, por analogia, vale também para as decisões arbitrais em geral, conforme ensina Carmona (2008, p. 325).

Obviamente, a ofensa à ordem pública e a verificação de algum tipo de incapacidade das partes à época da convenção de arbitragem, por mais que não estejam presentes nos incisos do art. 32, constituem fundamento para anulação de qualquer arbitragem no Brasil, inclusive pelo que resta disposto nos arts. 1º e 2º da lei brasileira. O prazo para arguição de qualquer nulidade, a não ser as de ordem pública, que são imprescritíveis, a lei brasileira define o prazo de noventa dias (Art. 33, Parágrafo 1º), que difere um pouco do estabelecido pela Lei Modelo, que é de três meses.

Outra diferença importante é que a lei 9.307/1996 dá o prazo de apenas cinco dias para a arguição de algum tipo de erro material ou obscuridade da sentença arbitral (art. 30), e não trinta dias, como sugere a Lei Modelo.

Na Índia¹⁴³ e na Rússia¹⁴⁴, assim como em muitos outros pontos anteriormente discutidos, as disposições da Lei Modelo foram incorporadas *in totum*, o que vem garantindo, também neste tema, uma uniformização de tratamento da arbitragem entre estes dois países¹⁴⁵, aproveitando-se assim os comentários feitos acerca dos requisitos, validade e anulação das decisões arbitrais, já formulados quando comentado o texto da própria Lei Modelo.

No que concerne à sentença arbitral, percebe-se que a lei chinesa partilha de praticamente todas as disposições encontradas na Lei Modelo e, portanto, coincide em quase tudo também com as leis brasileira, russa e indiana. As principais diferenças existentes entre a lei chinesa e a dos outros BRICs reside na sua maior preocupação em exemplificar más condutas dos árbitros, que podem servir de base para uma eventual anulação da decisão arbitral proferida, como pode ser observado no art. 58.

Na lei chinesa, há ainda uma disposição bastante interessante e que obriga aos tribunais a julgar as ações anulatórias de decisões arbitrais no prazo máximo de dois meses, contados do recebimento da ação pela corte (art. 60). Outra disposição que a diferencia do que é sugerido pela Lei Modelo e adotado pelos outros BRICs¹⁴⁶ é o prazo de seis meses previsto no art. 59 para ajuizamento da ação anulatória, contados a partir da data do recebimento da decisão.

Outra disposição da lei chinesa que entra em conflito com o que é previsto na Lei Modelo e também nos outros BRICs é o fato de que cabe à corte estatal competente (alguma

¹⁴³ Arts. 28 a 34 da Lei 5338-1 de 1993.

¹⁴⁴ Arts. 28 a 34 da Lei nº 26/1996.

¹⁴⁵ No caso da Índia, ver em Ciccu Mukhopadhyaya e Stephen Douglas York (2006), *India*. Obra Coletiva *Arbitration World*. Organizador: ROWLEY, J. William. Ed. The European Lawyer. 2ª. Ed. 2006, p. 139. Quanto à Rússia, verificar, nesta mesma obra coletiva, Cyrus BENSON e William SPIEGELBERGER (2006), *Rússia*, p. 309 e 310.

¹⁴⁶ Que variam entre os prazos de três meses (Lei Modelo, Índia e Rússia) e noventa dias (Brasil).

das Cortes Intermediárias, no caso das arbitragens *foreign-related*) decidir se, após anulada a decisão arbitral, o caso retorna à comissão de arbitragem para que seja proferida nova decisão, ou se o próprio judiciário assume o litígio para si.

Fator que também chama atenção na lei chinesa é que, enquanto a Lei Modelo da UNCITRAL e as leis dos outros BRICs indicam como razão para anulação das decisões arbitrais a afronta à *ordem pública*, na China, é a afronta ao *interesse público* que pode ensejar a anulação.

Ordem pública e *interesse público* são conceitos diferentes e, de fato, esta diferença apontada não parece ser obra do acaso, conforme se verá abaixo, no próximo item, em que estudaremos a execução de sentenças arbitrais estrangeiras entre os BRICs.

2.4.7 Execução de sentenças arbitrais estrangeiras.

Finda a arbitragem comercial internacional, a parte vencedora deverá procurar, na lei do país em que se estabelece a parte vencida, o tratamento dado à homologação e reconhecimento das decisões arbitrais estrangeiras, justamente para que saiba como agir, caso não haja cumprimento espontâneo da decisão proferida.

Diante desta preocupação, foi editada na cidade de Nova Iorque, em 1958, a *Convenção sobre Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras*, da qual todos os BRICs são parte. A Convenção de Nova Iorque é um tratado internacional e, ao ser assinada e ratificada por um país, ela passa a fazer parte, *in totum*, de seu ordenamento jurídico¹⁴⁷.

Destarte, o texto de lei vigente para reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras nos BRICs é idêntico. Contudo, algumas interpretações da lei proferidas pelas cortes nacionais ao aplicar a Convenção apresentam algumas divergências interessantes e que serão ora tratadas.

Também não se pode esquecer que a Convenção de Nova Iorque deixa aos seus Estados-Membros a liberdade de definir quem será a autoridade competente para administrar

¹⁴⁷ A não ser que o país signatário venha a formular alguma reserva. No caso dos BRICs, segundo o site da UNCITRAL, nenhum dos países formulou qualquer reserva, embora China, Índia e Rússia tenham exigido reciprocidade de tratamento para aplicar a convenção no caso de sentenças arbitrais provenientes de países não-signatários. A Índia, male dessa declaração, também se manifestou no sentido de que aplicaria a Convenção apenas nos casos de litígios de natureza comercial, segundo o conceito de “comércio” previsto em lei. Informação disponível em http://www.uncitral.org/uncitral/en/uncitral_texts/arbitration/NYConvention_status.html

o processo de execução¹⁴⁸. Além disso, há também questões referentes às leis internas de arbitragem de cada país, que limitam a arbitrabilidade de certos litígios e, por isso, podem servir de empecilho para o processo de *exequatur*¹⁴⁹.

Nos casos de Rússia e Índia, o reconhecimento de uma decisão arbitral oriunda de uma arbitragem internacional será realizado pelos juízes de primeira instância. A autoridade russa competente para homologar uma decisão arbitral estrangeira, de natureza comercial, será um dos juízes pertencentes às Cortes Comerciais¹⁵⁰. No caso da Índia, a autoridade responsável por homologar decisões arbitrais congêneres seria das cortes distritais civis¹⁵¹.

China e Brasil, diferentemente dos sistemas russo e indiano, preferiram não deixar este tipo de decisão ao jugo dos juízes de primeiro grau. A China definiu suas Cortes Intermediárias como competentes para julgar tais procedimentos¹⁵², enquanto o Brasil optou por deixar este controle nas mãos do Superior Tribunal de Justiça, após a Emenda Constitucional nº 45.

Em todos os BRICs, existe a possibilidade de Recurso da decisão que homologou ou não uma decisão arbitral estrangeira. Contudo, no caso do Brasil, pelo procedimento já se iniciar em uma de suas cortes superiores, a possibilidade de êxito com esta medida pode ser considerada menor.

Em todos os BRICs a demora na definição sobre a homologação das sentenças arbitrais estrangeiras é tida como um desafio a ser vencido pelas autoridades locais. Enquanto, no Brasil, a preocupação é com a lentidão do Superior Tribunal de Justiça para analisar os pedidos, por força do grande número de recursos a ele submetidos, na China¹⁵³, na Índia¹⁵⁴ e na Rússia¹⁵⁵ o problema é associado à ampla possibilidade de rediscussão dos pedidos de homologação nos tribunais superiores.

Conforme se pode ver do texto do Decreto 4.311, de 23 de Julho de 2002, constante do Anexo I e que traduz oficialmente a Convenção de Nova Iorque para o vernáculo português, as disposições do tratado que determinam conceitos vinculados ao procedimento de homologação e execução das decisões arbitrais estrangeiras encontram-se previstos nos

¹⁴⁸ Art. 3º da Convenção de Nova Iorque de 1958.

¹⁴⁹ No caso da Índia, por exemplo, a Convenção de Nova Iorque só é aplicável aos casos em que a sua lei interna determina como “comercial” a questão de fundo da arbitragem internacional.

¹⁵⁰ Cyrus Benson e William Spiegelberger (2006, p. 294).

¹⁵¹ Cf. em site:

http://www.newyorkconvention1958.org/index.php?lvl=more_results&look_ALL=1&user_query=*&autolevel1=1&jurisdiction=18

¹⁵² Art. 68 da lei chinesa.

¹⁵³ Cf. Jingzhou Tao (2012, p. 201).

¹⁵⁴ Cf. Fali S. Nariman (2011, p. 116 e 117).

¹⁵⁵ Cf. Alexander S. Komarov (2010, p. 231).

artigos I(2), II, III, IV, V e VI. Os outros dispositivos desta convenção são referentes à sua vigência, possibilidade de denúncia e outros assuntos referentes à sua administração.

Dentre as disposições da Convenção de Nova Iorque, deve se destacar o previsto nos artigos IV e V, que apontam, respectivamente, os documentos necessários para a instrução de um pedido de reconhecimento e execução de sentença arbitral estrangeira, assim como as possibilidades de indeferimento do pedido formulado à autoridade competente. As hipóteses trazidas na Convenção são equivalentes ao previsto no art. 34 (2) da Lei Modelo, já analisado no item 2.4.6 supra.

Desta feita, e para se evitar repetições desnecessárias, passar-se-á à análise de um ponto em específico da Convenção de Nova Iorque, e que é um dos grandes responsáveis pelo indeferimento de sentenças arbitrais estrangeiras: as razões de *ordem pública* (Art. 5, Parágrafo 2º, alínea b).

Como já foi mencionado no item 2.4.6, embora esta seja uma disposição comum ao direito de todos os 149 países signatários da Convenção de Nova Iorque, a amplitude do conceito de *ordem pública* pode variar de país para país, de região para região, de juiz para juiz, dependendo do que a lei interna de cada Estado determina¹⁵⁶.

Sabe-se que, dentre os BRICs, Brasil e Índia detêm uma tradição democrática e liberal um pouco mais consolidada, enquanto que a Rússia vem passando por uma demorada transição e a China vive uma situação *sui generis*, ao promover sua abertura econômica e, ao mesmo tempo, manter um governo de fortes traços totalitários e ainda se declarando *socialista*.

Diante deste panorama, parece ser óbvia a conclusão de que, na Rússia e na China, o conceito de ordem pública é tratado com maior amplitude do que ocorre nos casos de Brasil e Índia. Contudo, não se pode dizer também que este conceito não sofra indevidos alargamentos nas interpretações oriundas da doutrina e da jurisprudência brasileira e indiana.

Primeiramente, deve-se atentar para a diferença existente entre as redações da lei chinesa e a dos outros BRICs, no que concerne justamente a este argumento utilizado para a homologação ou não de uma decisão arbitral estrangeira. Conforme dito acima, a lei chinesa prevê que questões de *interesse público* (*public interest*) que possam ser afetadas por força de uma sentença arbitral, podem ser suficientes para que as cortes chinesas indefiram seu

¹⁵⁶ Mais uma vez socorre-se da analogia feita por Paulsson, que define o conceito de *ordem pública* como um *potro indomable*. (*El orden público como criterio para negar el reconocimiento e la ejecución de laudos arbitrales*. Obra Coletiva. *El Arbitraje Comercial Internacional. Estudio de la Convención de Nueva York con motivo de su 50º aniversario*. Organizadores Tawil, Guido S. e Zuleta, Eduardo. Disponível online em http://www.arbitration-icca.org/media/0/12331147411120/digital_.pdf). Pág. 610.

reconhecimento. Em todos os outros BRICs, ao invés da expressão *interesse público*, utiliza-se o conceito de *ordem pública* (*public policy*).

Qual a consequência que o uso de uma destas duas expressões pode ter, no que diz respeito à interpretação da lei? Como é cediço, o conceito de *ordem pública* é menos fluido do que o definido como *interesse público*. As questões de *ordem pública*, seja esta *nacional* ou *internacional*, ou estão previstas expressamente em leis e tratados internacionais, ou são princípios fundamentais que “visam garantir a unidade de instituições e proteger o sentimento de justiça e moral em cada sociedade e na chamada comunidade internacional”, conforme ensinam Costa e Pimenta (1996)¹⁵⁷. Ignorar estas questões, na lição de Dolinger (2003)¹⁵⁸, seria como fraudar a lei. Lowenfeld (2005, p. 130)¹⁵⁹, neste mesmo sentido, indica que a justificativa da *ordem pública* para o não reconhecimento de uma decisão arbitral deve servir apenas em casos em que haja uma grave afronta ao equilíbrio processual.

Já o *interesse público*, ainda que se observe a célebre lição de Celso Antonio Bandeira de Mello (2009)¹⁶⁰, sempre trará consigo a noção de *vontade* e, por isso, se mostra muito mais volátil às intempéries que se apresentem.

É de conhecimento comum que o governo chinês controla de forma muito próxima toda a atividade econômica de seu país. Na própria lei de arbitragem chinesa, prevê-se logo no artigo 1º, que um de seus fins é, também, a salvaguarda do desenvolvimento da *economia socialista de mercado*.

O argumento do interesse público é tão célebre nas decisões da Suprema Corte da República Popular da China que indeferem a homologação de sentenças arbitrais estrangeiras, que em algumas oportunidades – como no caso *Japanese Shin-Etsu Co., Ltd. v. Jiangsu Zhongtian Technology Corp*¹⁶¹ – mesmo uma menção “crítica” a algum julgado das cortes chinesas, pode ser interpretado como afronta ao *interesse público* ou à *ordem pública*.

Certamente, este tipo de disposição traz preocupações àqueles que decidem fazer negócios com empresas chinesas e, por questões de ordem prática, gostariam de usar da arbitragem para a resolução de seus litígios. Mesmo tendo-se notícia de estudos

¹⁵⁷ José Augusto Fontoura Costa e Rafaela Lacôrte Vitale Pimenta. *Ordem pública na lei 9.307/1996*. Obra Coletiva *Arbitragem. A nova lei Brasileira e a praxe internacional*. Coord. Paulo Borba Casella. (1996, p. 202).

¹⁵⁸ Op. Cit. Págs. 105 e 106.

¹⁵⁹ “As it stands, the public policy justification for non-enforcement exists solely as the ultimate safeguard against extreme breaches of procedural fairness”.

¹⁶⁰ Que separa o *interesse público* em primário e secundário, sendo o primeiro referente às grandes necessidades da sociedade como um todo e, o segundo, mais restrito aos interesses da Administração Pública.

¹⁶¹ O conteúdo desta decisão pode ser acessado em

http://www.newyorkconvention1958.org/index.php?lvl=notice_display&id=876

fundamentados que demonstram a imparcialidade das câmaras de arbitragem chinesas¹⁶², e por mais que a doutrina, como visto anteriormente em Tao (2013), manifeste-se no sentido de que as cortes chinesas tratam as arbitragens internacionais e *foreign-related* de forma mais liberal, este tipo de disposição sempre gerará questionamentos, afinal, trata-se de dispositivo expresso de lei que pode ser interpretado de formas bastante diferentes, de acordo com a ocasião.

Nos tribunais russos, a noção de *ordem pública* também parece extrapolar seus limites conceituais, principalmente nos casos de sentenças arbitrais em que empresas com algum tipo de participação ou controle governamental russo figuram como devedoras. Algumas cortes russas chegaram a consolidar entendimento de que qualquer prejuízo ao erário afrontava a *ordem pública interna* da Rússia¹⁶³.

No Brasil e na Índia, no entanto, apesar de serem países de tradição mais liberal, também não são raras as decisões e entendimentos que alargam a abrangência do que se entende por *ordem pública*.

Na Índia, a Suprema Corte já decidiu aplicar os dispositivos de lei elencados na Parte I da lei nº 26/1996, referentes apenas às arbitragens realizadas na Índia, também às arbitragens internacionais, justamente com o objetivo de dar maior poder de ingerência de suas cortes estatais nas sentenças estrangeiras, por força de questões de *ordem pública*¹⁶⁴.

¹⁶² Como pode ser visto em WU, Dong (*CIETAC's Practice on CISG*. Pace University. 2005): "In conclusion of this survey on CIETAC awards, it can be seen that a number of provisions of the CISG have been applied in CIETAC cases. When applying such provisions, the tribunals have made certain interpretations to them. In the author's viewpoint, some of the interpretation have helped the CISG be applied to particular circumstances, and thus promoted the CISG in the aspects of its flexibility acceptability and development. Moreover, some issues the CIETAC tribunals faced were those arising from the context of China and China's legal system, such as the application of the CISG discussed in part II.1. On such issues, the CIETAC tribunals have made beneficial explorations and contributed to the diversity of the practices and researches on the CISG. However, on such special issues, the nonexhaustive commendatory in this essay only provides a preliminary research result, subject to the dynamic practices of the CIETAC tribunals and further research thereon".

¹⁶³ "Probably the most illustrative case concerning violation of Russian public policy is *United World v. Krasny Yakor*. Here, *United World* was awarded a sum of U.S.\$37,600 against *Krasny Yakor* and enforcement was granted by the Russian court of first instance. However, the enforcement decision was set aside by the Federal Arbitrazh Court of the *VolgoVyatsky* Region. The cassation court held that enforcement of the arbitral award would lead to the bankruptcy of *Krasny Yakor* (a state-owned company), which would consequently have a negative influence on the social and economic stability of the city of *Nizhi Novgorod*, and consequently on the Russian Federation as a whole, as *Krasny Yakor* manufactured products of strategic value for the security and national safety of the state. Therefore, such damages were declared to be in contravention of public policy. A similar case, in which the arbitral award concerned federal property of the Russian Federation, is *Moscow National Bank Ltd. v. MNTK Microhirurgia glaza*. As it was unclear whether the trading firm *MNTK Microhirurgia glaza* used the monetary funds of its parent organization (the state establishment, *MNTK Microhirurgia glaza*), *Moscow National Bank* was not entitled to enforce the award, because the monetary funds of the state establishment belonged to the Russian state and if *Moscow National Bank* was allowed to enforce the award, it would indirectly damage national property. This was declared a violation of public policy". (BARNASHOV, Alexey e NACIMIENTO, Patrícia, 2010, p. 300-301).

¹⁶⁴ Ver, por exemplo, os casos: *Bhatia International vs. Bulk Trading S.A.*; *Venture Global Engineering v. Satyam Computer Services Ltd. and Anr.*; *INDTEL Technical Services Pvt. Ltd. v. W.S. Atkins PLC, e*; *Citation Infowares Limited v. Equinox Corporation*.

No Brasil, uma das questões mais debatidas na doutrina e na jurisprudência reside na possibilidade das partes escolherem a lei aplicável a um contrato e qual o alcance desta estipulação, quando realizada. Esta discussão, imposta pelo que resta previsto no artigo 9º da Lei de Introdução ao Direito Brasileiro (LINDB)¹⁶⁵, acabou se refletindo também na interpretação que se pode dar à eleição, pelas partes, da lei que preferirem para a resolução de determinado litígio.

Numa interpretação mais legalista do que se prevê no artigo 9º da LINDB, pode ser entendida como afronta à ordem pública brasileira se as partes que, ao firmarem um contrato no Brasil, venham a eleger uma lei estrangeira para reger a interpretação daquele contrato¹⁶⁶.

Se estas mesmas partes definirem, no mesmo contrato, uma cláusula compromissória em que se eleja uma lei estrangeira como aplicável à resolução de um eventual conflito entre ambas, este dispositivo de lei poderia embasar o não-reconhecimento da sentença arbitral proferida, se baseada no direito escolhido pelas partes, por afronta à *ordem pública* brasileira? Há limites para a escolha da lei aplicável?

Embora esta questão ainda não tenha sido discutida no Superior Tribunal de Justiça, alguns entendimentos nacionalistas ainda existentes na doutrina e na jurisprudência, bem como a amplitude dada ao conceito de *ordem pública*, tanto pelos tribunais superiores pátrios quanto pela doutrina, podem sim influenciar posicionamentos que reflitam na denegação de homologação de sentença arbitral estrangeira em casos como este¹⁶⁷.

No entanto, o posicionamento mais adequado à natureza do próprio instituto deve ser o do respeito às vontades das partes sobre a escolha do direito aplicável, não se submetendo estas às mesmas regras a que estariam sujeitas, se participassem de um processo judicial¹⁶⁸.

Apesar de se defender aqui a preservação da autonomia da vontade das partes para a escolha da lei aplicável à arbitragem, deve ser lembrado que, caso esta estipulação venha a macular a efetiva *ordem pública* de um país, o árbitro tem poderes suficientes para contrariar a vontade expressa das partes e aplicar o direito de forma adequada, sem que isto afete a validade do pacto arbitral, afinal, ele também deverá se submeter à *ordem pública*, assim como

¹⁶⁵ “Art. 9º. Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem.

§ 1o Destinando-se a obrigação a ser executada no Brasil e dependendo de forma essencial, será esta observada, admitidas as peculiaridades da lei estrangeira quanto aos requisitos extrínsecos do ato.

§ 2o A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente”.

¹⁶⁶ Neste sentido, ver Amílcar de Castro (1977, p. 411) e Irineu Strenger (1978, p.396).

¹⁶⁷ Cf. Carmona (2009, p. 65).

¹⁶⁸ Ver também em Dolinger e Tibúrcio (2003, p. 97).

as partes, que não podem afastá-la por convenção e fugirem de normas a que normalmente se submeteriam¹⁶⁹.

2.4.8. *Particularidades referentes às arbitragens comerciais institucionais.*

Conforme se viu nos itens anteriores, problemas envolvendo o procedimento arbitral, a escolha dos árbitros, a sentença arbitral e muitos outros podem, dependendo de sua gravidade, comprometer toda a arbitragem e, por fim, acabar por torná-la nula.

Em virtude disto, pode-se afirmar que é muito mais seguro para os litigantes submeter seus litígios a arbitragens institucionais do que a tribunais ou a árbitros *ad hoc*, afinal, estas instituições são dotadas de regulamentos de arbitragem que podem ser consultados pelas partes previamente, e detém toda uma infraestrutura de apoio que pode fazer grande diferença para a administração do processo arbitral.

Dentre os BRICs, o único país que traz maiores regras de controle com relação às câmaras arbitrais é a China. Brasil, Rússia e Índia, por outro lado, não possuem qualquer tipo de órgão que as regule ou supervisione, ao menos no que diz respeito à atividade-fim destas instituições.

Nota-se, todavia, um desenvolvimento muito parecido entre China e Rússia, no que diz respeito à evolução histórica das instituições destes países. Tanto a China como a Rússia desenvolveram, nos períodos em que ainda eram regimes radicalmente socialistas, câmaras arbitrais voltadas ao desenvolvimento da arbitragem comercial com competências e funções similares. Os antigos FTAC (*Foreign Trade Arbitration Commission*) de ambos os países, se transformaram, à época da abertura comercial, em ICAC (*International Commercial Arbitration Centre*), na Rússia, e em CIETAC (*China International and Economic Trade Commission*), na China. Além deles, ambos os países estabeleceram câmaras de arbitragem voltadas a resolver disputas envolvendo transportes marítimos, chamadas MAC (*Maritime Arbitration Commission*), na Rússia e CMAC (*China Maritime Arbitration Commission*), na China¹⁷⁰.

Assim como já ocorria com os FTAC, CIETAC e ICAC são câmaras de arbitragem diretamente ligadas às Câmaras de Comercio Internacional de China e de Rússia, respectivamente. A importância destas Câmaras de Comércio é tão grande até hoje que, como

¹⁶⁹ Ibidem p. 106.

¹⁷⁰ Ver em John Lin e Peter Murray (2006) – China; e Cyrus Benson e William Spiegelberger (2006) – Rússia.

já visto, no caso da Rússia, seu Presidente é a autoridade competente para apontar árbitros, resolver questões processuais e etc (Art. 6º, Parágrafo 1º). No caso da China, a Câmara de Comercio Internacional é autorizada a criar regras procedimentais internas, referentes à arbitragens internacionais ou *foreign-related* (art. 73).

Nas leis chinesa e russa, todas essas câmaras são citadas expressamente, o que evidencia um certo caráter *oficial* destas instituições ainda hoje, no que diz respeito à arbitragem comercial internacional, ainda que já existam outras câmaras instaladas em ambos os países atualmente¹⁷¹.

Com relação à lei chinesa, caso a chamada CAA (*China Arbitration Association*) já tivesse sido instalada, o que ainda não ocorreu, como já visto anteriormente neste trabalho, todas as comissões de arbitragem deveriam ser filiadas a ela. Contudo, não é esta a realidade nos dias atuais e possivelmente, como também já se demonstrou acima, esta associação não sairá do papel.

Na China, como também já foi demonstrado, não se admite, para as arbitragens domésticas e *foreign-related*, a modalidade *ad hoc*¹⁷². Contudo, também não há notícia de que arbitragens comerciais internacionais deste tipo tenham sido rejeitadas pelas cortes chinesas, apenas por força desta particularidade.

No Brasil, algo que vem preocupando bastante os usuários e profissionais que trabalham com arbitragem é a recente incursão dos auditores da Receita Federal sobre as câmaras arbitrais, solicitando livre-acesso aos autos dos processos arbitrais por elas administrados, para verificação dos valores efetivamente discutidos e pagos nas arbitragens. Sob o pálio do interesse público, desembargadores e juízes dos Tribunais Regionais Federais têm concedido tutelas antecipadas ao Ministério Público Federal para que estes tenham acesso a estas informações, mesmo nos casos em que as partes prevêm obrigação de confidencialidade das informações levadas à arbitragem, o que impediria às câmaras de fornecer tais informações. Esta situação deixa as instituições brasileiras em grande dificuldade, pois às encurrala entre o dever legal de dar acesso ao Fisco e o dever de manter as informações das partes em sigilo¹⁷³.

No que concerne à Índia, ao menos por enquanto, as novidades parecem boas, justamente porque não há nada de novo.

¹⁷¹ Idem

¹⁷² Idem.

¹⁷³ Ver, por exemplo, o Agravo de Instrumento nº 0012499-73.2013.4.03.6100, em trâmite perante o TRF da Terceira Região.

Procedidas as comparações acima, algumas conclusões podem ser tiradas referentes ao tratamento da arbitragem comercial institucional internacional nos BRICs, quando deparados os sistemas desses países entre si e com o padrão estabelecido internacionalmente.

Estas conclusões serão devidamente demonstradas a seguir.

CONCLUSÃO

Diante das comparações realizadas no capítulo anterior, algumas conclusões de ordem geral podem ser tiradas, com relação ao tratamento apresentado pelos ordenamentos jurídicos internos dos BRICs à *arbitragem comercial institucional internacional*, tanto com relação às suas compatibilidades com o padrão internacional, quanto aos pontos de contato e distanciamento dos sistemas entre si.

Em linhas gerais, e como não poderia ser diferente, os sistemas russo e indiano estão mais próximos do padrão internacional do que Brasil e China, até mesmo pelo fato da assunção declarada dos primeiros à Lei Modelo da UNCITRAL, o que não ocorre no caso dos segundos. Apesar disso, existem alguns pontos comuns a todos estes ordenamentos jurídicos e que se encontram em pleno acordo com o que sugere o padrão internacional.

Um dos pontos de convergência identificados está no fato de todos os BRICs respeitarem, como regra geral, a vontade das partes litigantes em estabelecer a arbitragem como meio de solução de controvérsias aplicável ao litígio, bem como da determinação destas quanto às *regras do jogo*, no que diz respeito ao procedimento ou processo arbitral. Embora possam ser encontradas diferenças consideráveis no que a doutrina e a jurisprudência apontam como causas e efeitos para a quebra ou limitação da autonomia da vontade das partes, a regra geral ainda se mantém sólida em todos os BRICs.

Outra convergência importante reside no fato de que todos os BRICs dispensam qualquer tipo de validação das decisões arbitrais proferidas, a não ser os procedimentos habituais de homologação, de acordo com o previsto na Convenção de Nova Iorque de 1958. Embora tenham-se diagnosticado algumas discrepâncias importantes no que diz respeito aos casos de denegação da homologação de decisões arbitrais estrangeiras, normalmente fundamentadas em conceitos mais ou menos amplos do que se define por *ordem pública* ou *interesse público*, percebe-se que a Convenção de Nova Iorque de 1958 tem, via de regra, seus ditames respeitados pelos BRICs, nos termos em que foi incorporada em seus direitos internos.

Estas convergências são fundamentais para o desenvolvimento da arbitragem comercial internacional nos BRICs, afinal, asseguram de certa forma dois pilares do sistema que sustentam praticamente todo o resto: a autonomia da vontade das partes e a efetividade da decisão arbitral, quando necessária a execução desta perante os judiciários locais.

Mesmo no que se refere à *arbitrabilidade*, as leis dos quatro países seguem a mesma linha conceitual de quem pode se submeter à arbitragem (*arbitrabilidade subjetiva*) e o que

pode ser decidido através dela (*arbitrabilidade objetiva*), com algumas variações pontuais que também esbarram na maior ou menor abrangência do conceito de *ordem pública* adotado.

Há de se considerar também que, via de regra, os BRICs também exigem formas bastante semelhantes para considerarem com válida uma convenção de arbitragem. Todos exigem que a contratação seja feita por escrito e, mesmo no caso do Brasil, em que a lei 9.307/1996 parece exigir um maior formalismo quanto à constituição de tal documento, a ratificação da Convenção de Nova Iorque de 1958, realizada em 2002, incorporou ao direito brasileiro a possibilidade de se admitir, ao menos no que diz respeito às *arbitragens comerciais internacionais*, o reconhecimento da validade da convenção de arbitragem acordada através de cartas, fax, e-mails e etc, aproximando-a bastante, também neste sentido, do regulado nos outros BRICs.

Por força de todo o exposto neste trabalho, e apesar de todas as discrepâncias que se pode observar nos tratamentos dos BRICs ao tema em estudo, percebe-se, *at the end of the day*, que muitos dos pilares construídos através da experiência internacional encontram-se estabelecidos nos BRICs, divergentes em seu estilo *arquitetônico*, mas presentes.

No campo das *ameaças*, todavia, também encontramos algumas semelhanças interessantes entre os BRICs. A principal delas, e que deve ser considerada pelos litigantes de forma atenta, está na ainda bastante presente interferência indevida do Estado nas arbitragens, que varia entre os BRICs em sua incidência, mas que também está presente em todos. Enquanto, na China e na Rússia observamos julgados dos tribunais superiores que ampliam perigosamente os conceitos de *ordem pública* e *interesse público*, na Índia este mesmo conceito é utilizado para que o Estado intervenha nos procedimentos das arbitragens comerciais internacionais submetidas à homologação de suas cortes e, no Brasil, o mesmo conceito pode ser utilizado para mitigar o direito de escolha das partes quanto à lei aplicável, dependendo da orientação que se adote do disposto no art. 9º da LINDB.

Por fim, cabe aqui uma reflexão importante: se em todos os documentos emitidos pelos BRICs em suas declarações, prestigia-se o foro multilateral e se reafirma o objetivo comum de todos os seus integrantes ao estabelecimento de uma comunidade internacional pautada pelo direito (e não por interesses hegemônicos ou por relações de poder, como postulam os defensores da *Realpolitik*), não deveriam também os BRICs buscarem se aproximar cada vez mais, em matéria de arbitragem comercial internacional, ao modelo estabelecido internacionalmente, inclusive propondo mudanças, se for o caso, para que indiretamente aproximem-se também entre si?

O objetivo dos BRICs, pelo que se demonstra em suas declarações, não é apenas uma aproximação entre seus membros, mas sim, uma reforma na perspectiva de mundo que ainda impera, apesar de, nas palavras de Casella (2011), já estarmos num processo *irreversível* de mudança no plano internacional. Por que não se incluir um tema tão importante à atividade econômica mundial nesta agenda, como é o da *arbitragem comercial internacional*? Fica a sugestão.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Hildebrando. SILVA, Geraldo E. do Nascimento. CASELLA, Paulo Borba. *Manual de Direito Internacional Público*. São Paulo: Ed. Saraiva, 20^a. Edição. 2012.

ÁFRICA DO SUL. Declaração de Durban ocorrida em 27 de março de 2013. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/documentos-emitados-pelos-chefes-de-estado-e-de-governo-pelos-chanceleres>> Acesso em 08 de maio de 2013.

ALMEIDA, Paulo Roberto. *O Bric e a substituição de hegemonias: um exercício analítico (perspectiva histórico-diplomática sobre a emergência de um novo cenário global)*. Obra Coletiva *O Brasil e os demais BRICS*. CEPAL/IPEA. Disponível para download em <<http://www.cepal.org/Brasil>> Acesso em 17 de novembro de 2013.

ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. Trad. de Roberto Raposo. São Paulo: Ed. Companhia das Letras. 2012.

_____. *Eichmann em Jerusalém*. Trad. de José Rubens Siqueira. São Paulo: Ed. Companhia das Letras. 2001.

ARAÚJO, Nádia de. *Direito Internacional Privado*. Teoria e Prática Brasileira. 4^a. Edição. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2010.

ARISTÓTELES. *A Política*. Trad. Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Ed. Cultura Brasileira S.A., Ano n/d.

BASSO, Maristela. *Curso de Direito Internacional Privado*. 2^a. Edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2011.

BAPTISTA, Luiz Olavo e MIRANDA, Silvia Julio Bueno. Convenção de Arbitragem e escolha da lei aplicável: uma perspectiva do direito brasileiro. In: *Revista de Arbitragem e Mediação*. Ano 7. Ed. 27. Coordenação: Arnaldo Wald. São Paulo. 2010.

BARNASHOV, Alexey e NACIMIENTO, Patrícia. Recognition and enforcement of arbitral awards in Russia. In: *Journal of International Arbitration*. Kluwer Law International. 2010.

BENSON, Cyrus e SPIEGELBERGER William. *Rússia*. In: *Arbitration World*. Org. ROWLEY, J. William. Haia: Ed. The European Lawyer. 2^a. Ed. 2006.

BRASILIA. Declaração de Brasília de 15 de Abril de 2010. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics>> Acesso em: 10 de março de 2013.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Ed. Schwarcz Ltda., 2010.

CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e Processo*. Um Comentário à Lei 9.307/96. 3^a. Edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2009.

CASELLA, Paulo Borba. *BRIC. Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul*. Uma perspectiva de cooperação internacional. São Paulo: Ed. Atlas, 2011.

_____. *Dimensão Internacional do Direito*. Estudos em homenagem a G.E. do Nascimento e Silva. São Paulo: Ed. LTr., 2000.

_____. *Direito Internacional e Direito Interno na CR (1988)*. In: *20 anos da Constituição Cidadã*. São Paulo: Org. Zulmar Facchin. 2008.

_____. *Ensaaios Didáticos*. São Paulo: Ed. Imprensa Oficial do Estado, 2009.

_____. *Jus Gentium e os BRICS*. São Paulo: FDUSP, 2012. Disponível em: <<http://www.direito.usp.br/>>

_____. *Ratificação pelo Brasil da Convenção de Nova Iorque de 1958. Internacionalização do Direito e Relações entre Direito Internacional e Direito Interno*. In: *Arbitragem Comercial Internacional. A Convenção de Nova Iorque e o Direito Brasileiro*. Org. WALD, Arnoldo; LEMES, Selma F. São Paulo: Ed. Saraiva, 2011.

CELLI JUNIOR, Umberto. *Os acordos de serviços (GATS) e de investimentos (TRIMS) na OMC: espaço para políticas de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Publicações CEBRI. Ed. Aduaneiras, 2007.

CHEN, J. *Chinese Law*. Nova Iorque: Kluwer Law International, 1999.

CHINA, Declaração de Sanya de 14 de abril de 2011. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/documentos-emitados-pelos-chefes-de-estado-e-de-governo-pelos-chanceleres>> Acesso em 10 de maio de 2013.

CONFUCIO. *Os Analectos*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.

CONSTANTINESCO, Leontin-Jean. *Tratado de direito comparado: introdução ao direito comparado*. Trad. Maria Cristina de Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

COSTA, José Augusto Fontoura. *Investidores brasileiros e a arbitragem internacional*. Disponível no website da ICTSD, através do link: <<http://ictsd.org/i/news/pontes/37062/#sthash.g3OtNoIP.dpuf>> 2008. Acesso em 13 de outubro de 2012.

_____. e PIMENTA, Rafaela Lacôrte Vitale. *Ordem pública na lei 9.307/1996*. Obra Coletiva *Arbitragem. A nova lei Brasileira e a praxe internacional*. Coord. Paulo Borba Casella. São Paulo: Ed. LTR., 1996.

COZENDEY, Carlos Márcio. *BRIC a BRICS em um mundo em transição*. In: *O Brasil e os BRICS*. Brasília: FUNAG, 2012.

DAVID, René. *Os grandes sistemas do direito contemporâneo*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998.

DOLINGER, Jacob e TIBÚRCIO, Carmem. *Direito Internacional Privado. Arbitragem Internacional*. Rio de Janeiro-RJ: Ed. Renovar, 2003.

FORTIER, L. Yves. *Arbitrability of Disputes*. Disponível em: <http://www.arbitration-icca.org/media/0/12232957414240/1117_001.pdf> Acesso em 20 de maio de 2013.

FULLER, Lon. L. *The Morality of Law*. New Haven: Yale University Press, 1969.

FOUCHARD, Philippe. GAILLARD, Emmanuel. GOLDMAN, Berthold. *Fouchard, Gaillard, Goldman on International Commercial Arbitration*. Londres: Kluwer Law International, 1999.

GENTILI, Alberico. *De jure belli libre tres*. Trad. John C. Rolfe. Oxford University Press. HeinOnline, Legal Classics, 1933.

HAN, Sun Sheng. PANNELL, Clifton W. *The Geography of Privatization in China, 1978-1996*. Worcester: Clark University Press, 1999.

HART, T. L. *The concept of law*. Oxford: Clarendon Press, 1961.

HARTLEY, Trevor C. *International Litigation and Transactions Through a Common Law Perspective*. Haia: RCADI, 2007.

HUTINGTON, Samuel P. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Tradução de CÔRTEZ, M.H.C. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2010.

JAEGER, Markus. BRICs Outward FDI: Dragon Outpaces Jaguar, Tiger, and Bear. *Transnational Corporations Review*, Ottawa. 2009. Disponível em <<http://EconPapers.repec.org/RePEc:oul:tncr09:v:1:y:2009:i:3:p:1-3>> Acesso em 27 de fevereiro de 2013.

JUENGER, Friederich K. *Lex Mercatoria and Private International Law*. 60 La. L. Rev. 2000. Disponível em: <http://digitalcommons.law.lsu.edu/lalrev/vol60/iss4/10>> Acesso em: 9 de dezembro de 2012.

JÚNIOR, Humberto Theodoro. *Curso de Direito Processual Civil*. Vol. III. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2000.

KANT, Immanuel. *Ideia de uma história universal sob o ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2003.

_____. *Manual dos Cursos de Lógica Geral*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002.

KAPLAN, Neil. Introdução ao *Guia do ICCA sobre a interpretação da Convenção de Nova Iorque de 1958*. Trad. Flávia Foz Mange, Gustavo Santos Kulesza, Leandro Tripodi, Rafael Bittencourt Silva e Rafael Vicente Soares. São Paulo: ICCA, 2012.

KELSEN, Hans. *Principles of international law*. New Jersey: The Lawbook's Exchange Ltd., 2003.

KENNAN, George F. *Around the Cragged Hill*. New York: W.W. Norton & Company, Inc., 1993.

KOMAROV, Alexander. *The Development of an Arbitration Culture within the State Judiciary in the Russian Federation*. Nova Iorque: Kluwer Arbitration Blog, 2010.

KOSKENNIEMI, Marti. *International Law: Between Fragmentation and Constitutionalism*. Canberra. 2006. Disponível em: <http://www.helsinki.fi/eci/Publications/Koskenniemi/MCanberra-06c.pdf>

LEMES, Selma Ferreira. *As Medidas Cautelares Prévias ou no Curso do Processo Arbitragem*. Disponível em: <http://www.selmalemes.com.br/artigos/artigo_juri24.pdf> 2003. Acesso em 21 de março de 2013.

LEW, Julian D. M., MISTELIS, Loukas e KRÖLL, Stefan M. *Comparative International Commercial Arbitration*. Nova Iorque: Kluwer Law International. 2003.

LOSANO, Mario Giuseppe. *Os Grandes Sistemas Jurídicos*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2007.

_____. *Trapianti Giuridici. Colonialismo e Multiculturalismo*. São Paulo: FDUSP, 2012. Disponível em: < <http://www.direito.usp.br/>>.

LOWENFELD, Andreas. *Improving International Arbitration. The Need For Speed and Trust. Liber Amicorum Michel Gaudet*. Paris: International Chamber of Commerce Publishing SA. 2005.

MENEZES, Wagner. *Tribunais Internacionais. Jurisdição e Competência*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2013.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. La nuova legge brasiliana sull'arbitrato. In: *Rivista dell'arbitrato*, fasc. 1. 1997. Milão.

MORRIS, Ian. *Why the West Rules. For Now*. Londres: Picador, 2011.

MUKHOPADHAYA, Clcu. e YORK, Stephen Douglas (2006). *India*. In: *Arbitration World*. Org. ROWLEY, J. William. Haia: Ed. The European Lawyer. 2^a. Ed. 2006

NARIMAN, Fali S. *Ten steps to savage arbitration in India*. Nova Iorque: Kluwer Law International. 2011.

NOVA DELHI. *The Brics Report 2012. A study of Brazil, Rússia, Índia, China and South África with special focus on synergies and complementarities*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

O'NEILL, Jim. *Building Better Global Economic BRICs*. Londres: Goldman Sachs Group Inc, 2001.

_____. *Dreaming with the BRICs. The Path to 2050*. Londres: Goldman Sachs Group Inc., 2003.

_____. *BRICs and Beyond*. Londres: Goldman Sachs Group Inc., 2007.

O'NEILL, Jim e STUPNYTSKA, Anna. *The Long-Term Outlook for the BRICs and N-11 Post Crisis*. Londres: Goldman Sachs Group Inc. 2009.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. *Arbitragem e as parcerias público-privadas*. Disponível em <<http://www.justinodeoliveira.com.br/>> Acesso em 3 de julho de 2013.

_____. DI SALVO, Silvia Helena Johonsom. *A reforma da lei de arbitragem: análise sobre a autorização do uso da arbitragem pela administração pública direta e indireta*. Disponível em <<http://www.justinodeoliveira.com.br/>> Acesso em 3 de julho de 2013.

PUCCI, Adriana Noemi. *Juiz & Árbitro*. In: *Aspectos atuais da arbitragem*. Coord. Adriana Noemi Pucci. São Paulo: Ed. Forense, 2001.

REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*. 24^a. Edição São Paulo: Ed. Saraiva, 1999.

RICÚPERO, René. *O Brasil, os BRICs e a Agenda Internacional*. In: *O Brasil e os BRICS*. Brasília: FUNAG, 2012.

ROWLEY, John C. *Arbitration World. Jurisdiction Comparisons*. Londres: The European Lawyer Ltd., 2006.

RUSSIA. Declaração de Ecaterimburgo, ocorrida em 16 de maio de 2008. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/documentos-emitados-pelos-chefes-de-estado-e-de-governo-pelos-chanceleres>

SAID, Edward W. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Ed. Schwarcz Ltda, 2010.

SHARMA, Kumar Chanchal. *A Discursive Dominance Theory of Economic Reforms Sustainability*. Routledge: India Review, 2011.

SHARMA, Ruchir. *Broken BRICs*. Revista *Foreign Affairs*. disponível em <www.foreignaffairs.com/print/135439> Acesso em: 02 de março de 2013.

SCHLESINGER, Rudolph, BAADE, Hans W., HERZOG, Peter E., WISE, Edward M. *Comparative Law*. 6^a. Edição. Nova Iorque: Foundation Press, 1998.

SCHULTZ, Thomas. Concept of Law in Transnational Arbitral Legal Orders. In: *Journal of International Dispute Settlement*. 2011. Disponível em <<http://jids.oxfordjournals.org/>> Acesso em 7 de maio de 2013.

STALEY, Sam. *The Rise and Fall of Indian Socialism*. Disponível em <<http://reason.com/archives/2006/06/06/the-rise-and-fall-of-indian-so>> Acesso em 7 de maio de 2013.

TAO, Jingzhou. *Arbitration Law and Practice in China*. 3^a. Edição. Nova Iorque: Kluwer Law International, 2012.

TAO, Huang. *The Validity of Arbitration Agreements under Chinese Law*. Disponível em <<http://www.kingandwood.com/article.aspx?id=The-Validity-of-Arbitration-Agreements-under-Chinese-Law&language=en>> Acessado em 15 de junho de 2013.

TETT, Gillian. *The Story of the Brics*. Financial Times (Rev.) 2010. Disponível em: <<http://www.ft.com/intl/cms/s/0/112ca932-00ab-11df-ae8d-00144feabdc0.html#axzz2b2k4abIS>>. Acesso em: 15 de junho de 2013.

TUCCI, José Rogério Cruz e. Ações concorrentes, arbitragem, conexão e chamamento ao processo. In: *Revista do Advogado*. Ano XXIII, nº 119. AASP. São Paulo.

WALD, Arnaldo. A reforma da lei de arbitragem. In: *Jornal Valor Econômico*. Edição de 17 de Setembro de 2012. Pág. E2.

_____. COSTA, José Augusto Fontoura. VIEIRA, Máira de Melo. *O impacto da Convenção de Viena sobre a Compra e Venda Internacional de Mercadorias no Direito Brasileiro: Visão Geral*. In: *Revista de Arbitragem e Mediação*. Coord. Arnaldo Wald. São Paulo: Ed. RT, Ano 10, n. 37, abril-junho, 2013.

WU, Dong. *CIETAC's Practice on CISG*. Nova Iorque: Pace University, 2005.

ONUMA, Yasuaki. *A Transcivilizational Perspective on International Law*. Haia: Pocketbooks of The Hague Academy of International Law. 2007.

ZHUPLEV, Anatoly. *Economic Internationalization of Russia*. Los Angeles: Sage Publications Ltd. 2008.

ZWEIGERT, Konrad e KÖTZ, Hein. *An introduction to comparative law*. Tradução de Tony Weir. Oxford: Clarendon Press, 1998.

Websites Consultados:

Banco Mundial - www.worldbank.org

Câmara de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá – CAM-CCBC - <http://www.ccbc.org.br/default.asp?categoria=2&id=35>

Câmara de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional - <http://www.iccwbo.org/products-and-services/arbitration-and-adr/arbitration/>.

Câmara de Comércio e Indústria da Federação Russa – <http://www.tpprf.ru/en/>

China International Economic and Trade Arbitration Commission – CIETAC – <http://www.cietac.org/index.cms>

CISG-Brasil - www.cisg-brasil.net

Comitê Brasileiro de Arbitragem – CBAr – www.cbar.org.br

Freshfields Bruchaus Deringer - <http://www.freshfields.com/en/global/>

Fundo Monetário Internacional - www.imf.org

ICCA - International Council for Commercial Arbitration - <http://www.arbitration-icca.org/related-links.html>

Índia Council of Arbitration – ICA - <http://www.icaindia.co.in/>

International Centre for Settlement of Investments Disputes - www.icsid.worldbank.com

International Commercial Arbitration Court – ICAC - <http://www.tpprf-mkac.ru/en>

International Institute for the Unification of Private Law – UNIDROIT - <http://www.unidroit.org/>

Kluwer Arbitration - www.kluwerarbitration.com

Ministério das Relações Exteriores do Brasil – MDIC <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics>

New York Convention Guide – www.nyyorkconvention1958.org

Organização Mundial do Comércio - www.wto.org

Poder Judiciário Chinês - <http://en.chinacourt.org/public/detail.php?id=2694>

Respondek & Fan - <http://www.rflegal.com/publications.html>

Suprema Corte da Índia – <http://supremecourtindia.nic.in/>

United Nations Commission on International Trade Law – UNCITRAL – <http://www.uncitral.org>.

White & Case LLP - <http://www.whitecase.com/internationalarbitration/#.UtLZ6LtRffI>

ANEXO A

1. **Lei Modelo da UNCITRAL¹⁷⁴.**
2. **Convenção de Nova Iorque de 1958 (Decreto 4.311/2002)¹⁷⁵.**
3. **Lei de Arbitragem Brasileira (Lei 9.307/96)¹⁷⁶.**
4. **Lei de Arbitragem Russa (Lei 5338-1 de 1993)¹⁷⁷.**
5. **Lei de Arbitragem Indiana (Lei nº 26/1996)¹⁷⁸.**
6. **Lei de Arbitragem Chinesa (Ordem Presidencial nº 31 de 1994)¹⁷⁹.**

¹⁷⁴ Fonte: www.uncitral.org

¹⁷⁵ Fonte: www.planalto.gov.br

¹⁷⁶ *Idem.*

¹⁷⁷ Fonte: www.lexmercatoria.com

¹⁷⁸ *Idem.*

¹⁷⁹ *Idem.*

Part One

UNCITRAL Model Law on International Commercial Arbitration

(United Nations documents A/40/17,
annex I and A/61/17, annex I)

**(As adopted by the United Nations Commission on
International Trade Law on 21 June 1985,
and as amended by the United Nations Commission
on International Trade Law on 7 July 2006)**

CHAPTER I. GENERAL PROVISIONS

Article 1. Scope of application¹

(1) This Law applies to international commercial² arbitration, subject to any agreement in force between this State and any other State or States.

(2) The provisions of this Law, except articles 8, 9, 17 H, 17 I, 17 J, 35 and 36, apply only if the place of arbitration is in the territory of this State.

(Article 1(2) has been amended by the Commission at its thirty-ninth session, in 2006)

(3) An arbitration is international if:

(a) the parties to an arbitration agreement have, at the time of the conclusion of that agreement, their places of business in different States; or

¹Article headings are for reference purposes only and are not to be used for purposes of interpretation.

²The term “commercial” should be given a wide interpretation so as to cover matters arising from all relationships of a commercial nature, whether contractual or not. Relationships of a commercial nature include, but are not limited to, the following transactions: any trade transaction for the supply or exchange of goods or services; distribution agreement; commercial representation or agency; factoring; leasing; construction of works; consulting; engineering; licensing; investment; financing; banking; insurance; exploitation agreement or concession; joint venture and other forms of industrial or business cooperation; carriage of goods or passengers by air, sea, rail or road.

(b) one of the following places is situated outside the State in which the parties have their places of business:

- (i) the place of arbitration if determined in, or pursuant to, the arbitration agreement;
- (ii) any place where a substantial part of the obligations of the commercial relationship is to be performed or the place with which the subject-matter of the dispute is most closely connected; or

(c) the parties have expressly agreed that the subject matter of the arbitration agreement relates to more than one country.

(4) For the purposes of paragraph (3) of this article:

(a) if a party has more than one place of business, the place of business is that which has the closest relationship to the arbitration agreement;

(b) if a party does not have a place of business, reference is to be made to his habitual residence.

(5) This Law shall not affect any other law of this State by virtue of which certain disputes may not be submitted to arbitration or may be submitted to arbitration only according to provisions other than those of this Law.

Article 2. Definitions and rules of interpretation

For the purposes of this Law:

(a) “arbitration” means any arbitration whether or not administered by a permanent arbitral institution;

(b) “arbitral tribunal” means a sole arbitrator or a panel of arbitrators;

(c) “court” means a body or organ of the judicial system of a State;

(d) where a provision of this Law, except article 28, leaves the parties free to determine a certain issue, such freedom includes the right of the parties to authorize a third party, including an institution, to make that determination;

(e) where a provision of this Law refers to the fact that the parties have agreed or that they may agree or in any other way refers to an agreement of the parties, such agreement includes any arbitration rules referred to in that agreement;

(f) where a provision of this Law, other than in articles 25(a) and 32(2) (a), refers to a claim, it also applies to a counter-claim, and where it refers to a defence, it also applies to a defence to such counter-claim.

Article 2 A. International origin and general principles

(As adopted by the Commission at its thirty-ninth session, in 2006)

(1) In the interpretation of this Law, regard is to be had to its international origin and to the need to promote uniformity in its application and the observance of good faith.

(2) Questions concerning matters governed by this Law which are not expressly settled in it are to be settled in conformity with the general principles on which this Law is based.

Article 3. Receipt of written communications

(1) Unless otherwise agreed by the parties:

(a) any written communication is deemed to have been received if it is delivered to the addressee personally or if it is delivered at his place of business, habitual residence or mailing address; if none of these can be found after making a reasonable inquiry, a written communication is deemed to have been received if it is sent to the addressee's last-known place of business, habitual residence or mailing address by registered letter or any other means which provides a record of the attempt to deliver it;

(b) the communication is deemed to have been received on the day it is so delivered.

(2) The provisions of this article do not apply to communications in court proceedings.

Article 4. Waiver of right to object

A party who knows that any provision of this Law from which the parties may derogate or any requirement under the arbitration agreement has not been complied with and yet proceeds with the arbitration without stating his objection to such non-compliance without undue delay or, if a time-limit is provided therefor, within such period of time, shall be deemed to have waived his right to object.

Article 5. Extent of court intervention

In matters governed by this Law, no court shall intervene except where so provided in this Law.

*Article 6. Court or other authority for certain functions
of arbitration assistance and supervision*

The functions referred to in articles 11(3), 11(4), 13(3), 14, 16(3) and 34(2) shall be performed by ... [Each State enacting this model law specifies the court, courts or, where referred to therein, other authority competent to perform these functions.]

CHAPTER II. ARBITRATION AGREEMENT

Option I

Article 7. Definition and form of arbitration agreement

(As adopted by the Commission at its thirty-ninth session, in 2006)

(1) “Arbitration agreement” is an agreement by the parties to submit to arbitration all or certain disputes which have arisen or which may arise between them in respect of a defined legal relationship, whether contractual or not. An arbitration agreement may be in the form of an arbitration clause in a contract or in the form of a separate agreement.

(2) The arbitration agreement shall be in writing.

(3) An arbitration agreement is in writing if its content is recorded in any form, whether or not the arbitration agreement or contract has been concluded orally, by conduct, or by other means.

(4) The requirement that an arbitration agreement be in writing is met by an electronic communication if the information contained therein is accessible so as to be useable for subsequent reference; “electronic communication” means any communication that the parties make by means of data messages; “data message” means information generated, sent, received or stored by electronic, magnetic, optical or similar means, including, but not

limited to, electronic data interchange (EDI), electronic mail, telegram, telex or telecopy.

(5) Furthermore, an arbitration agreement is in writing if it is contained in an exchange of statements of claim and defence in which the existence of an agreement is alleged by one party and not denied by the other.

(6) The reference in a contract to any document containing an arbitration clause constitutes an arbitration agreement in writing, provided that the reference is such as to make that clause part of the contract.

Option II

Article 7. Definition of arbitration agreement

(As adopted by the Commission at its thirty-ninth session, in 2006)

“Arbitration agreement” is an agreement by the parties to submit to arbitration all or certain disputes which have arisen or which may arise between them in respect of a defined legal relationship, whether contractual or not.

Article 8. Arbitration agreement and substantive claim before court

(1) A court before which an action is brought in a matter which is the subject of an arbitration agreement shall, if a party so requests not later than when submitting his first statement on the substance of the dispute, refer the parties to arbitration unless it finds that the agreement is null and void, inoperative or incapable of being performed.

(2) Where an action referred to in paragraph (1) of this article has been brought, arbitral proceedings may nevertheless be commenced or continued, and an award may be made, while the issue is pending before the court.

Article 9. Arbitration agreement and interim measures by court

It is not incompatible with an arbitration agreement for a party to request, before or during arbitral proceedings, from a court an interim measure of protection and for a court to grant such measure.

CHAPTER III. COMPOSITION OF ARBITRAL TRIBUNAL

Article 10. Number of arbitrators

- (1) The parties are free to determine the number of arbitrators.
- (2) Failing such determination, the number of arbitrators shall be three.

Article 11. Appointment of arbitrators

- (1) No person shall be precluded by reason of his nationality from acting as an arbitrator, unless otherwise agreed by the parties.
- (2) The parties are free to agree on a procedure of appointing the arbitrator or arbitrators, subject to the provisions of paragraphs (4) and (5) of this article.
- (3) Failing such agreement,
 - (a) in an arbitration with three arbitrators, each party shall appoint one arbitrator, and the two arbitrators thus appointed shall appoint the third arbitrator; if a party fails to appoint the arbitrator within thirty days of receipt of a request to do so from the other party, or if the two arbitrators fail to agree on the third arbitrator within thirty days of their appointment, the appointment shall be made, upon request of a party, by the court or other authority specified in article 6;
 - (b) in an arbitration with a sole arbitrator, if the parties are unable to agree on the arbitrator, he shall be appointed, upon request of a party, by the court or other authority specified in article 6.
- (4) Where, under an appointment procedure agreed upon by the parties,
 - (a) a party fails to act as required under such procedure, or
 - (b) the parties, or two arbitrators, are unable to reach an agreement expected of them under such procedure, or
 - (c) a third party, including an institution, fails to perform any function entrusted to it under such procedure,any party may request the court or other authority specified in article 6 to take the necessary measure, unless the agreement on the appointment procedure provides other means for securing the appointment.
- (5) A decision on a matter entrusted by paragraph (3) or (4) of this article to the court or other authority specified in article 6 shall be subject to no

appeal. The court or other authority, in appointing an arbitrator, shall have due regard to any qualifications required of the arbitrator by the agreement of the parties and to such considerations as are likely to secure the appointment of an independent and impartial arbitrator and, in the case of a sole or third arbitrator, shall take into account as well the advisability of appointing an arbitrator of a nationality other than those of the parties.

Article 12. Grounds for challenge

(1) When a person is approached in connection with his possible appointment as an arbitrator, he shall disclose any circumstances likely to give rise to justifiable doubts as to his impartiality or independence. An arbitrator, from the time of his appointment and throughout the arbitral proceedings, shall without delay disclose any such circumstances to the parties unless they have already been informed of them by him.

(2) An arbitrator may be challenged only if circumstances exist that give rise to justifiable doubts as to his impartiality or independence, or if he does not possess qualifications agreed to by the parties. A party may challenge an arbitrator appointed by him, or in whose appointment he has participated, only for reasons of which he becomes aware after the appointment has been made.

Article 13. Challenge procedure

(1) The parties are free to agree on a procedure for challenging an arbitrator, subject to the provisions of paragraph (3) of this article.

(2) Failing such agreement, a party who intends to challenge an arbitrator shall, within fifteen days after becoming aware of the constitution of the arbitral tribunal or after becoming aware of any circumstance referred to in article 12(2), send a written statement of the reasons for the challenge to the arbitral tribunal. Unless the challenged arbitrator withdraws from his office or the other party agrees to the challenge, the arbitral tribunal shall decide on the challenge.

(3) If a challenge under any procedure agreed upon by the parties or under the procedure of paragraph (2) of this article is not successful, the challenging party may request, within thirty days after having received notice of the decision rejecting the challenge, the court or other authority specified in article 6 to decide on the challenge, which decision shall be subject to no appeal; while such a request is pending, the arbitral tribunal, including the challenged arbitrator, may continue the arbitral proceedings and make an award.

Article 14. Failure or impossibility to act

(1) If an arbitrator becomes *de jure* or *de facto* unable to perform his functions or for other reasons fails to act without undue delay, his mandate terminates if he withdraws from his office or if the parties agree on the termination. Otherwise, if a controversy remains concerning any of these grounds, any party may request the court or other authority specified in article 6 to decide on the termination of the mandate, which decision shall be subject to no appeal.

(2) If, under this article or article 13(2), an arbitrator withdraws from his office or a party agrees to the termination of the mandate of an arbitrator, this does not imply acceptance of the validity of any ground referred to in this article or article 12(2).

Article 15. Appointment of substitute arbitrator

Where the mandate of an arbitrator terminates under article 13 or 14 or because of his withdrawal from office for any other reason or because of the revocation of his mandate by agreement of the parties or in any other case of termination of his mandate, a substitute arbitrator shall be appointed according to the rules that were applicable to the appointment of the arbitrator being replaced.

CHAPTER IV. JURISDICTION OF ARBITRAL TRIBUNAL

Article 16. Competence of arbitral tribunal to rule on its jurisdiction

(1) The arbitral tribunal may rule on its own jurisdiction, including any objections with respect to the existence or validity of the arbitration agreement. For that purpose, an arbitration clause which forms part of a contract shall be treated as an agreement independent of the other terms of the contract. A decision by the arbitral tribunal that the contract is null and void shall not entail *ipso jure* the invalidity of the arbitration clause.

(2) A plea that the arbitral tribunal does not have jurisdiction shall be raised not later than the submission of the statement of defence. A party is not precluded from raising such a plea by the fact that he has appointed, or participated in the appointment of, an arbitrator. A plea that the arbitral tribunal is exceeding the scope of its authority shall be raised as soon as the

matter alleged to be beyond the scope of its authority is raised during the arbitral proceedings. The arbitral tribunal may, in either case, admit a later plea if it considers the delay justified.

(3) The arbitral tribunal may rule on a plea referred to in paragraph (2) of this article either as a preliminary question or in an award on the merits. If the arbitral tribunal rules as a preliminary question that it has jurisdiction, any party may request, within thirty days after having received notice of that ruling, the court specified in article 6 to decide the matter, which decision shall be subject to no appeal; while such a request is pending, the arbitral tribunal may continue the arbitral proceedings and make an award.

CHAPTER IV A. INTERIM MEASURES AND PRELIMINARY ORDERS

(As adopted by the Commission at its thirty-ninth session, in 2006)

Section 1. Interim measures

Article 17. Power of arbitral tribunal to order interim measures

(1) Unless otherwise agreed by the parties, the arbitral tribunal may, at the request of a party, grant interim measures.

(2) An interim measure is any temporary measure, whether in the form of an award or in another form, by which, at any time prior to the issuance of the award by which the dispute is finally decided, the arbitral tribunal orders a party to:

(a) Maintain or restore the status quo pending determination of the dispute;

(b) Take action that would prevent, or refrain from taking action that is likely to cause, current or imminent harm or prejudice to the arbitral process itself;

(c) Provide a means of preserving assets out of which a subsequent award may be satisfied; or

(d) Preserve evidence that may be relevant and material to the resolution of the dispute.

Article 17 A. Conditions for granting interim measures

(1) The party requesting an interim measure under article 17(2)(a), (b) and (c) shall satisfy the arbitral tribunal that:

(a) Harm not adequately reparable by an award of damages is likely to result if the measure is not ordered, and such harm substantially outweighs the harm that is likely to result to the party against whom the measure is directed if the measure is granted; and

(b) There is a reasonable possibility that the requesting party will succeed on the merits of the claim. The determination on this possibility shall not affect the discretion of the arbitral tribunal in making any subsequent determination.

(2) With regard to a request for an interim measure under article 17(2)(d), the requirements in paragraphs (1)(a) and (b) of this article shall apply only to the extent the arbitral tribunal considers appropriate.

Section 2. Preliminary orders

Article 17 B. Applications for preliminary orders and conditions for granting preliminary orders

(1) Unless otherwise agreed by the parties, a party may, without notice to any other party, make a request for an interim measure together with an application for a preliminary order directing a party not to frustrate the purpose of the interim measure requested.

(2) The arbitral tribunal may grant a preliminary order provided it considers that prior disclosure of the request for the interim measure to the party against whom it is directed risks frustrating the purpose of the measure.

(3) The conditions defined under article 17A apply to any preliminary order, provided that the harm to be assessed under article 17A(1)(a), is the harm likely to result from the order being granted or not.

Article 17 C. Specific regime for preliminary orders

(1) Immediately after the arbitral tribunal has made a determination in respect of an application for a preliminary order, the arbitral tribunal shall give notice to all parties of the request for the interim measure, the application for

the preliminary order, the preliminary order, if any, and all other communications, including by indicating the content of any oral communication, between any party and the arbitral tribunal in relation thereto.

(2) At the same time, the arbitral tribunal shall give an opportunity to any party against whom a preliminary order is directed to present its case at the earliest practicable time.

(3) The arbitral tribunal shall decide promptly on any objection to the preliminary order.

(4) A preliminary order shall expire after twenty days from the date on which it was issued by the arbitral tribunal. However, the arbitral tribunal may issue an interim measure adopting or modifying the preliminary order, after the party against whom the preliminary order is directed has been given notice and an opportunity to present its case.

(5) A preliminary order shall be binding on the parties but shall not be subject to enforcement by a court. Such a preliminary order does not constitute an award.

Section 3. Provisions applicable to interim measures and preliminary orders

Article 17 D. Modification, suspension, termination

The arbitral tribunal may modify, suspend or terminate an interim measure or a preliminary order it has granted, upon application of any party or, in exceptional circumstances and upon prior notice to the parties, on the arbitral tribunal's own initiative.

Article 17 E. Provision of security

(1) The arbitral tribunal may require the party requesting an interim measure to provide appropriate security in connection with the measure.

(2) The arbitral tribunal shall require the party applying for a preliminary order to provide security in connection with the order unless the arbitral tribunal considers it inappropriate or unnecessary to do so.

Article 17 F. Disclosure

(1) The arbitral tribunal may require any party promptly to disclose any material change in the circumstances on the basis of which the measure was requested or granted.

(2) The party applying for a preliminary order shall disclose to the arbitral tribunal all circumstances that are likely to be relevant to the arbitral tribunal's determination whether to grant or maintain the order, and such obligation shall continue until the party against whom the order has been requested has had an opportunity to present its case. Thereafter, paragraph (1) of this article shall apply.

Article 17 G. Costs and damages

The party requesting an interim measure or applying for a preliminary order shall be liable for any costs and damages caused by the measure or the order to any party if the arbitral tribunal later determines that, in the circumstances, the measure or the order should not have been granted. The arbitral tribunal may award such costs and damages at any point during the proceedings.

Section 4. Recognition and enforcement of interim measures

Article 17 H. Recognition and enforcement

(1) An interim measure issued by an arbitral tribunal shall be recognized as binding and, unless otherwise provided by the arbitral tribunal, enforced upon application to the competent court, irrespective of the country in which it was issued, subject to the provisions of article 17 I.

(2) The party who is seeking or has obtained recognition or enforcement of an interim measure shall promptly inform the court of any termination, suspension or modification of that interim measure.

(3) The court of the State where recognition or enforcement is sought may, if it considers it proper, order the requesting party to provide appropriate security if the arbitral tribunal has not already made a determination with respect to security or where such a decision is necessary to protect the rights of third parties.

Article 17 I. Grounds for refusing recognition or enforcement³

(1) Recognition or enforcement of an interim measure may be refused only:

(a) At the request of the party against whom it is invoked if the court is satisfied that:

- (i) Such refusal is warranted on the grounds set forth in article 36(1)(a)(i), (ii), (iii) or (iv); or
- (ii) The arbitral tribunal's decision with respect to the provision of security in connection with the interim measure issued by the arbitral tribunal has not been complied with; or
- (iii) The interim measure has been terminated or suspended by the arbitral tribunal or, where so empowered, by the court of the State in which the arbitration takes place or under the law of which that interim measure was granted; or

(b) If the court finds that:

- (i) The interim measure is incompatible with the powers conferred upon the court unless the court decides to reformulate the interim measure to the extent necessary to adapt it to its own powers and procedures for the purposes of enforcing that interim measure and without modifying its substance; or
- (ii) Any of the grounds set forth in article 36(1)(b)(i) or (ii), apply to the recognition and enforcement of the interim measure.

(2) Any determination made by the court on any ground in paragraph (1) of this article shall be effective only for the purposes of the application to recognize and enforce the interim measure. The court where recognition or enforcement is sought shall not, in making that determination, undertake a review of the substance of the interim measure.

*Section 5. Court-ordered interim measures**Article 17 J. Court-ordered interim measures*

A court shall have the same power of issuing an interim measure in relation to arbitration proceedings, irrespective of whether their place is in

³The conditions set forth in article 17 I are intended to limit the number of circumstances in which the court may refuse to enforce an interim measure. It would not be contrary to the level of harmonization sought to be achieved by these model provisions if a State were to adopt fewer circumstances in which enforcement may be refused.

the territory of this State, as it has in relation to proceedings in courts. The court shall exercise such power in accordance with its own procedures in consideration of the specific features of international arbitration.

CHAPTER V. CONDUCT OF ARBITRAL PROCEEDINGS

Article 18. Equal treatment of parties

The parties shall be treated with equality and each party shall be given a full opportunity of presenting his case.

Article 19. Determination of rules of procedure

(1) Subject to the provisions of this Law, the parties are free to agree on the procedure to be followed by the arbitral tribunal in conducting the proceedings.

(2) Failing such agreement, the arbitral tribunal may, subject to the provisions of this Law, conduct the arbitration in such manner as it considers appropriate. The power conferred upon the arbitral tribunal includes the power to determine the admissibility, relevance, materiality and weight of any evidence.

Article 20. Place of arbitration

(1) The parties are free to agree on the place of arbitration. Failing such agreement, the place of arbitration shall be determined by the arbitral tribunal having regard to the circumstances of the case, including the convenience of the parties.

(2) Notwithstanding the provisions of paragraph (1) of this article, the arbitral tribunal may, unless otherwise agreed by the parties, meet at any place it considers appropriate for consultation among its members, for hearing witnesses, experts or the parties, or for inspection of goods, other property or documents.

Article 21. Commencement of arbitral proceedings

Unless otherwise agreed by the parties, the arbitral proceedings in respect of a particular dispute commence on the date on which a request for that dispute to be referred to arbitration is received by the respondent.

Article 22. Language

(1) The parties are free to agree on the language or languages to be used in the arbitral proceedings. Failing such agreement, the arbitral tribunal shall determine the language or languages to be used in the proceedings. This agreement or determination, unless otherwise specified therein, shall apply to any written statement by a party, any hearing and any award, decision or other communication by the arbitral tribunal.

(2) The arbitral tribunal may order that any documentary evidence shall be accompanied by a translation into the language or languages agreed upon by the parties or determined by the arbitral tribunal.

Article 23. Statements of claim and defence

(1) Within the period of time agreed by the parties or determined by the arbitral tribunal, the claimant shall state the facts supporting his claim, the points at issue and the relief or remedy sought, and the respondent shall state his defence in respect of these particulars, unless the parties have otherwise agreed as to the required elements of such statements. The parties may submit with their statements all documents they consider to be relevant or may add a reference to the documents or other evidence they will submit.

(2) Unless otherwise agreed by the parties, either party may amend or supplement his claim or defence during the course of the arbitral proceedings, unless the arbitral tribunal considers it inappropriate to allow such amendment having regard to the delay in making it.

Article 24. Hearings and written proceedings

(1) Subject to any contrary agreement by the parties, the arbitral tribunal shall decide whether to hold oral hearings for the presentation of evidence or for oral argument, or whether the proceedings shall be conducted on the basis of documents and other materials. However, unless the parties have agreed that no hearings shall be held, the arbitral tribunal shall hold such hearings at an appropriate stage of the proceedings, if so requested by a party.

(2) The parties shall be given sufficient advance notice of any hearing and of any meeting of the arbitral tribunal for the purposes of inspection of goods, other property or documents.

(3) All statements, documents or other information supplied to the arbitral tribunal by one party shall be communicated to the other party. Also any expert report or evidentiary document on which the arbitral tribunal may rely in making its decision shall be communicated to the parties.

Article 25. Default of a party

Unless otherwise agreed by the parties, if, without showing sufficient cause,

(a) the claimant fails to communicate his statement of claim in accordance with article 23(1), the arbitral tribunal shall terminate the proceedings;

(b) the respondent fails to communicate his statement of defence in accordance with article 23(1), the arbitral tribunal shall continue the proceedings without treating such failure in itself as an admission of the claimant's allegations;

(c) any party fails to appear at a hearing or to produce documentary evidence, the arbitral tribunal may continue the proceedings and make the award on the evidence before it.

Article 26. Expert appointed by arbitral tribunal

(1) Unless otherwise agreed by the parties, the arbitral tribunal

(a) may appoint one or more experts to report to it on specific issues to be determined by the arbitral tribunal;

(b) may require a party to give the expert any relevant information or to produce, or to provide access to, any relevant documents, goods or other property for his inspection.

(2) Unless otherwise agreed by the parties, if a party so requests or if the arbitral tribunal considers it necessary, the expert shall, after delivery of his written or oral report, participate in a hearing where the parties have the opportunity to put questions to him and to present expert witnesses in order to testify on the points at issue.

Article 27. Court assistance in taking evidence

The arbitral tribunal or a party with the approval of the arbitral tribunal may request from a competent court of this State assistance in taking evidence.

The court may execute the request within its competence and according to its rules on taking evidence.

CHAPTER VI. MAKING OF AWARD AND TERMINATION OF PROCEEDINGS

Article 28. Rules applicable to substance of dispute

- (1) The arbitral tribunal shall decide the dispute in accordance with such rules of law as are chosen by the parties as applicable to the substance of the dispute. Any designation of the law or legal system of a given State shall be construed, unless otherwise expressed, as directly referring to the substantive law of that State and not to its conflict of laws rules.
- (2) Failing any designation by the parties, the arbitral tribunal shall apply the law determined by the conflict of laws rules which it considers applicable.
- (3) The arbitral tribunal shall decide *ex aequo et bono* or as *amiable compositeur* only if the parties have expressly authorized it to do so.
- (4) In all cases, the arbitral tribunal shall decide in accordance with the terms of the contract and shall take into account the usages of the trade applicable to the transaction.

Article 29. Decision-making by panel of arbitrators

In arbitral proceedings with more than one arbitrator, any decision of the arbitral tribunal shall be made, unless otherwise agreed by the parties, by a majority of all its members. However, questions of procedure may be decided by a presiding arbitrator, if so authorized by the parties or all members of the arbitral tribunal.

Article 30. Settlement

- (1) If, during arbitral proceedings, the parties settle the dispute, the arbitral tribunal shall terminate the proceedings and, if requested by the parties and not objected to by the arbitral tribunal, record the settlement in the form of an arbitral award on agreed terms.
- (2) An award on agreed terms shall be made in accordance with the provisions of article 31 and shall state that it is an award. Such an award has the same status and effect as any other award on the merits of the case.

Article 31. Form and contents of award

- (1) The award shall be made in writing and shall be signed by the arbitrator or arbitrators. In arbitral proceedings with more than one arbitrator, the signatures of the majority of all members of the arbitral tribunal shall suffice, provided that the reason for any omitted signature is stated.
- (2) The award shall state the reasons upon which it is based, unless the parties have agreed that no reasons are to be given or the award is an award on agreed terms under article 30.
- (3) The award shall state its date and the place of arbitration as determined in accordance with article 20(1). The award shall be deemed to have been made at that place.
- (4) After the award is made, a copy signed by the arbitrators in accordance with paragraph (1) of this article shall be delivered to each party.

Article 32. Termination of proceedings

- (1) The arbitral proceedings are terminated by the final award or by an order of the arbitral tribunal in accordance with paragraph (2) of this article.
- (2) The arbitral tribunal shall issue an order for the termination of the arbitral proceedings when:
 - (a) the claimant withdraws his claim, unless the respondent objects thereto and the arbitral tribunal recognizes a legitimate interest on his part in obtaining a final settlement of the dispute;
 - (b) the parties agree on the termination of the proceedings;
 - (c) the arbitral tribunal finds that the continuation of the proceedings has for any other reason become unnecessary or impossible.
- (3) The mandate of the arbitral tribunal terminates with the termination of the arbitral proceedings, subject to the provisions of articles 33 and 34(4).

Article 33. Correction and interpretation of award; additional award

- (1) Within thirty days of receipt of the award, unless another period of time has been agreed upon by the parties:
 - (a) a party, with notice to the other party, may request the arbitral

tribunal to correct in the award any errors in computation, any clerical or typographical errors or any errors of similar nature;

(b) if so agreed by the parties, a party, with notice to the other party, may request the arbitral tribunal to give an interpretation of a specific point or part of the award.

If the arbitral tribunal considers the request to be justified, it shall make the correction or give the interpretation within thirty days of receipt of the request. The interpretation shall form part of the award.

(2) The arbitral tribunal may correct any error of the type referred to in paragraph (1)(a) of this article on its own initiative within thirty days of the date of the award.

(3) Unless otherwise agreed by the parties, a party, with notice to the other party, may request, within thirty days of receipt of the award, the arbitral tribunal to make an additional award as to claims presented in the arbitral proceedings but omitted from the award. If the arbitral tribunal considers the request to be justified, it shall make the additional award within sixty days.

(4) The arbitral tribunal may extend, if necessary, the period of time within which it shall make a correction, interpretation or an additional award under paragraph (1) or (3) of this article.

(5) The provisions of article 31 shall apply to a correction or interpretation of the award or to an additional award.

CHAPTER VII. RECOURSE AGAINST AWARD

Article 34. Application for setting aside as exclusive recourse against arbitral award

(1) Recourse to a court against an arbitral award may be made only by an application for setting aside in accordance with paragraphs (2) and (3) of this article.

(2) An arbitral award may be set aside by the court specified in article 6 only if:

(a) the party making the application furnishes proof that:

(i) a party to the arbitration agreement referred to in article 7 was under some incapacity; or the said agreement is not

- valid under the law to which the parties have subjected it or, failing any indication thereon, under the law of this State; or
- (ii) the party making the application was not given proper notice of the appointment of an arbitrator or of the arbitral proceedings or was otherwise unable to present his case; or
 - (iii) the award deals with a dispute not contemplated by or not falling within the terms of the submission to arbitration, or contains decisions on matters beyond the scope of the submission to arbitration, provided that, if the decisions on matters submitted to arbitration can be separated from those not so submitted, only that part of the award which contains decisions on matters not submitted to arbitration may be set aside; or
 - (iv) the composition of the arbitral tribunal or the arbitral procedure was not in accordance with the agreement of the parties, unless such agreement was in conflict with a provision of this Law from which the parties cannot derogate, or, failing such agreement, was not in accordance with this Law; or
- (b) the court finds that:
- (i) the subject-matter of the dispute is not capable of settlement by arbitration under the law of this State; or
 - (ii) the award is in conflict with the public policy of this State.

(3) An application for setting aside may not be made after three months have elapsed from the date on which the party making that application had received the award or, if a request had been made under article 33, from the date on which that request had been disposed of by the arbitral tribunal.

(4) The court, when asked to set aside an award, may, where appropriate and so requested by a party, suspend the setting aside proceedings for a period of time determined by it in order to give the arbitral tribunal an opportunity to resume the arbitral proceedings or to take such other action as in the arbitral tribunal's opinion will eliminate the grounds for setting aside.

CHAPTER VIII. RECOGNITION AND ENFORCEMENT OF AWARDS

Article 35. Recognition and enforcement

(1) An arbitral award, irrespective of the country in which it was made, shall be recognized as binding and, upon application in writing to the

competent court, shall be enforced subject to the provisions of this article and of article 36.

(2) The party relying on an award or applying for its enforcement shall supply the original award or a copy thereof. If the award is not made in an official language of this State, the court may request the party to supply a translation thereof into such language.⁴

(Article 35(2) has been amended by the Commission at its thirty-ninth session, in 2006)

Article 36. Grounds for refusing recognition or enforcement

(1) Recognition or enforcement of an arbitral award, irrespective of the country in which it was made, may be refused only:

(a) at the request of the party against whom it is invoked, if that party furnishes to the competent court where recognition or enforcement is sought proof that:

- (i) a party to the arbitration agreement referred to in article 7 was under some incapacity; or the said agreement is not valid under the law to which the parties have subjected it or, failing any indication thereon, under the law of the country where the award was made; or
- (ii) the party against whom the award is invoked was not given proper notice of the appointment of an arbitrator or of the arbitral proceedings or was otherwise unable to present his case; or
- (iii) the award deals with a dispute not contemplated by or not falling within the terms of the submission to arbitration, or it contains decisions on matters beyond the scope of the submission to arbitration, provided that, if the decisions on matters submitted to arbitration can be separated from those not so submitted, that part of the award which contains decisions on matters submitted to arbitration may be recognized and enforced; or
- (iv) the composition of the arbitral tribunal or the arbitral procedure was not in accordance with the agreement of the parties or, failing such agreement, was not in accordance with the law of the country where the arbitration took place; or

⁴The conditions set forth in this paragraph are intended to set maximum standards. It would, thus, not be contrary to the harmonization to be achieved by the model law if a State retained even less onerous conditions.

- (v) the award has not yet become binding on the parties or has been set aside or suspended by a court of the country in which, or under the law of which, that award was made; or
 - (b) if the court finds that:
 - (i) the subject-matter of the dispute is not capable of settlement by arbitration under the law of this State; or
 - (ii) the recognition or enforcement of the award would be contrary to the public policy of this State.
- (2) If an application for setting aside or suspension of an award has been made to a court referred to in paragraph (1)(a)(v) of this article, the court where recognition or enforcement is sought may, if it considers it proper, adjourn its decision and may also, on the application of the party claiming recognition or enforcement of the award, order the other party to provide appropriate security.

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 4.311, DE 23 DE JULHO DE 2002

Promulga a Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VIII, da Constituição,

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o texto da Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras, por meio do Decreto Legislativo nº 52, de 25 de abril de 2002;

Considerando que a Convenção entrou em vigor internacional em 7 de junho de 1959, nos termos de seu artigo 12;

DECRETA:

Art. 1º A Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras, apensa por cópia ao presente Decreto, será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do [art. 49, inciso I, da Constituição](#), acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de julho de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Celso Lafer

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 24.7.2002

CONVENÇÃO SOBRE O RECONHECIMENTO E A EXECUÇÃO DE

SENTENÇAS ARBITRAIS ESTRANGEIRAS FEITA EM NOVA

YORK, EM 10 DE JUNHO DE 1958.

Artigo I

1. A presente Convenção aplicar-se-á ao reconhecimento e à execução de sentenças arbitrais estrangeiras proferidas no território de um Estado que não o Estado em que se tencione o reconhecimento e a execução de tais sentenças, oriundas de divergências entre pessoas, sejam elas físicas ou jurídicas. A Convenção aplicar-se-á igualmente a sentenças arbitrais não consideradas como sentenças domésticas no Estado onde se tencione o seu reconhecimento e a sua execução.

2. Entender-se-á por "sentenças arbitrais" não só as sentenças proferidas por árbitros nomeados para cada caso mas também aquelas emitidas por órgãos arbitrais permanentes aos quais as partes se submetam.

3. Quando da assinatura, ratificação ou adesão à presente Convenção, ou da notificação de extensão nos termos do Artigo X, qualquer Estado poderá, com base em reciprocidade, declarar que aplicará a Convenção ao reconhecimento e à execução de sentenças proferidas unicamente no território de outro Estado signatário. Poderá igualmente declarar que aplicará a Convenção somente a divergências oriundas de relacionamentos jurídicos, sejam eles contratuais ou não, que sejam considerados como comerciais nos termos da lei nacional do

Estado que fizer tal declaração.

Artigo II

1. Cada Estado signatário deverá reconhecer o acordo escrito pelo qual as partes se comprometem a submeter à arbitragem todas as divergências que tenham surgido ou que possam vir a surgir entre si no que diz respeito a um relacionamento jurídico definido, seja ele contratual ou não, com relação a uma matéria passível de solução mediante arbitragem.

2. Entender-se-á por "acordo escrito" uma cláusula arbitral inserida em contrato ou acordo de arbitragem, firmado pelas partes ou contido em troca de cartas ou telegramas.

3. O tribunal de um Estado signatário, quando de posse de ação sobre matéria com relação à qual as partes tenham estabelecido acordo nos termos do presente artigo, a pedido de uma delas, encaminhará as partes à arbitragem, a menos que constate que tal acordo é nulo e sem efeitos, inoperante ou inexecutável.

Artigo III

Cada Estado signatário reconhecerá as sentenças como obrigatórias e as executará em conformidade com as regras de procedimento do território no qual a sentença é invocada, de acordo com as condições estabelecidas nos artigos que se seguem. Para fins de reconhecimento ou de execução das sentenças arbitrais às quais a presente Convenção se aplica, não serão impostas condições substancialmente mais onerosas ou taxas ou cobranças mais altas do que as impostas para o reconhecimento ou a execução de sentenças arbitrais domésticas.

Artigo IV

1. A fim de obter o reconhecimento e a execução mencionados no artigo precedente, a parte que solicitar o reconhecimento e a execução fornecerá, quando da solicitação:

- a) a sentença original devidamente autenticada ou uma cópia da mesma devidamente certificada;
- b) o acordo original a que se refere o Artigo II ou uma cópia do mesmo devidamente autenticada.

2. Caso tal sentença ou tal acordo não for feito em um idioma oficial do país no qual a sentença é invocada, a parte que solicitar o reconhecimento e a execução da sentença produzirá uma tradução desses documentos para tal idioma. A tradução será certificada por um tradutor oficial ou juramentado ou por um agente diplomático ou consular.

Artigo V

1. O reconhecimento e a execução de uma sentença poderão ser indeferidos, a pedido da parte contra a qual ela é invocada, unicamente se esta parte fornecer, à autoridade competente onde se tenciona o reconhecimento e a execução, prova de que:

a) as partes do acordo a que se refere o Artigo II estavam, em conformidade com a lei a elas aplicável, de algum modo incapacitadas, ou que tal acordo não é válido nos termos da lei à qual as partes o submeteram, ou, na ausência de indicação sobre a matéria, nos termos da lei do país onde a sentença foi proferida; ou

b) a parte contra a qual a sentença é invocada não recebeu notificação apropriada acerca da designação do árbitro ou do processo de arbitragem, ou lhe foi impossível, por outras razões, apresentar seus argumentos; ou

c) a sentença se refere a uma divergência que não está prevista ou que não se enquadra nos termos da cláusula de submissão à arbitragem, ou contém decisões acerca de matérias que transcendem o alcance da cláusula de submissão, contanto que, se as decisões sobre as matérias suscetíveis de arbitragem puderem ser separadas daquelas não suscetíveis, a parte da sentença que contém decisões sobre matérias suscetíveis de arbitragem possa ser reconhecida e executada; ou

d) a composição da autoridade arbitral ou o procedimento arbitral não se deu em conformidade com o acordado pelas partes, ou, na ausência de tal acordo, não se deu em conformidade com a lei do país em que a arbitragem ocorreu; ou

e) a sentença ainda não se tornou obrigatória para as partes ou foi anulada ou suspensa por autoridade competente do país em que, ou conforme a lei do qual, a sentença tenha sido proferida.

2. O reconhecimento e a execução de uma sentença arbitral também poderão ser recusados caso a autoridade competente do país em que se tenciona o reconhecimento e a execução constatar que:

- a) segundo a lei daquele país, o objeto da divergência não é passível de solução mediante arbitragem; ou
- b) o reconhecimento ou a execução da sentença seria contrário à ordem pública daquele país.

Artigo VI

Caso a anulação ou a suspensão da sentença tenha sido solicitada à autoridade competente mencionada no Artigo V, 1. (e), a autoridade perante a qual a sentença está sendo invocada poderá, se assim julgar cabível, adiar a decisão quanto a execução da sentença e poderá, igualmente, a pedido da parte que reivindica a execução da sentença, ordenar que a outra parte forneça garantias apropriadas.

Artigo VII

1. As disposições da presente Convenção não afetarão a validade de acordos multilaterais ou bilaterais relativos ao reconhecimento e à execução de sentenças arbitrais celebrados pelos Estados signatários nem privarão qualquer parte interessada de qualquer direito que ela possa ter de valer-se de uma sentença arbitral da maneira e na medida permitidas pela lei ou pelos tratados do país em que a sentença é invocada.

2. O Protocolo de Genebra sobre Cláusulas de Arbitragem de 1923 e a Convenção de Genebra sobre a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras de 1927 deixarão de ter efeito entre os Estados signatários quando, e na medida em que, eles se tornem obrigados pela presente Convenção.

Artigo VIII

1. A presente Convenção estará aberta, até 31 de dezembro de 1958, à assinatura de qualquer Membro das Nações Unidas e também de qualquer outro Estado que seja ou que doravante se torne membro de qualquer órgão especializado das Nações Unidas, ou que seja ou que doravante se torne parte do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, ou qualquer outro Estado convidado pela Assembléia Geral das Nações Unidas.

2. A presente Convenção deverá ser ratificada e o instrumento de ratificação será depositado junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

Artigo IX

1. A presente Convenção estará aberta para adesão a todos os Estados mencionados no Artigo VIII.

2. A adesão será efetuada mediante o depósito de instrumento de adesão junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

Artigo X

1. Qualquer Estado poderá, quando da assinatura, ratificação ou adesão, declarar que a presente Convenção se estenderá a todos ou a qualquer dos territórios por cujas relações internacionais ele é responsável. Tal declaração passará a ter efeito quando a Convenção entrar em vigor para tal Estado.

2. A qualquer tempo a partir dessa data, qualquer extensão será feita mediante notificação dirigida ao Secretário-Geral das Nações Unidas e terá efeito a partir do nonagésimo dia a contar do recebimento pelo Secretário-Geral das Nações Unidas de tal notificação, ou a partir da data de entrada em vigor da Convenção para tal Estado, considerada sempre a última data.

3. Com respeito àqueles territórios aos quais a presente Convenção não for estendida quando da assinatura, ratificação ou adesão, cada Estado interessado examinará a possibilidade de tomar as medidas necessárias a fim de estender a aplicação da presente Convenção a tais territórios, respeitando-se a necessidade, quando assim exigido por razões constitucionais, do consentimento dos Governos de tais territórios.

Artigo XI

No caso de um Estado federativo ou não-unitário, aplicar-se-ão as seguintes disposições:

a) com relação aos artigos da presente Convenção que se enquadrem na jurisdição legislativa da autoridade federal, as obrigações do Governo federal serão as mesmas que aquelas dos Estados signatários que não são Estados federativos;

b) com relação àqueles artigos da presente Convenção que se enquadrem na jurisdição legislativa dos estados e das províncias constituintes que, em virtude do sistema constitucional da confederação, não são obrigados a adotar medidas legislativas, o Governo federal, o mais cedo possível, levará tais artigos, com recomendação favorável, ao conhecimento das autoridades competentes dos estados e das províncias constituintes;

c) um Estado federativo Parte da presente Convenção fornecerá, atendendo a pedido de qualquer outro Estado signatário que lhe tenha sido transmitido por meio do Secretário-Geral das Nações Unidas, uma declaração da lei e da prática na confederação e em suas unidades constituintes com relação a qualquer disposição em particular da presente Convenção, indicando até que ponto se tornou efetiva aquela disposição mediante ação legislativa ou outra.

Artigo XII

1. A presente Convenção entrará em vigor no nonagésimo dia após a data de depósito do terceiro instrumento de ratificação ou adesão.

2. Para cada Estado que ratificar ou aderir à presente Convenção após o depósito do terceiro instrumento de ratificação ou adesão, a presente Convenção entrará em vigor no nonagésimo dia após o depósito por tal Estado de seu instrumento de ratificação ou adesão.

Artigo XIII

1. Qualquer Estado signatário poderá denunciar a presente Convenção mediante notificação por escrito dirigida ao Secretário-Geral das Nações Unidas. A denúncia terá efeito um ano após a data de recebimento da notificação pelo Secretário-Geral.

2. Qualquer Estado que tenha feito uma declaração ou notificação nos termos do Artigo X poderá, a qualquer tempo a partir dessa data, mediante notificação ao Secretário-Geral das Nações Unidas, declarar que a presente Convenção deixará de aplicar-se ao território em questão um ano após a data de recebimento da notificação pelo Secretário-Geral.

3. A presente Convenção continuará sendo aplicável a sentenças arbitrais com relação às quais tenham sido instituídos processos de reconhecimento ou de execução antes de a denúncia surtir efeito.

Artigo XIV

Um Estado signatário não poderá valer-se da presente Convenção contra outros Estados signatários, salvo na medida em que ele mesmo esteja obrigado a aplicar a Convenção.

Artigo XV

O Secretário-Geral das Nações Unidas notificará os Estados previstos no Artigo VIII acerca de:

- a) assinaturas e ratificações em conformidade com o Artigo VIII;
- b) adesões em conformidade com o Artigo IX;
- c) declarações e notificações nos termos dos Artigos I, X e XI;
- d) data em que a presente Convenção entrar em vigor em conformidade com o Artigo XII;
- e) denúncias e notificações em conformidade com o Artigo XIII.

Artigo XVI

1. A presente Convenção, da qual os textos em chinês, inglês, francês, russo e espanhol são igualmente autênticos, será depositada nos arquivos das Nações Unidas.

2. O Secretário-Geral das Nações Unidas transmitirá uma cópia autenticada da presente Convenção aos Estados contemplados no Artigo VIII.

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996.

Dispõe sobre a arbitragem.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I

Disposições Gerais

Art. 1º As pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

Art. 2º A arbitragem poderá ser de direito ou de equidade, a critério das partes.

§ 1º Poderão as partes escolher, livremente, as regras de direito que serão aplicadas na arbitragem, desde que não haja violação aos bons costumes e à ordem pública.

§ 2º Poderão, também, as partes convencionar que a arbitragem se realize com base nos princípios gerais de direito, nos usos e costumes e nas regras internacionais de comércio.

Capítulo II

Da Convenção de Arbitragem e seus Efeitos

Art. 3º As partes interessadas podem submeter a solução de seus litígios ao juízo arbitral mediante convenção de arbitragem, assim entendida a cláusula compromissória e o compromisso arbitral.

Art. 4º A cláusula compromissória é a convenção através da qual as partes em um contrato comprometem-se a submeter à arbitragem os litígios que possam vir a surgir, relativamente a tal contrato.

§ 1º A cláusula compromissória deve ser estipulada por escrito, podendo estar inserta no próprio contrato ou em documento apartado que a ele se refira.

§ 2º Nos contratos de adesão, a cláusula compromissória só terá eficácia se o aderente tomar a iniciativa de instituir a arbitragem ou concordar, expressamente, com a sua instituição, desde que por escrito em documento anexo ou em negrito, com a assinatura ou visto especialmente para essa cláusula.

Art. 5º Reportando-se as partes, na cláusula compromissória, às regras de algum órgão arbitral institucional ou entidade especializada, a arbitragem será instituída e processada de acordo com tais regras, podendo, igualmente, as partes estabelecer na própria cláusula, ou em outro documento, a forma convencionada para a instituição da arbitragem.

Art. 6º Não havendo acordo prévio sobre a forma de instituir a arbitragem, a parte interessada manifestará à outra parte sua intenção de dar início à arbitragem, por via postal ou por outro meio qualquer de comunicação, mediante comprovação de recebimento, convocando-a para, em dia, hora e local certos, firmar o compromisso arbitral.

Parágrafo único. Não comparecendo a parte convocada ou, comparecendo, recusar-se a firmar o compromisso arbitral, poderá a outra parte propor a demanda de que trata o art. 7º desta Lei, perante o órgão do Poder Judiciário a que, originariamente, tocaria o julgamento da causa.

Art. 7º Existindo cláusula compromissória e havendo resistência quanto à instituição da arbitragem, poderá a parte interessada requerer a citação da outra parte para comparecer em juízo a fim de lavrar-se o

compromisso, designando o juiz audiência especial para tal fim.

§ 1º O autor indicará, com precisão, o objeto da arbitragem, instruindo o pedido com o documento que contiver a cláusula compromissória.

§ 2º Comparecendo as partes à audiência, o juiz tentará, previamente, a conciliação acerca do litígio. Não obtendo sucesso, tentará o juiz conduzir as partes à celebração, de comum acordo, do compromisso arbitral.

§ 3º Não concordando as partes sobre os termos do compromisso, decidirá o juiz, após ouvir o réu, sobre seu conteúdo, na própria audiência ou no prazo de dez dias, respeitadas as disposições da cláusula compromissória e atendendo ao disposto nos arts. 10 e 21, § 2º, desta Lei.

§ 4º Se a cláusula compromissória nada dispuser sobre a nomeação de árbitros, caberá ao juiz, ouvidas as partes, estatuir a respeito, podendo nomear árbitro único para a solução do litígio.

§ 5º A ausência do autor, sem justo motivo, à audiência designada para a lavratura do compromisso arbitral, importará a extinção do processo sem julgamento de mérito.

§ 6º Não comparecendo o réu à audiência, caberá ao juiz, ouvido o autor, estatuir a respeito do conteúdo do compromisso, nomeando árbitro único.

§ 7º A sentença que julgar procedente o pedido valerá como compromisso arbitral.

Art. 8º A cláusula compromissória é autônoma em relação ao contrato em que estiver inserta, de tal sorte que a nulidade deste não implica, necessariamente, a nulidade da cláusula compromissória.

Parágrafo único. Caberá ao árbitro decidir de ofício, ou por provocação das partes, as questões acerca da existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem e do contrato que contenha a cláusula compromissória.

Art. 9º O compromisso arbitral é a convenção através da qual as partes submetem um litígio à arbitragem de uma ou mais pessoas, podendo ser judicial ou extrajudicial.

§ 1º O compromisso arbitral judicial celebrar-se-á por termo nos autos, perante o juízo ou tribunal, onde tem curso a demanda.

§ 2º O compromisso arbitral extrajudicial será celebrado por escrito particular, assinado por duas testemunhas, ou por instrumento público.

Art. 10. Constará, obrigatoriamente, do compromisso arbitral:

I - o nome, profissão, estado civil e domicílio das partes;

II - o nome, profissão e domicílio do árbitro, ou dos árbitros, ou, se for o caso, a identificação da entidade à qual as partes delegaram a indicação de árbitros;

III - a matéria que será objeto da arbitragem; e

IV - o lugar em que será proferida a sentença arbitral.

Art. 11. Poderá, ainda, o compromisso arbitral conter:

I - local, ou locais, onde se desenvolverá a arbitragem;

II - a autorização para que o árbitro ou os árbitros julguem por equidade, se assim for convencionado pelas partes;

III - o prazo para apresentação da sentença arbitral;

IV - a indicação da lei nacional ou das regras corporativas aplicáveis à arbitragem, quando assim convencionarem as partes;

V - a declaração da responsabilidade pelo pagamento dos honorários e das despesas com a arbitragem; e

VI - a fixação dos honorários do árbitro, ou dos árbitros.

Parágrafo único. Fixando as partes os honorários do árbitro, ou dos árbitros, no compromisso arbitral, este constituirá título executivo extrajudicial; não havendo tal estipulação, o árbitro requererá ao órgão do Poder Judiciário que seria competente para julgar, originariamente, a causa que os fixe por sentença.

Art. 12. Extingue-se o compromisso arbitral:

I - escusando-se qualquer dos árbitros, antes de aceitar a nomeação, desde que as partes tenham declarado, expressamente, não aceitar substituto;

II - falecendo ou ficando impossibilitado de dar seu voto algum dos árbitros, desde que as partes declarem, expressamente, não aceitar substituto; e

III - tendo expirado o prazo a que se refere o art. 11, inciso III, desde que a parte interessada tenha notificado o árbitro, ou o presidente do tribunal arbitral, concedendo-lhe o prazo de dez dias para a prolação e apresentação da sentença arbitral.

Capítulo III

Dos Árbitros

Art. 13. Pode ser árbitro qualquer pessoa capaz e que tenha a confiança das partes.

§ 1º As partes nomearão um ou mais árbitros, sempre em número ímpar, podendo nomear, também, os respectivos suplentes.

§ 2º Quando as partes nomearem árbitros em número par, estes estão autorizados, desde logo, a nomear mais um árbitro. Não havendo acordo, requererão as partes ao órgão do Poder Judiciário a que tocara, originariamente, o julgamento da causa a nomeação do árbitro, aplicável, no que couber, o procedimento previsto no art. 7º desta Lei.

§ 3º As partes poderão, de comum acordo, estabelecer o processo de escolha dos árbitros, ou adotar as regras de um órgão arbitral institucional ou entidade especializada.

§ 4º Sendo nomeados vários árbitros, estes, por maioria, elegerão o presidente do tribunal arbitral. Não havendo consenso, será designado presidente o mais idoso.

§ 5º O árbitro ou o presidente do tribunal designará, se julgar conveniente, um secretário, que poderá ser um dos árbitros.

§ 6º No desempenho de sua função, o árbitro deverá proceder com imparcialidade, independência, competência, diligência e discrição.

§ 7º Poderá o árbitro ou o tribunal arbitral determinar às partes o adiantamento de verbas para despesas e diligências que julgar necessárias.

Art. 14. Estão impedidos de funcionar como árbitros as pessoas que tenham, com as partes ou com o litígio que lhes for submetido, algumas das relações que caracterizam os casos de impedimento ou suspeição de juízes, aplicando-se-lhes, no que couber, os mesmos deveres e responsabilidades, conforme previsto no Código de Processo Civil.

§ 1º As pessoas indicadas para funcionar como árbitro têm o dever de revelar, antes da aceitação da função, qualquer fato que denote dúvida justificada quanto à sua imparcialidade e independência.

§ 2º O árbitro somente poderá ser recusado por motivo ocorrido após sua nomeação. Poderá, entretanto, ser recusado por motivo anterior à sua nomeação, quando:

a) não for nomeado, diretamente, pela parte; ou

b) o motivo para a recusa do árbitro for conhecido posteriormente à sua nomeação.

Art. 15. A parte interessada em argüir a recusa do árbitro apresentará, nos termos do art. 20, a respectiva exceção, diretamente ao árbitro ou ao presidente do tribunal arbitral, deduzindo suas razões e apresentando as provas pertinentes.

Parágrafo único. Acolhida a exceção, será afastado o árbitro suspeito ou impedido, que será substituído, na forma do art. 16 desta Lei.

Art. 16. Se o árbitro escusar-se antes da aceitação da nomeação, ou, após a aceitação, vier a falecer, tornar-se impossibilitado para o exercício da função, ou for recusado, assumirá seu lugar o substituto indicado no compromisso, se houver.

§ 1º Não havendo substituto indicado para o árbitro, aplicar-se-ão as regras do órgão arbitral institucional ou entidade especializada, se as partes as tiverem invocado na convenção de arbitragem.

§ 2º Nada dispondo a convenção de arbitragem e não chegando as partes a um acordo sobre a nomeação do árbitro a ser substituído, procederá a parte interessada da forma prevista no art. 7º desta Lei, a menos que as partes tenham declarado, expressamente, na convenção de arbitragem, não aceitar substituto.

Art. 17. Os árbitros, quando no exercício de suas funções ou em razão delas, ficam equiparados aos funcionários públicos, para os efeitos da legislação penal.

Art. 18. O árbitro é juiz de fato e de direito, e a sentença que proferir não fica sujeita a recurso ou a homologação pelo Poder Judiciário.

Capítulo IV

Do Procedimento Arbitral

Art. 19. Considera-se instituída a arbitragem quando aceita a nomeação pelo árbitro, se for único, ou por todos, se forem vários.

Parágrafo único. Instituída a arbitragem e entendendo o árbitro ou o tribunal arbitral que há necessidade de explicitar alguma questão disposta na convenção de arbitragem, será elaborado, juntamente com as partes, um adendo, firmado por todos, que passará a fazer parte integrante da convenção de arbitragem.

Art. 20. A parte que pretender argüir questões relativas à competência, suspeição ou impedimento do árbitro ou dos árbitros, bem como nulidade, invalidade ou ineficácia da convenção de arbitragem, deverá fazê-lo na primeira oportunidade que tiver de se manifestar, após a instituição da arbitragem.

§ 1º Acolhida a arguição de suspeição ou impedimento, será o árbitro substituído nos termos do art. 16 desta Lei, reconhecida a incompetência do árbitro ou do tribunal arbitral, bem como a nulidade, invalidade ou ineficácia da convenção de arbitragem, serão as partes remetidas ao órgão do Poder Judiciário competente para julgar a causa.

§ 2º Não sendo acolhida a arguição, terá normal prosseguimento a arbitragem, sem prejuízo de vir a ser examinada a decisão pelo órgão do Poder Judiciário competente, quando da eventual propositura da demanda de que trata o art. 33 desta Lei.

Art. 21. A arbitragem obedecerá ao procedimento estabelecido pelas partes na convenção de arbitragem, que poderá reportar-se às regras de um órgão arbitral institucional ou entidade especializada, facultando-se, ainda, às partes delegar ao próprio árbitro, ou ao tribunal arbitral, regular o procedimento.

§ 1º Não havendo estipulação acerca do procedimento, caberá ao árbitro ou ao tribunal arbitral discipliná-lo.

§ 2º Serão, sempre, respeitados no procedimento arbitral os princípios do contraditório, da igualdade das partes, da imparcialidade do árbitro e de seu livre convencimento.

§ 3º As partes poderão postular por intermédio de advogado, respeitada, sempre, a faculdade de designar quem as represente ou assista no procedimento arbitral.

§ 4º Competirá ao árbitro ou ao tribunal arbitral, no início do procedimento, tentar a conciliação das partes, aplicando-se, no que couber, o art. 28 desta Lei.

Art. 22. Poderá o árbitro ou o tribunal arbitral tomar o depoimento das partes, ouvir testemunhas e determinar a realização de perícias ou outras provas que julgar necessárias, mediante requerimento das partes ou de ofício.

§ 1º O depoimento das partes e das testemunhas será tomado em local, dia e hora previamente comunicados, por escrito, e reduzido a termo, assinado pelo depoente, ou a seu rogo, e pelos árbitros.

§ 2º Em caso de desatendimento, sem justa causa, da convocação para prestar depoimento pessoal, o árbitro ou o tribunal arbitral levará em consideração o comportamento da parte faltosa, ao proferir sua sentença; se a ausência for de testemunha, nas mesmas circunstâncias, poderá o árbitro ou o presidente do tribunal arbitral requerer à autoridade judiciária que conduza a testemunha renitente, comprovando a existência da convenção de arbitragem.

§ 3º A revelia da parte não impedirá que seja proferida a sentença arbitral.

§ 4º Ressalvado o disposto no § 2º, havendo necessidade de medidas coercitivas ou cautelares, os árbitros poderão solicitá-las ao órgão do Poder Judiciário que seria, originariamente, competente para julgar a causa.

§ 5º Se, durante o procedimento arbitral, um árbitro vier a ser substituído fica a critério do substituto repetir as provas já produzidas.

Capítulo V

Da Sentença Arbitral

Art. 23. A sentença arbitral será proferida no prazo estipulado pelas partes. Nada tendo sido convencionado, o prazo para a apresentação da sentença é de seis meses, contado da instituição da arbitragem ou da substituição do árbitro.

Parágrafo único. As partes e os árbitros, de comum acordo, poderão prorrogar o prazo estipulado.

Art. 24. A decisão do árbitro ou dos árbitros será expressa em documento escrito.

§ 1º Quando forem vários os árbitros, a decisão será tomada por maioria. Se não houver acordo majoritário, prevalecerá o voto do presidente do tribunal arbitral.

§ 2º O árbitro que divergir da maioria poderá, querendo, declarar seu voto em separado.

Art. 25. Sobrevindo no curso da arbitragem controvérsia acerca de direitos indisponíveis e verificando-se que de sua existência, ou não, dependerá o julgamento, o árbitro ou o tribunal arbitral remeterá as partes à autoridade competente do Poder Judiciário, suspendendo o procedimento arbitral.

Parágrafo único. Resolvida a questão prejudicial e juntada aos autos a sentença ou acórdão transitados em julgado, terá normal seguimento a arbitragem.

Art. 26. São requisitos obrigatórios da sentença arbitral:

I - o relatório, que conterá os nomes das partes e um resumo do litígio;

II - os fundamentos da decisão, onde serão analisadas as questões de fato e de direito, mencionando-se, expressamente, se os árbitros julgaram por equidade;

III - o dispositivo, em que os árbitros resolverão as questões que lhes forem submetidas e estabelecerão o prazo para o cumprimento da decisão, se for o caso; e

IV - a data e o lugar em que foi proferida.

Parágrafo único. A sentença arbitral será assinada pelo árbitro ou por todos os árbitros. Caberá ao

presidente do tribunal arbitral, na hipótese de um ou alguns dos árbitros não poder ou não querer assinar a sentença, certificar tal fato.

Art. 27. A sentença arbitral decidirá sobre a responsabilidade das partes acerca das custas e despesas com a arbitragem, bem como sobre verba decorrente de litigância de má-fé, se for o caso, respeitadas as disposições da convenção de arbitragem, se houver.

Art. 28. Se, no decurso da arbitragem, as partes chegarem a acordo quanto ao litígio, o árbitro ou o tribunal arbitral poderá, a pedido das partes, declarar tal fato mediante sentença arbitral, que conterá os requisitos do art. 26 desta Lei.

Art. 29. Proferida a sentença arbitral, dá-se por finda a arbitragem, devendo o árbitro, ou o presidente do tribunal arbitral, enviar cópia da decisão às partes, por via postal ou por outro meio qualquer de comunicação, mediante comprovação de recebimento, ou, ainda, entregando-a diretamente às partes, mediante recibo.

Art. 30. No prazo de cinco dias, a contar do recebimento da notificação ou da ciência pessoal da sentença arbitral, a parte interessada, mediante comunicação à outra parte, poderá solicitar ao árbitro ou ao tribunal arbitral que:

I - corrija qualquer erro material da sentença arbitral;

II - esclareça alguma obscuridade, dúvida ou contradição da sentença arbitral, ou se pronuncie sobre ponto omitido a respeito do qual devia manifestar-se a decisão.

Parágrafo único. O árbitro ou o tribunal arbitral decidirá, no prazo de dez dias, aditando a sentença arbitral e notificando as partes na forma do art. 29.

Art. 31. A sentença arbitral produz, entre as partes e seus sucessores, os mesmos efeitos da sentença proferida pelos órgãos do Poder Judiciário e, sendo condenatória, constitui título executivo.

Art. 32. É nula a sentença arbitral se:

I - for nulo o compromisso;

II - emanou de quem não podia ser árbitro;

III - não contiver os requisitos do art. 26 desta Lei;

IV - for proferida fora dos limites da convenção de arbitragem;

V - não decidir todo o litígio submetido à arbitragem;

VI - comprovado que foi proferida por prevaricação, concussão ou corrupção passiva;

VII - proferida fora do prazo, respeitado o disposto no art. 12, inciso III, desta Lei; e

VIII - forem desrespeitados os princípios de que trata o art. 21, § 2º, desta Lei.

Art. 33. A parte interessada poderá pleitear ao órgão do Poder Judiciário competente a decretação da nulidade da sentença arbitral, nos casos previstos nesta Lei.

§ 1º A demanda para a decretação de nulidade da sentença arbitral seguirá o procedimento comum, previsto no Código de Processo Civil, e deverá ser proposta no prazo de até noventa dias após o recebimento da notificação da sentença arbitral ou de seu aditamento.

§ 2º A sentença que julgar procedente o pedido:

I - decretará a nulidade da sentença arbitral, nos casos do art. 32, incisos I, II, VI, VII e VIII;

II - determinará que o árbitro ou o tribunal arbitral profira novo laudo, nas demais hipóteses.

§ 3º A decretação da nulidade da sentença arbitral também poderá ser argüida mediante ação de embargos

do devedor, conforme o art. 741 e seguintes do Código de Processo Civil, se houver execução judicial.

Capítulo VI

Do Reconhecimento e Execução de Sentenças

Arbitrais Estrangeiras

Art. 34. A sentença arbitral estrangeira será reconhecida ou executada no Brasil de conformidade com os tratados internacionais com eficácia no ordenamento interno e, na sua ausência, estritamente de acordo com os termos desta Lei.

Parágrafo único. Considera-se sentença arbitral estrangeira a que tenha sido proferida fora do território nacional.

Art. 35. Para ser reconhecida ou executada no Brasil, a sentença arbitral estrangeira está sujeita, unicamente, à homologação do Supremo Tribunal Federal.

Art. 36. Aplica-se à homologação para reconhecimento ou execução de sentença arbitral estrangeira, no que couber, o disposto nos [arts. 483 e 484 do Código de Processo Civil](#).

Art. 37. A homologação de sentença arbitral estrangeira será requerida pela parte interessada, devendo a petição inicial conter as indicações da lei processual, conforme o art. 282 do Código de Processo Civil, e ser instruída, necessariamente, com:

I - o original da sentença arbitral ou uma cópia devidamente certificada, autenticada pelo consulado brasileiro e acompanhada de tradução oficial;

II - o original da convenção de arbitragem ou cópia devidamente certificada, acompanhada de tradução oficial.

Art. 38. Somente poderá ser negada a homologação para o reconhecimento ou execução de sentença arbitral estrangeira, quando o réu demonstrar que:

I - as partes na convenção de arbitragem eram incapazes;

II - a convenção de arbitragem não era válida segundo a lei à qual as partes a submeteram, ou, na falta de indicação, em virtude da lei do país onde a sentença arbitral foi proferida;

III - não foi notificado da designação do árbitro ou do procedimento de arbitragem, ou tenha sido violado o princípio do contraditório, impossibilitando a ampla defesa;

IV - a sentença arbitral foi proferida fora dos limites da convenção de arbitragem, e não foi possível separar a parte excedente daquela submetida à arbitragem;

V - a instituição da arbitragem não está de acordo com o compromisso arbitral ou cláusula compromissória;

VI - a sentença arbitral não se tenha, ainda, tornado obrigatória para as partes, tenha sido anulada, ou, ainda, tenha sido suspensa por órgão judicial do país onde a sentença arbitral for prolatada.

Art. 39. Também será denegada a homologação para o reconhecimento ou execução da sentença arbitral estrangeira, se o Supremo Tribunal Federal constatar que:

I - segundo a lei brasileira, o objeto do litígio não é suscetível de ser resolvido por arbitragem;

II - a decisão ofende a ordem pública nacional.

Parágrafo único. Não será considerada ofensa à ordem pública nacional a efetivação da citação da parte residente ou domiciliada no Brasil, nos moldes da convenção de arbitragem ou da lei processual do país onde se realizou a arbitragem, admitindo-se, inclusive, a citação postal com prova inequívoca de recebimento, desde que assegure à parte brasileira tempo hábil para o exercício do direito de defesa.

Art. 40. A denegação da homologação para reconhecimento ou execução de sentença arbitral estrangeira por vícios formais, não obsta que a parte interessada renove o pedido, uma vez sanados os vícios apresentados.

Capítulo VII

Disposições Finais

Art. 41. Os arts. 267, inciso VII; 301, inciso IX; e 584, inciso III, do Código de Processo Civil passam a ter a seguinte redação:

"Art. 267.....

VII - pela convenção de arbitragem;"

"Art. 301.....

IX - convenção de arbitragem;"

"Art. 584.....

III - a sentença arbitral e a sentença homologatória de transação ou de conciliação;"

Art. 42. O art. 520 do Código de Processo Civil passa a ter mais um inciso, com a seguinte redação:

"Art. 520.....

VI - julgar procedente o pedido de instituição de arbitragem."

Art. 43. Esta Lei entrará em vigor sessenta dias após a data de sua publicação.

Art. 44. Ficam revogados os [arts. 1.037 a 1.048 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, Código Civil Brasileiro](#); os arts. [101](#) e [1.072 a 1.102 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973](#), Código de Processo Civil; e demais disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Nelson A. Jobim

Este texto não substitui o publicado no DOU de 24.9.1996

Russia - Law of the Russian Federation on International Commercial Arbitration - In force 14 August 1993

Russian Federation on International Commercial Arbitration

copy @ lexmercatoria.org

Copyright © 1993 Russian Federation on International Commercial Arbitration

Contents

Russia - Law of the Russian Federation on International Commercial Arbitration * In force 14 August 1993

Chapter I. - General Provisions

Article 1 - Scope of Application	1
Article 2 - Definitions and Rules of Interpretation	1
Article 3 - Receipt of Written Communications	2
Article 4 - Waiver of Right to Object	2
Article 5 - Extent of Court Intervention	2
Article 6 - Authority for Certain Functions of Arbitration Assistance and Control	2

Chapter II. - Arbitration Agreement

Article 7 - Definition and Form of Arbitration Agreement	2
Article 8 - Arbitration Agreement and Substantive Claim Before Court	3
Article 9 - Arbitration Agreement and Interim Measures by Court	3

Chapter III. - Composition of Third-Party Tribunal

Article 10 - Number of Arbitrators	3
Article 11 - Appointment of Arbitrators	3
Article 12 - Grounds for Challenge of Arbitrator	4
Article 13 - Challenge Procedure	4
Article 14 - Termination of Authority (Mandate) of Arbitrator	5
Article 15 - Substitution of Arbitrator	5

Chapter IV. - Jurisdiction of Arbitral Tribunal

Article 16 - Competence of Arbitral Tribunal to Rule on its Jurisdiction	5
Article 17 - Power of Arbitral Tribunal to Order Interim Measures	5

Chapter V. - Conduct of Arbitral Proceedings

Article 18 - Equal Treatment of Parties	6
Article 19 - Determination of Rules of Procedure	6
Article 20 - Place of Arbitration	6
Article 21 - Commencement of Arbitral Proceedings	6
Article 22 - Language	6
Article 23 - Statements of Claim and Defense	6
Article 24 - Hearings and Written Proceedings	7
Article 25 - Failure to Submit Documents or to Appear at Hearing	7
Article 26 - Expert Appointed by Arbitral Tribunal	7
Article 27 - Court Assistance in Taking Evidence	7

Chapter VI. - Making of Award and Termination of Proceedings

Article 28 - Rules Applicable to Substance of Dispute	8
Article 29 - Decision Making by Panel of Arbitrators	8
Article 30 - Settlement	8
Article 31 - Form and Contents of Award	8
Article 32 - Termination of Arbitral Proceedings	8
Article 33 - Correction and Interpretation of Award; Additional Award	9

Chapter VII. - Recourse Against Award

Article 34 - Application for Setting Aside as Exclusive Recourse Against Arbitral Award	9
---	---

Chapter VIII. - Recognition and Enforcement of Awards

Article 35 - Recognition and Enforcement	10
Article 36 - Grounds for Refusing Recognition or Enforcement of Arbitral Award	10
[Post]	11

Metadata	12
SiSU Metadata, document information	12

Russia - Law of the Russian Federation on International Commercial Arbitration * In force 14 August 1993

The present Law:

- is based on the recognition of the value of arbitration (third-party tribunal) as a widely used method of settling disputes arising in international trade, as well as on the recognition of the need for a comprehensive regulation of international commercial arbitration by means of legislation;
- takes into account the provisions on such arbitration contained in international treaties of the Russian Federation as well as in the Model Law adopted in 1985 by the United Nations Commission on International Trade Law and approved by the United Nations General Assembly with a view to its possible use by states in their legislation.

Chapter I. - General Provisions

Article 1 - Scope of Application

1. The present Law applies to international commercial arbitration if the place of arbitration is in the territory of the Russian Federation. However, the provisions of Articles 8, 9, 35 and 36 apply also if the place of arbitration is abroad.
2. Pursuant to an agreement of the parties, the following may be referred to international commercial arbitration:
 - disputes resulting from contractual and other civil law relationships arising in the course of foreign trade and other forms of international economic relations, provided that the place of business of at least one of the parties is situated abroad; as well as
 - disputes arising between enterprises with foreign investment, in-

ternational associations and organizations established in the territory of the Russian Federation; disputes between the participants of such entities; as well as disputes between such entities and other subjects of the Russian Federation law.

3. For the purposes of paragraph 2 of this article:

- if a party has more than one place of business, the place of business is that which has the closest relationship to the arbitration agreement
- if a party does not have a place of business, reference is to be made to his permanent residence.

4. The present Law does not affect any other law of the Russian Federation by virtue of which certain disputes may not be submitted to arbitration or may be submitted to arbitration only according to provisions other than those of the present Law.

5. If an international treaty of the Russian Federation establishes rules other than those which are contained in the Russian legislation relating to arbitration (third-party tribunal), the rules of the international treaty shall be applied.

Article 2 - Definitions and Rules of Interpretation

For the purposes of the present Law:

- "arbitration" means any arbitration (third-party tribunal) whether conducted by a tribunal set up specifically for a given case or administered by a permanent arbitral institution, in particular the Court of International Commercial Arbitration or the Maritime Arbitration Commission at the Chamber of Commerce and Industry of the Russian Federation (Appendices I and II to the present Law);
- "third-party tribunal" means a sole arbitrator or a panel of arbitrators (third-party judges);

- 20 - "court" means a respective organ of the judicial system of a state;
- 21 - where a provision of the present Law, except article 28, leaves the parties free to determine a certain issue, such freedom includes the right of the parties to authorize a third party, including an institution, to make that determination;
- 22 - where a provision of the present Law refers to the fact that the parties have agreed or that they may agree or in any other way refers to an agreement of the parties, such agreement includes any arbitration rules referred to in that agreement;
- 23 - where a provision of the present Law, except Articles 25(1) and 32(2), refers to a claim, it also applies to a counter-claim, and where it refers to a defense, it also applies to a defence to such counter-claim.

24 **Article 3 - Receipt of Written Communications**

- 25 1. Unless otherwise agreed by the parties:
- 26 - any written communication is deemed to have been received if it is delivered to the addressee personally or if it is delivered at his place of business, permanent residence or mailing address; if none of these can be found after making a reasonable inquiry, a written communication is deemed to have been received if it is sent to the addressee's last-known place of business, permanent residence or mailing address by registered letter or any other means which provides a record of the attempt to deliver it;
- 27 - the communication is deemed to have been received on the day it is so delivered.
- 28 2. The provisions of this Article do not apply to communications in court proceedings.

Article 4 - Waiver of Right to Object

29

A party who knows that any provision of the present Law from which the parties may derogate or any requirement under the arbitration agreement has not been complied with and yet proceeds with the arbitration without stating his objection to such non-compliance without undue delay or, if a time-limit is provided therefor, within such period of time, shall be deemed to have waived his right to object.

30

Article 5 - Extent of Court Intervention

31

In matters governed by the present Law, no court shall intervene except where so provided in the present Law.

32

Article 6 - Authority for Certain Functions of Arbitration Assistance and Control

33

1. The functions referred to in Articles 11(3), 11(4), 13(3) and 14 shall be performed by the President of the Chamber of Commerce and Industry of the Russian Federation.

34

2. The functions referred to in Articles 16(3) and 34(2) shall be performed by the Supreme Court of a republic forming part of the Russian Federation, the territorial, regional or city court, or the court of the autonomous region or autonomous area where the arbitration takes place.

35

Chapter II. - Arbitration Agreement

36

Article 7 - Definition and Form of Arbitration Agreement

37

1. Arbitration agreement is an agreement by the parties to sub-

38

mit to arbitration all or certain disputes which have arisen or which may arise between them in respect of a defined legal relationship, whether contractual or not. An arbitration agreement may be in the form of an arbitration clause in a contract or in the form of a separate agreement.

2. The arbitration agreement shall be in writing. An agreement is in writing if it is contained in a document signed by the parties or in an exchange of letters, telex, telegrams or other means of telecommunication which provide a record of the agreement, or in an exchange of statements of claim and defense in which the existence of an agreement is alleged by one party and not denied by another. The reference in a contract to a document containing an arbitration clause constitutes an arbitration agreement provided that the contract is in writing and the reference is such as to make that clause part of the contract.

Article 8 - Arbitration Agreement and Substantive Claim Before Court

1. A court in which an action is brought in a matter which is the subject of an arbitration agreement shall, if any of the parties so requests not later than when submitting his first statement on the substance of the dispute, stay its proceedings and refer the parties to arbitration unless it finds that the agreement is null and void, inoperative or incapable of being performed.

2. Where an action referred to in paragraph 1 of this Article has been brought, arbitral proceedings may nevertheless be commenced or continued, and an award may be made, while the issue of jurisdiction is pending before the court.

Article 9 - Arbitration Agreement and Interim Measures by Court

It is not incompatible with an arbitration agreement for a party to request, before or during arbitral proceedings, a court to order interim measures of protection and for a court to take a decision granting such measures.

Chapter III. - Composition of Third-Party Tribunal

Article 10 - Number of Arbitrators

1. The parties are free to determine the number of arbitrators.
2. If the parties have not determined such number, three arbitrators shall be appointed.

Article 11 - Appointment of Arbitrators

1. No person shall be precluded by reason of his nationality from acting as an arbitrator, unless otherwise agreed by the parties.
2. The parties are free to agree on a procedure of appointing the arbitrator or arbitrators, subject to the provisions of paragraphs 4 and 5 of this article.
3. Failing such agreement.
 - in an arbitration with three arbitrators, each party shall appoint one arbitrator, and the two arbitrators thus appointed shall appoint the third arbitrator; if a party fails to appoint the arbitrator within 30 days of receipt of a request to do so from the other party, or if the two arbitrators fail to agree on the third arbitrator within 30 days of

their appointment, the appointment shall be made, upon request of a party, by the authority specified in article 6(1);

- in an arbitration with a sole arbitrator, if the parties are unable to agree on the arbitrator, he shall be appointed, upon request of a party, by the authority specified in article 6(1).

4. Where, under an appointment procedure agreed upon by the parties,

- a party fails to act as required under such procedure, or

- the parties, or two arbitrators, are unable to reach an agreement expected of them under such procedure; or

- a third party, including an institution, fails to perform any function entrusted to it under such procedure, any party may request the authority specified in article 6(1) to take the necessary measures, unless the agreement on the appointment procedure provides other means for securing the appointment.

5. A decision on any matter entrusted by paragraph 3 or 4 of this Article to the authority specified in article 6(1) shall be subject to no appeal. The authority, in appointing an arbitrator, shall have due regard to any qualifications required of the arbitrator by the agreement of the parties and to such considerations as are likely to secure the appointment of an independent and impartial arbitrator and, in the case of a sole or third arbitrator, shall take into account as well the advisability of appointing an arbitrator of a nationality other than those of the parties.

Article 12 - Grounds for Challenge of Arbitrator

1. When a person is approached in connection with his possible appointment as an arbitrator, he shall disclose any circumstances which may give rise to justifiable doubts as to his impartiality or independence. An arbitrator, from the time of his appointment and

throughout the arbitral proceedings, shall without delay disclose any such circumstances to the parties, unless they have already been informed of them by him.

2. An arbitrator may be challenged only if circumstances exist that give rise to justifiable doubts as to his impartiality or independence, or if he does not possess qualifications required by the agreement of the parties. A party may challenge an arbitrator appointed by him, or in whose appointment he has participated, only for reasons of which he becomes aware after the appointment has been made.

Article 13 - Challenge Procedure

1. The parties are free to agree on a procedure for challenging an arbitrator, subject to the provisions of paragraph 3 of this article.

2. Failing such agreement, a party who intends to challenge an arbitrator shall, within 15 days after becoming aware of the constitution of the arbitral tribunal or after becoming aware of any circumstances referred to in article 12(2), communicate the reasons for the challenge in writing to the arbitral tribunal. Unless the challenged arbitrator withdraws from his office or the other party agrees to the challenge, the arbitral tribunal shall decide on the challenge.

3. If a challenge under any procedure agreed upon by the parties or under the procedure of paragraph 2 of this Article is not successful, the challenging party may request, within 30 days after having received notice of the decision rejecting the challenge, the authority specified in article 6(1) to decide on the challenge; its decision shall be subject to no appeal. While such a request is pending, the arbitral tribunal, including the challenged arbitrator, may continue the arbitral proceedings and make an award.

Article 14 - Termination of Authority (Mandate) of Arbitrator

1. If an arbitrator becomes de jure or de facto unable to perform his functions or for other reasons fails to act without undue delay, his authorization (mandate) terminates if he withdraws from his office or if the parties agree on the termination. Otherwise, if a controversy remains concerning any of these grounds, any party may request the authority specified in article 6(1) to decide on the termination of the mandate; its decision shall be subject to no appeal.

2. If, under this Article or article 13(2), an arbitrator withdraws from his office or a party agrees to the termination of the mandate of an arbitrator, this does not imply acceptance of the validity of any ground referred to in this Article or article 12(2).

Article 15 - Substitution of Arbitrator

Where the mandate of an arbitrator terminates under article 13 or 14 or because of his withdrawal from office for any other reason or because of the revocation of his mandate by agreement of the parties or in any other case of termination of his mandate, a substitute arbitrator shall be appointed according to the rules that were applicable to the appointment of the arbitrator being replaced.

Chapter IV. - Jurisdiction of Arbitral Tribunal

Article 16 - Competence of Arbitral Tribunal to Rule on its Jurisdiction

1. The arbitral tribunal may rule on its own jurisdiction, including any objections with respect to the existence or validity of the arbitration agreement. For that purpose, an arbitration clause which

forms part of a contract shall be treated as an agreement independent of the other terms of the contract. A decision by the arbitral tribunal that the contract is null and void shall not entail ipso jure the invalidity of the arbitration clause.

2. A plea that the arbitral tribunal does not have jurisdiction shall be raised not later than the submission of the statement of defense. A party is not precluded from raising such a plea by the fact that he has appointed, or participated in the appointment of, an arbitrator. A plea that the arbitral tribunal is exceeding the scope of its authority shall be raised as soon as the matter alleged to be beyond the scope of its authority is raised during the arbitral proceedings. The arbitral tribunal may, in either case, admit a later plea if it considers the delay justified.

3. The arbitral tribunal may rule on a plea referred to in paragraph 2 of this article either as a preliminary question or in an award on the merits. If the tribunal rules as a preliminary question that it has jurisdiction, any party may request, within 30 days after having received notice of that ruling, the court specified in article 6(2) to decide the matter; such a decision shall be subject to no appeal. While such a request is pending, the arbitral tribunal may continue the arbitral proceedings and make an award.

Article 17 - Power of Arbitral Tribunal to Order Interim Measures

Unless otherwise agreed by the parties, the arbitral tribunal may, at the request of a party, order any party to take such interim measures of protection as the arbitral tribunal may consider necessary in respect of the subject-matter of the dispute. The arbitral tribunal may require any party to provide appropriate security in connection with such measures.

Chapter V. - Conduct of Arbitral Proceedings

Article 18 - Equal Treatment of Parties

The parties shall be treated with equality and each party shall be given a full opportunity of presenting his case.

Article 19 - Determination of Rules of Procedure

1. Subject to the provisions of the present Law, the parties are free to agree on the procedure to be followed by the arbitral tribunal in conducting the proceedings.

2. Failing such agreement, the arbitral tribunal may, subject to the provisions of the present Law, conduct the arbitration in such manner as it considers appropriate. The powers conferred upon the arbitral tribunal include the power to determine the admissibility, relevance, materiality and weight of any evidence.

Article 20 - Place of Arbitration

1. The parties are free to agree on the place of arbitration. Failing such agreement, the place of arbitration shall be determined by the arbitral tribunal having regard to the circumstances of the case, including the convenience of the parties.

2. Notwithstanding the provisions of paragraph 1 of this article, the arbitral tribunal may, unless otherwise agreed by the parties, meet at any other place it considers appropriate for consultation among the arbitrators, for hearing witnesses, experts or the parties, or for consultation of goods, other property or documents.

Article 21 - Commencement of Arbitral Proceedings

Unless otherwise agreed by the parties, the arbitral proceedings in respect of a particular dispute commence on the date on which a request for that dispute to be referred to arbitration is received by the respondent.

Article 22 - Language

1. The parties are free to agree on the language or languages to be used in the arbitral proceedings. Failing such agreement, the arbitral tribunal shall determine the language or languages to be used in the proceedings. This agreement or determination, unless otherwise specified therein, shall apply to any written statement by a party, any hearing and any award, decision or other communication by the arbitral tribunal.

2. The arbitral tribunal may order that any documentary evidence shall be accompanied by a translation into the language or languages agreed upon by the parties or determined by the arbitral tribunal.

Article 23 - Statements of Claim and Defense

1. Within the period of time agreed by the parties or determined by the arbitral tribunal, the claimant shall state the facts supporting his claim, the points at issue and the relief or remedy sought, and the respondent shall state his defense in respect of these particulars, unless the parties have otherwise agreed as to the required elements of such statements. The parties may submit with their statements all documents they consider to be relevant or may add a reference to the documents or other evidence they will submit.

2. Unless otherwise agreed by the parties, either party may amend

or supplement his claim or defense during the course of the arbitral proceedings, unless the arbitral tribunal considers it inappropriate to allow such amendment having regard to the delay in making it.

Article 24 - Hearings and Written Proceedings

1. Subject to any contrary agreement by the parties, the arbitral tribunal shall decide whether to hold oral hearings for the presentation of evidence or for oral argument, or whether the proceedings shall be conducted on the basis of documents and other materials. However, unless the parties have agreed that no hearings shall be held, the arbitral tribunal shall hold such hearings at an appropriate stage of the proceedings, if so requested by a party.

2. The parties shall be given sufficient advance notice of any hearing and of any meeting of the arbitral tribunal for the purposes of inspection of goods, other property or documents.

3. All statements, documents or other information supplied to the arbitral tribunal by one party shall be communicated to the other party. Also any expert report or evidentiary document on which the arbitral tribunal may rely in making its decision shall be communicated to the parties.

Article 25 - Failure to Submit Documents or to Appear at Hearing

Unless otherwise agreed by the parties, if, without showing sufficient cause,

- the claimant fails to communicate his statement of claim in accordance with article 23(1), the arbitral tribunal shall terminate the proceedings;

- the respondent fails to communicate his statement of defense in accordance with article 23(1), the arbitral tribunal shall continue the proceedings without treating such failure in itself as an admission of the claimant's allegations;

- any party fails to appear at a hearing or to produce documentary evidence, the arbitral tribunal may continue the proceedings and make the award on the evidence before it.

Article 26 - Expert Appointed by Arbitral Tribunal

1. Unless otherwise agreed by the parties, the arbitral tribunal

- may appoint one or more experts to report to it on specific issues to be determined by the arbitral tribunal;

- may require a party to give the expert any relevant information or to produce, or to provide access to, any relevant documents, goods or other property for his inspection.

2. Unless otherwise agreed by the parties, if a party so requests or if the arbitral tribunal considers it necessary, the expert shall, after delivery of his written or oral report, participate in a hearing where the parties have the opportunity to put questions to him and to present expert witnesses in order to testify on the points at issue.

Article 27 - Court Assistance in Taking Evidence

The arbitral tribunal or a party with the approval of the arbitral tribunal may request from a competent court of the Russian Federation assistance in taking evidence. The court may execute the request, being guided by its rules on taking evidence, including those on letters rogatory.

112 Chapter VI. - Making of Award and Termination of 113 Proceedings

113 Article 28 - Rules Applicable to Substance of Dispute

- 114 1. The arbitral tribunal shall decide the dispute in accordance with
such rules of law as are chosen by the parties as applicable to
the substance of the dispute. Any designation of the law or le-
gal system of a given State shall be construed as directly referring
to the substantive law of that State and not to its conflict of laws
rules.
- 115 2. Failing any designation by the parties, the arbitral tribunal shall
apply the law determined by the conflict of laws rules which it con-
siders applicable.
- 116 3. In all cases, the arbitral tribunal shall decide in accordance with
the terms of the contract and shall take into account the usages of
the trade applicable to the transaction.

117 Article 29 - Decision Making by Panel of Arbitrators

- 118 In arbitral proceedings with more than one arbitrator, any decision
of the arbitral tribunal shall be made, unless otherwise agreed by
the parties, by a majority of all its members. However, questions of
procedure may be decided by a presiding arbitrator, if so authorized
by the parties or all members of the arbitral tribunal.

119 Article 30 - Settlement

- 120 1. If, during arbitral proceedings, the parties settle the dispute, the
arbitral tribunal shall terminate the proceedings and, if requested by
the parties and not objected to by the arbitral tribunal, record the
settlement in the form of an arbitral award on agreed terms.

2. An award on agreed terms shall be made in accordance with the 121
provisions of article 31 and shall state that it is an award. Such an
award has the same status and effect as any other award on the
merits of the case.

Article 31 - Form and Contents of Award 122

1. The award shall be made in writing and shall be signed by the 123
arbitrator or arbitrators. In arbitral proceedings with more than one
arbitrator, the signatures of the majority of all members of the arbi-
tral tribunal shall suffice, provided that the reason for any omitted
signature is stated.
2. The award shall state the reasons upon which it is based, a res- 124
olution regarding satisfaction or rejection of the claim, the amount
of the arbitration fee and costs, and their apportioning.
3. The award shall state its date and the place of arbitration as 125
determined in accordance with article 20(1). The award shall be
deemed to have been made at that place.
4. After the award is made, a copy signed by the arbitrators in 126
accordance with paragraph (1) of this Article shall be delivered to
each party.

Article 32 - Termination of Arbitral Proceedings 127

1. The arbitral proceedings are terminated by the final award or by 128
an order of the arbitral tribunal in accordance with paragraph (2) of
this article.
2. The arbitral tribunal shall issue an order for the termination of 129
the arbitral proceedings when:
- the claimant withdraws his claim, unless the respondent objects 130

thereto and the arbitral tribunal recognizes a legitimate interest on his part in obtaining a final settlement of the dispute;

the parties agree on the termination of the proceedings;

the arbitral tribunal finds that the continuation of the proceedings has for any other reason become unnecessary or impossible.

3. The mandate of the arbitral tribunal terminates with the termination of the arbitral proceedings, subject to the provisions of Articles 33 and 34(4).

Article 33 - Correction and Interpretation of Award; Additional Award

1. Within 30 days of receipt of the award, unless another period of time has been agreed upon by the parties:

any of the parties, with notice to the other party, may request the arbitral tribunal to correct in the award any errors in computation, any clerical or typographical errors or any errors of similar nature;

if so agreed by the parties, a party, with notice to the other party, may request the arbitral tribunal to give an interpretation of a specific point or part of the award.

If the arbitral tribunal considers the request to be justified, it shall make the correction or give the interpretation within 30 days of receipt of the request. Such interpretation shall form part of the award.

2. The arbitral tribunal may correct any error of the type referred to in the second subparagraph of paragraph 1 of this Article on its own initiative within 30 days of the date of the award.

3. Unless otherwise agreed by the parties, any of the parties, with notice to the other party, may request, within 30 days of receipt of the award, the arbitral tribunal to make an additional award as to

claims presented in the arbitral proceedings but omitted from the award. If the arbitral tribunal considers the request to be justified, it shall make the additional award within 60 days.

4. The arbitral tribunal may extend, if necessary, the period of time within which it shall make a correction, interpretation or an additional award under paragraph 1 or 3 of this article.

5. The provisions of article 31 shall apply to a correction or interpretation of the award or to an additional award.

Chapter VII. - Recourse Against Award

Article 34 - Application for Setting Aside as Exclusive Recourse Against Arbitral Award

1. Recourse to a court against an arbitral award may be made only by an application for setting aside in accordance with paragraphs 2 and 3 of this article.

2. An arbitral award may be set aside by the court specified in article 6(2) only if:

(1) the party making the application for setting aside furnishes proof that:

- a party to the arbitration agreement referred to in article 7 was under some incapacity, or the said agreement is not valid under the law to which the parties have subjected it or, failing any indication thereon, under the law of the Russian Federation; or

- he was not given proper notice of the appointment of an arbitrator or of the arbitral proceedings or was otherwise unable to present his case; or

- the award was made regarding a dispute not contemplated by or

not falling within the terms of the submission to arbitration, or contains decisions on matters beyond the scope of the submission to arbitration, provided that, if the decisions on matters submitted to arbitration can be separated from those not so submitted, only that part of the award which contains decisions on matters not submitted to arbitration may be set aside; or

- the composition of the arbitral tribunal or the arbitral procedure was not in accordance with the agreement of the parties, unless such agreement was in conflict with a provision of this Law from which the parties cannot derogate, or, failing such agreement, was not in accordance with this Law; or

(2) the court finds that:

- the subject-matter of the dispute is not capable of settlement by arbitration under the law of the Russian Federation; or

- the award is in conflict with the public policy of the Russian Federation.

3. An application for setting aside may not be made after three months have elapsed from the date on which the party making that application had received the award and, if a request had been made under article 33, from the date on which that request had been disposed of by the arbitral tribunal.

4. The court, which has been asked to set aside an award, may, where appropriate and so requested by a party, suspend the setting aside proceedings for a period of time determined by it in order to give the arbitral tribunal an opportunity to resume the arbitral proceedings or to take such other action as in the arbitral tribunal's opinion will eliminate the grounds for setting aside.

Chapter VIII. - Recognition and Enforcement of Awards

Article 35 - Recognition and Enforcement

1. An arbitral award, irrespective of the country in which it was made, shall be recognized as binding and, upon application in writing to the competent court, shall be enforced subject to the provisions of this Article and of article 36.

2. The party relying on an award or applying for its enforcement shall supply the duly authenticated original award or a duly certified copy thereof, and the original arbitration agreement referred to in article 7 or a duly certified copy thereof. If the award or agreement is made in a foreign language, the party shall supply a duly certified translation thereof into the Russian language.

Article 36 - Grounds for Refusing Recognition or Enforcement of Arbitral Award

1. Recognition or enforcement of an arbitral award, irrespective of the country in which it was made, may be refused only:

(1) at the request of the party against whom it is invoked, if that party furnishes to the competent court where recognition or enforcement is sought proof that:

- a party to the arbitration agreement referred to in article 7 was under some incapacity; or the said agreement is not valid under the law to which the parties have subjected it or, failing any indication thereon, under the law of the country where the award was made; or

- the party against whom the award was made was not given proper notice of the appointment of an arbitrator or of the arbitral proceedings or was otherwise unable to present his case; or

166	- the award was made regarding a dispute not contemplated by	174	B. Yeltsin	
	or not falling within the terms of the submission to arbitration, or it		Moscow	175
	contains decisions on matters beyond the scope of the submission		The House of the Soviets of Russia	176
	to arbitration, provided that, if the decisions on matters submitted		July 7, 1993	177
	to arbitration can be separated from those not so submitted, that		No. 5338-I	178
	part of the award which contains decisions on matters submitted to			
	arbitration may be recognized and enforced; or			
167	- the composition of the arbitral tribunal or the arbitral procedure			
	was not in accordance with the agreement of the parties or, failing			
	such agreement, was not in accordance with the law of the country			
	where the arbitration took place; or			
168	- the award has not yet become binding on the parties or has been			
	set aside or suspended by a court of the country in which, or under			
	the law of which, that award was made; or			
169	(2) if the court finds that:			
170	- the subject-matter of the dispute is not capable of settlement by			
	arbitration under the law of the Russian Federation; or			
171	- the recognition or enforcement of the award would be contrary to			
	the public policy of the Russian Federation.			
172	2. If an application for setting aside or suspension of an award has			
	been made to a court referred to in the fifth point of subparagraph			
	1 of paragraph 1 of this article, the Court where recognition or en-			
	forcement is sought may, if it considers it proper, adjourn its deci-			
	sion and may also, on the application of the party claiming recog-			
	nition or enforcement of the award, order the other party to provide			
	appropriate security.			

[Post]

173 President of the Russian Federation

Metadata

SiSU Metadata, document information

Document Manifest @:

http://www.jus.uio.no/lm/russia.international.commercial.arbitration.1993/sisu_manifest.html

Title: Russia - Law of the Russian Federation on International Commercial Arbitration - In force 14 August 1993

Creator: Russian Federation on International Commercial Arbitration

Rights: Copyright (C) 1993 Russian Federation on International Commercial Arbitration

Publisher: SiSU <http://www.jus.uio.no/sisu> (this copy)

Date: 1993-08-14

Topics Registered: arbitration:rules

Version Information

Sourcefile: russia.international.commercial.arbitration.1993.sst

Filetype: SiSU text 2.0

Source Digest: SHA256(russia.international.commercial.arbitration.1993.sst)=
e2584c04fa99a4383bf6ee336a99d963c628577ca5c333a879b6574591c4f072

Skin Digest: SHA256(skin_lm.rb)=5acda64a9532f9ef6b71693da2b471d4efac2f23-
a8499e68de066eec8ea9b8e9

Generated

Document (dal) last generated: Tue Sep 21 17:31:23 -0400 2010

Generated by: SiSU 2.6.3 of 2010w30/3 (2010-07-28)

Ruby version: ruby 1.8.7 (2010-08-16 patchlevel 302) [i486-linux]

THE ARBITRATION AND CONCILIATION ACT, 1996

CONTENTS **PRELIMINARY**

1. Short title, extent and commencement

PART-I **ARBITRATION** **CHAPTER I** **GENERAL PROVISIONS**

2. Definitions
3. Receipt of written communications
4. Waiver of right to object
5. Extent of judicial intervention
6. Administrative assistance

CHAPTER II **ARBITRATION AGREEMENT**

7. Arbitration agreement
8. Power to refer parties to arbitration where there is an arbitration agreement
9. Interim measures by court

CHAPTER III **COMPOSITION OF ARBITRAL TRIBUNAL**

10. Number of arbitrators
11. Appointment of arbitrators
12. Grounds for challenge
13. Challenge procedure

- 14. Failure or impossibility to act
- 15. Termination of mandate and substitution of arbitrator

CHAPTER IV JURISDICTION OF ARBITRAL TRIBUNALS

- 16. Competence of arbitral tribunal to rule on its jurisdiction
- 17. Interim measures ordered by arbitral tribunal

CHAPTER V CONDUCT OF ARBITRAL PROCEEDINGS

- 18. Equal treatment of parties
- 19. Determination of rules of procedure
- 20. Place of arbitration
- 21. Commencement of arbitral proceedings
- 22. Language
- 23. Statements of claim and defence
- 24. Hearings and written proceedings
- 25. Default of a party
- 26. Expert appointment by arbitral tribunal
- 27. Court assistance in taking evidence

CHAPTER VI MAKING OF ARBITRAL AWARD AND TERMINATION OF PROCEEDINGS

- 28. Rules applicable to substance of dispute
- 29. Decision making by panel of arbitrators
- 30. Settlement

- 31. Form and contents of arbitral award
- 32. Termination of proceedings
- 33. Correction and interpretation of award; additional award

CHAPTER VII RECOURSE AGAINST ARBITRAL AWARD

- 34. Application for setting aside arbitral award

CHAPTER VIII FINALITY AND ENFORCEMENT OF ARBITRAL AWARDS

- 35. Finality of arbitral awards.
- 36. Enforcement

CHAPTER IX APPEALS

- 37. Appealable orders

CHAPTER X MISCELLANEOUS

- 38. Deposits
- 39. Lien on arbitral award and deposits as to costs
- 40. Arbitration agreement not to be discharged by death of party thereto
- 41. Provisions in case of insolvency
- 42. Jurisdiction
- 43. Limitations

PART II ENFORCEMENT OF CERTAIN FOREIGN AWARDS CHAPTER I NEW YORK CONVENTION AWARDS

- 44. Definition

- 45. Power of judicial authority to refer parties to arbitration
- 46. When foreign award binding
- 47. Evidence
- 48. Conditions for enforcement of foreign awards
- 49. Enforcement of foreign awards
- 50. Appealable orders
- 51. Saving
- 52. Chapter 11 not to apply

CHAPTER II GENEVA CONVENTION AWARDS

- 53. Interpretation
- 54. Power of judicial authority to refer parties to arbitration
- 55. Foreign awards when binding
- 56. Evidence
- 57. Conditions for enforcement of foreign awards
- 58. Enforcement of foreign awards
- 59. Appealable orders
- 60. Saving

PART III CONCILIATION

- 61. Application and scope
- 62. Commencement of conciliation proceedings
- 63. Number of conciliators
- 64. Appointment of conciliators

- 65. Submission of statements to conciliator
- 66. Conciliator not bound by certain enactments
- 67. Role of conciliator
- 68. Administrative assistance
- 69. Communication between conciliator and parties
- 70. Disclosure of information
- 71. Co-operation of parties with conciliator
- 72. Suggestions by parties for settlement of dispute
- 73. Settlement agreement
- 74. Status and effect of settlement agreement
- 75. Confidentiality
- 76. Termination of conciliation proceedings
- 77. Resort to arbitral or judicial proceedings
- 78. Costs
- 79. Deposits
- 80. Role of conciliator in other proceedings
- 81. Admissibility of evidence in other proceedings

PART-IV

SUPPLEMENTARY PROVISIONS

- 82. Power of High Court to make rules
- 83. Removal of difficulties
- 84. Power to make rules
- 85. Repeal and saving
- 86. Repeal and saving

THE FIRST SCHEDULE

THE SECOND SCHEDULE

THE THIRD SCHEDULE

THE ARBITRATION AND CONCILIATION ACT, 1996

(No. 26 of 1996)

[16th August 1996]

An Act to consolidate and amend the law relating to domestic arbitration, international commercial arbitration and enforcement of foreign arbitral awards as also to define the law relating to conciliation and for matters connected therewith or incidental thereto.

PREAMBLE

WHERE AS the United Nations Commission on International Trade Law (UNCITRAL) has adopted the UNCITRAL Model Law on International Commercial Arbitration in 1985;

AND WHEREAS the General Assembly of the United Nations has recommended that all countries give due consideration to the said Model Law, in view of the desirability of uniformity of the law of arbitral procedures and the specific needs of international Commercial arbitration practice;

AND WHEREAS the UNCITRAL has adopted the UNCITRAL Conciliation Rules in 1980;

AND WHEREAS the General Assembly of the United Nations has recommended the use of the said Rules in cases where a dispute arises in the context of international commercial relations and the parties seek an amicable settlement of that dispute by recourse to conciliation;

AND WHEREAS the said Model Law and Rules make significant contribution to the establishment of a unified legal framework for the fair and efficient settlement of disputes arising in international commercial relations;

AND WHEREAS it is expedient to make law respecting arbitration and conciliation, taking into account the aforesaid Model Law and Rules;

BE it enacted by Parliament in the forty-seventh year of the Republic as follows: -

PRELIMINARY

1. Short title, extent and-commencement. –

(1) This Act maybe called the Arbitration and Conciliation Act, 1996.

(2) It extends to the whole of India:

Provided that Parts I, III and IV shall extend to the State of Jammu and Kashmir only in so far as they relate to international commercial arbitration or, as the case may be, international commercial conciliation.

Explanation. -In this sub-section, the expression “international commercial conciliation” shall have the same meaning as the expression “international commercial arbitration” in clause (f) of sub-section (1) of section 2, subject to the modification that for the word “arbitration” occurring therein, the word “conciliation” shall be substituted.

(3) It shall come be deemed come into force on the 25th day of January 1996.

PART I ARBITRATION CHAPTER I GENERAL PROVISIONS

2. Definitions. -

(1) In this Part, unless the context otherwise requires, -

(a) “Arbitration” means any arbitration whether or not administered by permanent arbitral institution;

(b) “Arbitration agreement” means an agreement referred to in section 7;

(c) “Arbitral award” includes an interim award;

(d) “Arbitral tribunal” means a sole arbitrator or a panel of arbitrators;

- (e) “Court” means the principal Civil Court of original jurisdiction in a district, and includes the High Court in exercise of its ordinary original civil jurisdiction, having, jurisdiction to decide the questions forming the subject-matter of the arbitration if the same had been the subject-matter of a suit, but does not include any civil court of a grade inferior to such principal Civil Court, or any Court of Small Causes;
- (f) “International commercial arbitration” means an arbitration relating to disputes arising out of legal relationships, whether contractual or not, considered as commercial under the law in force in India and where at least one of the parties is-
 - (i) An individual who is a national of, or habitually resident in, any country other than India; or
 - (ii) A body corporate which is incorporated in any country other than India; or
 - (iii) A company or an association or a body of individuals whose central management and control is exercised in any country other than India; or
 - (iv). The Government of a foreign country;
- (g) “Legal representative” means a person who in law represents the estate of a deceased person, and includes any person who intermeddles with the estate of the deceased, and, where a party acts in a representative character, the person on whom the estate devolves on the death of the party so acting;
- (h) “Party” means a party to an arbitration agreement.

Scope

- (2) This Part shall apply where the place of arbitration is in India.
- (3) This Part shall not affect any other law for the time being in force by virtue of which certain disputes may not be submitted to arbitration.
- (4) This Part except sub-section (1) of section 40, sections 41 and 43 shall apply to every arbitration under any other enactment for the time being in force, as if the arbitration were pursuant to an arbitration agreement and as if that other enactment were an arbitration agreement, except in so far as the provisions of this Part are inconsistent with that other enactment or with any rules made thereunder.

- (5) Subject to the provisions of sub-section (4), and save in so far as is otherwise provided by any law for the time being in force or in any agreement in force between India and any other country or countries, this Part shall apply to all arbitrations and to all proceedings relating thereto.

Construction of references

- (6) Where this Part, except section 28, leaves the parties free to determine a certain issue, that freedom shall include the right of the parties to authorise any person including an institution, to determine that issue.
- (7) An arbitral award made under this Part shall be considered as a domestic award.
- (8) Where this Part-
- (a) Refers to the fact that the parties have agreed or that they may agree, or
 - (b) In any other way refers to an agreement of the parties,
- That agreement shall include any arbitration rules referred to in that agreement.
- (9) Where this Part, other than clause (a) of section 25 or clause (a) of sub-section (2) of section 32, refers to a claim, it shall also apply to a counter-claim, and where it refers to a defence, it shall also apply to a defence to that counter-claim.

3. Receipt of written communications. –

- (1) Unless otherwise agreed by the parties, -
- (a) Any written communication is deemed to have been received if it is delivered to the addressee personally or at his place of business, habitual residence or mailing address, and
 - (b) If none of the places referred to in clause (a) can be found after making a reasonable inquiry, a written communication is deemed to have been received if it is sent to the addressee's last known place of business, habitual residence or mailing address by registered letter or by any other means which provides a record of the attempt to deliver it.

- (2) The communication is deemed to have been received on the day it is so delivered.
 - (3) This section does not apply to written communications in respect of proceedings of any judicial authority.
- 4. Waiver of right to object.** -A party who knows that-
- (a) Any provision of this Part from which the parties may derogate, or
 - (b) Any requirement under the arbitration agreement,
- Has not been complied with and yet proceeds with the arbitration without stating his objection to such non-compliance without undue delay or, if a the limit is provided for stating that objection, within that period of time, shall be deemed to have waived his right to so object
- 5. Extent of judicial intervention.** -Notwithstanding anything contained in any other law for the time being in force, in matter governed by this Part, no judicial authority shall intervene except where so provided in this Part.
- 6. Administrative assistance.** -In order to facilitate the conduct of the arbitral proceedings, the parties, or the arbitral tribunal with the consent of the parties, may arrange for administrative assistance by a suitable institution or person.

CHAPTER II

ARBITRATION AGREEMENT

- 7. Arbitration agreement. –**
- (1) In this Part, “arbitration agreement” means an agreement by the parties to submit to arbitration all or certain disputes which have arisen or which may arise between them in respect of a defined legal relationship, whether contractual or not.
 - (2) An arbitration agreement may be in the form of an arbitration clause in a contract or in the form of a separate agreement.
 - (3) An arbitration agreement shall be in writing.
 - (4) An arbitration agreement is in writing if it is contained in-
 - (a) A document signed by the parties;
 - (b) An exchange of letters, telex, telegrams or other means of telecommunication which provide a record of the agreement; or

- (c) An exchange of statements of claim and defence in which the existence of the agreement is alleged by one party and not denied by the other.
- (5) There reference in a contract to a document containing an arbitration clause constitutes an arbitration agreement if the contract is in writing and the reference is such as to make that arbitration clause part of the contract.

8. Power to refer parties to arbitration where there is an arbitration agreement.

-

- (1) A judicial authority before which an action is brought in a matter, which is the subject of an arbitration agreement, shall, if a party so applies not later than when submitting his first statement on the substance of the dispute, refer the parties to arbitration.
- (2) The application referred to in sub-section (1) shall not be entertained unless it is accompanied by the original arbitration agreement or a duly certified copy thereof.
- (3) Notwithstanding that an application has been made under sub-section (1) and that the issue is pending before the judicial authority, an arbitration may be commenced or continued and an arbitrat award made.

9. Interim measures, etc. by court. -A party may, before or during arbitral proceedings or at any time after the making of the arbitral award but before it is enforced in accordance with section 36, apply to a court: -

- (i) For the appointment of a guardian for a minor or a person of unsound mind for the purposes of arbitral proceedings; or
- (ii) For an interim measure of protection in respect of any of the following matters, namely: -
 - (a) The preservation, interim custody or sale of any goods, which are the subject matter of the arbitration agreement;
 - (b) Securing the amount in dispute in the arbitration;
 - (c) The detention, preservation or inspection of any property or thing which is the subject-matter of the dispute in arbitration, or as to which any question may arise therein and authorising for any of the aforesaid purposes any person to enter upon any land or building in the possession of any party, or authorising any samples

to be taken or any observation to be made, or experiment to be tried, which may be necessary or expedient for the purpose of obtaining full information or evidence;

- (d) Interim injunction or the appointment of a receiver;
- (e) Such other interim measure of protection as may appear to the court to be just and convenient,

And the Court shall have the same power for making orders as it has for the purpose of, and in relation to, any proceedings before it.

CHAPTER III

COMPOSITION OF ARBITRAL TRIBUNAL

10. Number of arbitrators. –

- (1) The parties are free to determine the number of arbitrators, provided that such number shall not be an even number.
- (2) Failing the determination referred to in sub-section (1), the arbitral tribunal shall consist of a sole arbitrator.

11. Appointment of arbitrators. –

- (1) A person of any nationality may be an arbitrator, unless otherwise agreed by the parties.
- (2) Subject to sub-section (6), the parties are free to agree on a procedure for appointing the arbitrator or arbitrators.
- (3) Failing any agreement referred to in sub-section (2), in an arbitration with three arbitrators, each party shall appoint one arbitrator, and the two appointed arbitrators shall appoint the third arbitrator who shall act as the presiding arbitrator.
- (4) If the appointment procedure in sub-section (3) applies and-
 - (a) A party fails to appoint an arbitrator within thirty days from the receipt of a request to do so from the other party; or
 - (b) The two appointed arbitrators fail to agree on the third arbitrator within thirty days from the date of their appointment,

The appointment shall be made, upon request of a party, by the Chief Justice or any person or institution designated by him.

- (5) Failing any agreement referred to in sub-section (2), in an arbitration with a sole arbitrator, if the parties fail to agree on the arbitrator within thirty days from receipt of a request by one party from the other party to so agree the appointment shall be made, upon request of a party, by the Chief Justice or any person or institution designated by him.
- (6) Where, under an appointment procedure agreed upon by the parties, -
 - (a) A party fails to act as required under that procedure; or
 - (b) The parties, or the two appointed arbitrators, fail to reach an agreement expected of them under that procedure; or
 - (c) A person, including an institution, fails to perform any function entrusted to him or it under that procedure,

A party may request the Chief Justice or any person or institution designated by him to take the necessary measure, unless the agreement on the appointment procedure provides other means for securing the appointment.

- (7) A decision on a matter entrusted by sub-section (4) or sub-section (5) or sub-section (6) to the Chief Justice or the person or institution designated by him is final.
- (8) The Chief Justice or the person or institution designated by him, in appointing an arbitrator, shall have due regard to-
 - (a) Any qualifications required of the arbitrator by the agreement of the parties; and
 - (b) Other considerations as are likely to secure the appointment of an independent and impartial arbitrator.
- (9) In the case of appointment of sole or third arbitrator in an international commercial arbitration, the Chief Justice of India or the person or institution designated by him may appoint an arbitrator of a nationality other than the nationalities of the parties where the parties belong to different nationalities.
- (10) The Chief Justice may make such scheme, as he may deem appropriate for dealing with matters entrusted by sub-section (4) or sub-section (5) or sub-section (6) to him.

- (11) Where more than one request has been made under sub-section (4) or sub-section (5) or sub-section (6) to the Chief Justices of different High Courts or their designates, the Chief Justice or his designate to whom the request has been first made under the relevant subsection shall alone be competent to decide on the request.
- (12) (a) Where the matters referred to in sub-sections (4), (5), (6), (7), (8) and (10) arise in an international commercial arbitration, the reference to “Chief Justice” in those subsections shall be construed as a reference to the “Chief Justice of India”.
- (b) Where the matters referred to in sub-sections (4), (5), (6), (7), (8) and (10) arise in any other arbitration, the reference to “Chief Justice” in those sub-sections shall be construed as a reference to the Chief Justice of the High Court within whose local limits the principal Civil Court referred to in clause (e) of sub-section (1) of section 2 is situate and, where the High Court itself is the Court referred to in that clause, to the Chief Justice of that High Court.

12. Grounds for challenge. -

- (1) When a person is approached in connection with his possible appointment as an arbitrator, he shall disclose in writing any circumstances likely to give rise to justifiable doubts as to his independence or impartiality.
- (2) An arbitrator, from the time of his appointment and throughout the arbitral proceedings, shall, without delay, disclose to the parties in writing any circumstances referred to in sub-section (1) unless they have already been informed of them by him.
- (3) An arbitrator may be challenged only if-
 - (a) Circumstances exist that give rise to justifiable doubts as to his independence or impartiality, or
 - (b) He does not possess the qualifications agreed to by the parties.
- (4) A party may challenge an arbitrator appointed by him, or in whose appointment he has participated, only for reasons of which he becomes aware after the appointment has been made.

13. Challenge procedure. –

- (1) Subject to sub-section (4), the parties are free to agree on a procedure for challenging an arbitrator.

- (2) Failing any agreement referred to in sub-section (1), a party who intends to challenge an arbitrator shall, within fifteen days after becoming aware of the constitution of the arbitral tribunal or after becoming aware of any circumstances referred to in sub-section (3) of section 12, send a written statement of the reasons for the challenge to the arbitral tribunal.
- (3) Unless the arbitrator challenged under sub-section (2) withdraws from his office or the other party agrees to the challenge, the arbitral tribunal shall decide on the challenge.
- (4) If a challenge under any procedure agreed upon by the parties or under the procedure under sub-section (2) is not successful, the arbitral tribunal shall continue the arbitral proceedings and make an arbitral award.
- (5) Where an arbitral award is made under sub-section (4), the party challenging the arbitrator may make an application for setting aside such an arbitral award in accordance with section 34.
- (6) Where an arbitral award is set aside on an application made under sub-section (5), the court may decide as to whether the arbitrator who is challenged is entitled to any fees.

14. Failure or impossibility to act. –

- (1) The mandate of an arbitrator shall terminate if-
 - (a) He becomes de jure or de facto unable to perform his functions or for other reasons fails to act without undue delay; and
 - (b) He withdraws from his office or the parties agree to the termination of his mandate.
- (2) If a controversy remains concerning any of the grounds referred to in clause (a) of sub-section (1), a party may, unless otherwise agreed by the parties, apply to the court to decide on the termination of the mandate.
- (3) If, under this section or sub-section (3) of section 13, an arbitrator withdraws from his office or a party agrees to the termination of the mandate of an arbitrator, it shall not imply acceptance of the validity of any ground referred to in this section or sub-section (3) of section 12.

15. Termination of mandate and substitution of arbitrator. -

- (1) In addition to the circumstances referred to in section 13 or section 14, the mandate of an arbitrator shall terminate-

- (a) Where he withdraws from office for any reason; or
 - (b) By or pursuant to agreement of the parties.
- (2) Where the mandate of an arbitrator terminates, a substitute arbitrator shall be appointed according to the rules that were applicable to the appointment of the arbitrator being replaced.
- (3) Unless otherwise agreed by the parties, where an arbitrator is replaced under subsection (2), any hearings previously held may be repeated at the discretion of the arbitral tribunal.
- (4) Unless otherwise agreed by the parties, an order or ruling of the arbitral tribunal made prior to the replacement of an arbitrator under this section shall not be invalid solely because there has been a change in the composition of the arbitral tribunal.

CHAPTER IV

JURISDICTION OF ARBITRAL TRIBUNALS

16. Competence of arbitral tribunal to rule on its jurisdictional. -

- (1) The arbitral tribunal may rule on its own jurisdiction, including ruling on any objections with respect to the existence or validity of the arbitration agreement, and for that purpose, -
 - (a) An arbitration clause which forms part of a contract shall be treated as an agreement independent of the other terms of the contract; and
 - (b) A decision by the arbitral tribunal that the contract is null and void shall not entail ipso jure the invalidity of the arbitration clause.
- (2) A plea that the arbitral tribunal does not have jurisdiction shall be raised not later than the submission of the statement of defence; however, a party shall not be precluded from raising such a plea merely because that he has appointed, or participated in the appointment of, an arbitrator.
- (3) A plea that the arbitral tribunal is exceeding the scope of its authority shall be raised as soon as the matter alleged to be beyond the scope of its authority is raised during the arbitral proceedings.
- (4) The arbitral tribunal may, in either of the cases referred to in sub-section (2) or subsection (3), admit a later plea if it considers the delay justified.

- (5) The arbitral tribunal shall decide on a plea referred to in sub-section (2) or sub-section (3) and, where the arbitral tribunal takes a decision rejecting the plea, continue with the arbitral proceedings and make an arbitral award.
- (6) A party aggrieved by such an arbitral award may make an application forgetting aside such an arbitral award in accordance with section 34.

17. Interim measures ordered by arbitral tribunal. –

- (1) Unless otherwise agreed by the parties, the arbitral tribunal may, at the request of a party, order a party to take any interim measure of protection as the arbitral tribunal may consider necessary in respect of the subject-matter of the dispute.
- (2) The arbitral tribunal may require a party to provide appropriate security in connection with a measure ordered under sub-section (1).

CHAPTER V

CONDUCT OF ARBITRAL PROCEEDINGS

18. Equal treatment of parties. –The parties shall be treated with equality and each party shall be given a full opportunity to present his case.

19. Determination of rules of procedure. –

- (1) The arbitral tribunal shall not be bound by the Code of Civil Procedure, 1908 (5 of 1908) or the Indian Evidence Act, 1872 (I of 1872).
- (2) Subject to this Part, the parties are free to agree on the procedure to be followed by the arbitral tribunal in conducting its proceedings.
- (3) Failing any agreement referred to in sub-section (2), the arbitral tribunal may, subject to this Part, conduct the proceedings in the manner it considers appropriate.
- (4) The power of the arbitral tribunal under sub-section (3) includes the power to determine the admissibility, relevance, materiality and weight of any evidence.

20. Place of arbitration. –

- (1) The parties are free to agree on the place of arbitration.

- (2) Failing any agreement referred to in sub-section (1), the place of arbitration shall be determined by the arbitral tribunal having regard to the circumstances of the case, including the convenience of the parties.
- (3) Notwithstanding sub-section (1) or sub-section (2), the arbitral tribunal may, unless otherwise agreed by the parties, meet at any place it considers appropriate for consultation among its members, for hearing witnesses, experts or the parties, or for inspection of documents, goods or other property.

21. Commencement of arbitral proceedings. -Unless otherwise agreed by the parties, the arbitral proceedings in respect of a particular dispute commence on the date on which a request for that dispute to be referred to arbitration is received by the respondent.

22. Language. -

- (1) The parties are free to agree upon the language or languages to be used in the arbitral proceedings.
- (2) Failing any agreement referred to in sub-section (1), the arbitral tribunal shall determine the language or languages to be used in the arbitral proceedings.
- (3) The agreement or determination, unless otherwise specified, shall apply to any written statement by a party, any hearing and any arbitral award, decision or other communication by the arbitral tribunal.
- (4) The arbitral tribunal may order that any documentary evidence shall be accompanied by a translation into the language or languages agreed upon by the parties or determined by the arbitral tribunal.

23. Statements of claim and defence. -

- (1) Within the period of time agreed upon by the parties or determined by the arbitral tribunal, the claimant shall state the facts supporting his claim, the points at issue and the relief or remedy sought, and the respondent shall state his defence in respect of these particulars, unless the parties have otherwise agreed as to the required elements of those statements.
- (2) The parties may submit with their statements all documents they consider to be relevant or may add a reference to the documents or other evidence they will submit.
- (3) Unless otherwise agreed by the parties, either party may amend or supplement his claim or defence during the course of the arbitral

proceedings, unless the arbitral tribunal considers it inappropriate to allow the amendment or supplement having regard to the delay in making it.

24. Hearings and written proceedings. –

- (1) Unless otherwise agreed by the parties, the arbitral tribunal shall decide whether to hold oral hearings for the presentation of evidence or for or a argument, or whether the proceedings shall be conducted on the basis of documents and other materials:

Provided that the arbitrat tribunal shall hold oral hearings, at an appropriate state of the proceedings, on a request by a party, unless the parties have agreed that no oral hearing shall be held.

- (2) The parties shall be given sufficient advance notice of any hearing and of any meeting of the arbitral tribunal for the purposes of inspection of documents, goods or other property-
- (3) All statements, documents or other information supplied to, or applications made to the arbitral tribunal by one party shall be communicated to the other party, and any expert report or evidentiary document on which the arbitral tribunal may rely in making its decision shall be communicated to the parties.

25. Default of a party. -Unless otherwise agreed by the parties, where, without showing sufficient cause, -

- (a) The claimant fails to communicate his statement of claim in accordance with subsection (1) of section (2), the arbitral tribunal shall terminate the proceedings;
- (b) The respondent fails to communicate his statement of defence in accordance with sub-section (1) of section 23, the arbitral tribunal shall continue the proceedings without treating that failure in itself as an admission of the alienations by the claimant;
- (c) A party fails to appear a tan oral hearing or to produce documentary evidence, the arbitral tribunal may continue the proceedings and make the arbitrat award on the evidence before it.

26. Expert appointment by arbitral tribunal. –

- (1) Unless otherwise agreed by the parties, the arbitral tribunal may-
 - (a) Appoint one or more experts to report to it on specific issues to be determined by the arbitral tribunal, and

- (b) Require a party to give the expert any relevant information or to produce, or to provide access to, any relevant documents, goods or other property for his inspection.
- (2) Unless otherwise agreed by the parties, if a party so requests or if the arbitral tribunal considers it necessary, the expert shall, after delivery of his written or oral report, participate in an oral hearing where the parties have the opportunity to put questions to him and to present expert witnesses in order to testify on the points at issue.
- (3) Unless otherwise agreed by the parties, the expert shall, on the request of a party, make available to that party for examination all documents, goods or other property in the possession of the expert with which he was provided in order to prepare his report.

27. Court assistance in taking evidence. –

- (1) The arbitral tribunal, or a party with the approval of the arbitral tribunal, may apply to the court for assistance in taking evidence.
- (2) The application shall specify-
 - (a) The names and addresses of the parties and the arbitrators;
 - (b) The general nature of the claim and the relief sought;
 - (c) The evidence to be obtained, in particular, -
 - (i) The name and address of any person to be heard as witness or expert witness and a statement of the subject-matter of the testimony required;
 - (ii) The description of any document to be produced or property to be inspected.
- (3) The court may, within its competence and according to its rules on taking evidence, execute the request by ordering that the evidence be provided directly to the arbitral tribunal.
- (4) The court may, while making an order under sub-section (3), issue the same processes to witnesses as it may issue in suits tried before it.
- (5) Persons failing to attend in accordance with such process, or making any other default, or refusing to give their evidence, or guilty of any contempt to the arbitral tribunal during the conduct of arbitral proceedings, shall be

subject to the like disadvantages, penalties and punishments by order of the court on the representation of the arbitral tribunal as they would incur for the like offences in suits tried before the court.

- (6) In this section the expression “Processes” includes summonses and commissions for the examination of witnesses and summonses to produce documents.

CHAPTER-VI

MAKING OF ARBITRAL AWARD AND TERMINATION OF PROCEEDINGS

28. Rules applicable to substance of dispute. –

- (1) Where the place of arbitration is situate in India, -
- (a) In an arbitration other than an international commercial arbitration, the arbitral tribunal shall decide the dispute submitted to arbitration in accordance with the substantive law for the time being in force in India;
 - (b) In international commercial arbitration, -
 - (i) The arbitral tribunal shall decide the dispute in accordance with the rules of law designated by the parties as applicable to the substances of the dispute;
 - (ii) Any designation by the parties of the law or legal system of a given country shall be construed, unless otherwise expressed, as directly referring to the substantive law of that country and not to its conflict of laws rules;
 - (iii) Failing any designation of the law under clause (a) by the parties, the arbitral tribunal shall apply the rules of law it considers to be appropriate, given all the circumstances surrounding the dispute.
- (2) The arbitral tribunal shall decide *ex aequo et bono* or as *amiable compositeur* only if the parties have expressly authorised it to do so.
- (3) In all cases, the arbitral tribunal shall decide in accordance with the terms of the contract and shall take into account the usages of the trade applicable to the transaction.

29. Decision making by panel of arbitrators. -

- (1) Unless otherwise agreed by the parties, in arbitral proceedings with more than one arbitrator, any decision of the arbitral tribunal shall be made by a majority of all its members.
- (2) Notwithstanding sub-section (1), if authorised by the parties or all the members of the arbitral tribunal, questions of procedure may be decided by the presiding, arbitrator.

30. Settlement. –

- (1) It is not incompatible with an arbitration agreement for an arbitral tribunal to encourage settlement of the dispute and, with the agreement of the parties; the arbitral tribunal may use mediation, conciliation or other procedures at any time during the arbitral proceedings to encourage settlement.
- (2) If, during, arbitral proceedings, the parties settle the dispute, the arbitral tribunal shall terminate the proceedings and, if requested by the parties and not objected to by the arbitral tribunal, record the settlement in the form of an arbitral award on agreed terms.
- (3) An arbitral award on agreed terms shall be made in accordance with section 31 and shall state that it is an arbitral award.
- (4) An arbitral award on agreed terms shall have the same status and effect as any other arbitral award on the substance of the dispute.

31. Form and contents of arbitral award. –

- (1) An arbitral award shall be made in writing and shall be signed by the members of the arbitral tribunal.
- (2) For the purposes of sub-section (1), in arbitral proceeding with more than one arbitrator, the signatures of the majority of all the members of the arbitral tribunal shall be sufficient so long as the reason for any omitted signature is stated.
- (3) The arbitral award shall state the reasons upon which it is based, unless-
 - (a) The parties have agreed that no reasons are to be given, or
 - (b) The award is an arbitral award on agreed terms under section 30.
- (4) The arbitral award shall state its date and the place of arbitration as determined in accordance with section 20 and the award shall be deemed to have been made at that place.

- (5) After the arbitral award is made, a signed copy shall be delivered to each party.
- (6) The arbitral tribunal may, at any time during the arbitral proceedings, make an interim arbitral award on any matter with respect to which it may make a final arbitral award.
- (7)
 - (a) Unless otherwise agreed by the parties, where and in so far as an arbitral award is for the payment of money, the arbitral tribunal may include in the sum for which the award is made interest, at such rate as it deems reasonable, on the whole or any part of the money, for the whole or any part of the period between the date on which the cause of action arose and the date on which the award is made.
 - (b) A sum directed to be paid by an arbitral award shall, unless the award otherwise directs, carry interest at the rate of eighteen per centum per annum from the date of the award to the date of payment.
- (8) Unless otherwise agreed by the parties, -
 - (a) The costs of an arbitration shall be fixed by the arbitral tribunal
 - (b) The arbitral tribunal shall specify-
 - (i) The party entitled to costs,
 - (ii) The party who shall pay the costs,
 - (iii) The amount of costs or method of determining that amount, and
 - (iv) The manner in which the costs shall be paid.

Explanation. -For the purpose of clause (a), “costs” means reasonable costs relating to-

- (i) The fees and expenses of the arbitrators and witnesses,
- (ii) Legal fees and expenses,
- (iii) Any administration fees of the institution supervising the arbitration, and

- (iv) Any other expenses incurred in connection with the arbitral proceeding and the arbitral award.

32. Termination of proceedings. –

- (1) The arbitral proceeding shall be terminated by the final arbitral award or by all order of the arbitral tribunal under subsection (2).
- (2) The arbitral tribunal shall issue an order for the termination of the arbitral proceedings where-
 - (a) The claimant withdraws his claim, unless the respondent objects to the order and the arbitral tribunal recognizes a legitimate interest on his part in obtaining a final settlement of the dispute,
 - (b) The parties agree on the termination of the proceedings as, or
- (c) The arbitral tribunal finds that the continuation of the proceedings has for any other reason become unnecessary or impossible.
- (3) Subject to section 33 and sub-section (4) of section 34, the mandate of the arbitral tribunal shall terminate with the termination of the arbitral proceedings.

33. Correction and interpretation of award; additional award. –

- (1) Within thirty days from the receipt of the arbitral award, unless another period of time has been agreed upon by the parties-
 - (a) A party, with notice to the other party, may request the arbitral tribunal to correct any computation errors, any clerical or typographical errors or any other errors of a similar nature occurring in the award;
 - (b) If so agreed by the parties, a party, with notice to the other party, may request the arbitral tribunal to give an interpretation of a specific point or part of the award.
- (2) If the arbitral tribunal considers the request made under sub-section (1) to be justified, it shall make the correction or give the interpretation within thirty days from the receipt of the request and the interpretation shall form part of the arbitral award.
- (3) The arbitral tribunal may correct any error of the type referred to in clause (a) of subsection (1), on its own initiative, within thirty days from the date of the arbitral award.

- (4) Unless otherwise agreed by the parties, a party with notice to the other party, may request, within thirty days from the receipt of the arbitral award, the arbitral tribunal to make an additional arbitral award as to claims presented in the arbitral proceedings but omitted from the arbitral award.
- (5) If the arbitral tribunal considers the request made under sub-section (4) to be justified, it shall make the additional arbitral award within sixty days from the receipt of such request.
- (6) The arbitral tribunal may extend, if necessary, the period of time within which it shall make a correction, give an interpretation or make an additional arbitral award under sub-section (2) or sub-section (5).
- (7) Section 31 shall apply to a correction or interpretation of the arbitral award or to an additional arbitral award made under this section.

CHAPTER VII

RECOURSE AGAINST ARBITRAL AWARD

34. Application for setting aside arbitral award. –

- (1) Recourse to a court against an arbitral award may be made only by an application for setting aside such award in accordance with sub-section (2) and subsection (3).
- (2) An arbitral award may be set aside by the court only if-
 - (a) The party making the application furnishes proof that-
 - (i) A party was under some incapacity, or
 - (ii) The arbitration agreement is not valid under the law to which the parties have subjected it or, failing any indication thereon, under the law for the time being in force; or
 - (iii) The party making the application was not given proper notice of the appointment of an arbitrator or of the arbitral proceedings or was otherwise unable to present his case; or
 - (iv) The arbitral award deals with a dispute not contemplated by or not falling within the terms of the submission to arbitration, or it contains decisions on matters beyond the scope of the submission to arbitration:

Provided that, if the decisions on matters submitted to arbitration can be separated from those not so submitted, only that part of the arbitral award which contains decisions on matters not submitted to arbitration may be set aside; or

(v) The composition of the arbitral tribunal or the arbitral procedure was not in accordance with the agreement of the parties, unless such agreement was in conflict with a provision of this Part from which the parties cannot derogate, or, failing such agreement, was not in accordance with this Part; or

(b) The court finds that-

(i) The subject-matter of the dispute is not capable of settlement by arbitration under the law for the time being in force, or

(ii) The arbitral award is in conflict with the public policy of India.

Explanation. -Without prejudice to the generality of sub-clause (ii), it is hereby declared, for the avoidance of any doubt, that an award is in conflict with the public policy of India if the making of the award was induced or affected by fraud or corruption or was in violation of section 75 or section 81.

(3) An application for setting aside may not be made after three months have elapsed from the date on which the party making that application had received the arbitral award or, if a request had been made under section 33, from the date on which that request had been disposed of by the arbitral tribunal:

Provided that if the court is satisfied that the applicant was prevented by sufficient cause from making the application within the said period of three months it may entertain the application within a further period of thirty days, but not thereafter.

(4) On receipt of an application under sub-section (1), the court may, where it is appropriate and it is so requested by a party, adjourn the proceedings for a period of time determined by it in order to give the arbitral tribunal an opportunity to resume the arbitral proceedings or to take such other action as in the opinion of arbitral tribunal will eliminate the grounds for setting aside the arbitral award.

CHAPTER VIII

FINALITY AND ENFORCEMENT OF ARBITRAL AWARDS

- 35. Finality of arbitral awards.** -Subject to this Part an arbitral award shall be final and binding on the parties and persons, claiming under them respectively.
- 36. Enforcement.** - Where the time for making an application to set aside the arbitral award under section 34 has expired, or such application having been made, it has been refused, the award shall be enforced under the Code of Civil Procedure, 1908 (5 of 1908) in the same manner as if it were a decree of the court.

CHAPTER IX APPEALS

37. Appealable orders. –

- (1) An appeal shall lie from the following orders (and from no others) to the court authorised by law to hear appeals from original decrees of the court passing the order, namely: -
- (a) Granting or refusing to grant any measure under section 9;
 - (b) Setting aside or refusing to set aside an arbitral award under section 34.
- (2) An appeal shall also lie to a court from an order of the arbitral tribunal--
- (a) Accepting the plea referred to in sub-section (2) or sub-section (3) of section 16; or
 - (b) Granting or refusing to grant an interim measure under section 17.
- (3) No second appeal shall lie from an order passed in appeal under this section, but nothing in this section shall affect or take away any right to appeal to the Supreme Court.

CHAPTER X MISCELLANEOUS

38. Deposits. –

- (1) The arbitral tribunal may-fix the amount of the deposit or supplementary deposit, as the case may be, as an advance for the costs referred to in sub-section (8) of section 31, which it expects will be incurred in respect of the claim submitted to it:

Provided that where, apart from the claim, a counter-claim has been submitted to the arbitrat tribunal, it may fix separate amount of deposit for the claim and counter claim.

- (2) The deposit referred to in sub-section (1) shall be payable in equal shares by the parties:

Provided that where one party fails to pay his share of the deposit, the other party may pay that share:

Provided further that where the other party also does not pay the aforesaid share in respect of the claim or the counter-claim, the arbitral tribunal may suspend or terminate the arbitral proceedings in respect of such claim or counter-claim, as the case may be.

Upon termination of the arbitral proceedings, the arbitral tribunal shall render an accounting to the parties of the deposits received and shall return any unexpended balance to the party or parties', as the case may be.

39. Lien on arbitral award and deposits as to costs. –

- (1) Subject to the provisions of sub-section (2) and to any provision to the contrary in the arbitration agreement, the arbitral tribunal shall have a lien on the arbitral award for any unpaid costs of the arbitration.
- (2) (2) If in any case an arbitral tribunal refuses to deliver its award except on payment of the costs demanded by it, the court may, on an application in this behalf, order that the arbitral tribunal shall deliver the arbitral award to the applicant on payment into court by the applicant of the costs demanded, and shall, after such inquiry, if any, as it thinks fit, further order that out of the money so paid into court there shall be paid to the arbitral tribunal by way of costs such sum as the court may consider reasonable and that the balance of the money, if any, shall be refunded to the applicant.
- (3) An application under sub-section (2) may be made by any party unless the fees demanded have been fixed by written agreement between him and the arbitral tribunal, and the arbitral tribunal shall be entitled to appear and be heard on any such application.
- (4) The court may make such orders as it thinks fit respecting the costs of the arbitration where any question arises respecting such costs and the arbitral award contains no sufficient provision concerning them.

40. Arbitration agreement not to be discharged by death of party thereto. –

- (1) An arbitration agreement shall not be discharged by the death of any party thereto either as respects the deceased or as respects any other party, but shall in such event be enforceable by or against the legal representative of the deceased.

- (2) The mandate of an arbitrator shall not be terminated by the death of any party by whom he was appointed.
- (3) Nothing in this section shall affect the operation of any law by virtue of which any right of action is extinguished by the death of a person.

41. Provisions in case of insolvency. –

- (1) Where it is provided by a term in a contract to which an insolvent is a party that any dispute arising there out or in connection therewith shall be submitted to arbitration, the said term shall, if the receiver adopts the contract, be enforceable by or against him so far as it relates to any such dispute.
- (2) Where a person who has been adjudged an insolvent had, before the commencement of the insolvency proceedings, become a party to an arbitration agreement, and any matter to which the agreement applies is required to be determined in connection with, or for the purposes of, the insolvency proceedings, then, if the case is one to which sub-section (1) does not apply, any other party or the receiver may apply to the judicial authority having jurisdiction in the insolvency proceedings for an order directing that the matter in question shall be submitted to arbitration in accordance with the arbitration agreement, and the judicial authority may, if it is of opinion that, having regard to all the circumstances of the case, the matter ought to be determined by arbitration, make an order accordingly.
- (3) In this section the expression “receiver” includes an Official Assignee.

42. Jurisdiction. -Notwithstanding anything contained elsewhere in this Part or in any other law for the time being in force, where with respect to an arbitration agreement any application under this Part has been made in a court, that court alone shall have jurisdiction over the arbitral proceedings and all subsequent applications arising out of that agreement and the arbitral proceedings shall be made in that court and in no other court.

43. Limitations. –

- (1) The Limitation Act, 1963 (36 of 1963), shall apply to arbitrations as it applies to proceedings in court.
- (2) For the purposes of this section and the Limitation Act, 1963 (36 of 1963), an arbitration shall be deemed to have commenced on the date referred in section 21.

- (3) Where an arbitration agreement to submit future disputes to arbitration provides that any claim to which the agreement applies shall be barred unless some step to commence arbitral proceedings is taken within a time fixed by the agreement, and a dispute arises to which the agreement applies, the court, if it is of opinion that in the circumstances of the case undue hardship would otherwise be caused, and notwithstanding that the time so fixed has expired, may on such terms, if any, as the justice of the case may require, extend the time for such period as it thinks proper.
- (4) Where the court orders that an arbitral award be set aside, the period between the commencement of the arbitration and the date of the order of the court shall be excluded in computing the time prescribed by the Limitation Act, 1963 (36 of 1963), for the commencement of the proceedings (including arbitration) with respect to the dispute so submitted.

PART II

ENFORCEMENT OF CERTAIN FOREIGN AWARDS

CHAPTER I

NEW YORK CONVENTION AWARDS

- 44. Definition.** -In this Chapter, unless the context otherwise requires, “foreign award” means an arbitral award on differences between persons arising out of legal relationships, whether contractual or not, considered as commercial under the law in force in India, made on or after the 11th day of October, 1960-
- (a) In pursuance of an agreement in writing for arbitration to which the Convention set forth in the First Schedule applies, and
 - (b) In one of such territories as the Central Government, being satisfied that reciprocal provisions have been made may, by notification in the Official Gazette, declare to be territories to which the said Convention applies.
- 45. Power of judicial authority to refer parties to arbitration.** -Notwithstanding anything contained in Part I or in the Code of Civil Procedure, 1908 (5 of 1908) a judicial authority, when seized of an action in a matter in respect of which the parties have made an agreement referred to in section 44, shall, at the request of one of the parties or any person claiming through or under him, refer the parties to arbitration, unless it finds that the said agreement is null and void, inoperative or incapable of being performed.
- 46. When foreign award binding.** - Any foreign award which would be, enforceable under this Chapter shall be treated as binding for all purposes on the persons as between whom it was made, and may accordingly be relied on by any of those persons by way of defence, set off or otherwise in any legal proceedings in India

and any references in this Chapter to enforcing a foreign award shall be construed as including references to relying on; an award.

47. Evidence. –

- (1) The party applying for the enforcement of a foreign award shall, at the time of the application, produce before the court-
 - (a) The original award or a copy thereof, duly authenticated in the manner required by the law of the country in which it was made;
 - (b) The original agreement for arbitration or a duly certified copy thereof, and
 - (c) Such evidence as may be necessary to prove that the award is a foreign award.
- (2) If the award or agreement to be produced under sub-section (1) is in a foreign language, the party seeking to enforce the award shall produce a translation into English certified as correct by a diplomatic or consular agent of the country to which that party belongs or certified as correct in such other manner as may be sufficient according to the law in force in India.

Explanation. -In this section and all the following sections of this Chapter, “Court” means the principal Civil Court of original jurisdiction in a district, and includes the High Court in exercise of its ordinary original civil jurisdiction, having jurisdiction over the subject-matter of the award if the same had been the subject-matter of a suit, but does not include any civil court of a grade inferior to) such principal Civil Court, or any Court of Small Causes.

48. Conditions for enforcement of foreign awards. –

- (1) Enforcement of a foreign award may be refused, at the request of the party against whom it is invoked, only if that party furnishes to the court proof that-
 - (a) The parties to the agreement referred to in section 44 were, under the law applicable to them, under some incapacity, or the said agreement is not valid under the law to which the parties have subjected it or, failing any indication thereon, under the law of the country where the award was made; or
 - (b) The party against whom the award is invoked was not given proper notice of the appointment of the arbitrator or of the arbitral proceedings or was otherwise unable to present his case; or

- (c) The award deals with a difference not contemplated by or not falling within the terms of the submission to arbitration, or it contains decisions on matters beyond the scope of the submission to arbitration:

Provided that, if the decisions on matters submitted to arbitration can be separated from those not so submitted, that part of the award which contains decisions on matters submitted to arbitration may be enforced; or

- (d) The composition of the arbitral authority or the arbitral procedure was not in accordance with the agreement of the parties, or, failing such agreement, was not in accordance with the law of the country where the arbitration took place; or
- (e) The award has not yet become binding on the parties, or has been set aside or suspended by a competent authority of the country in which, or under the law of which, that award was made.

- (2) Enforcement of an arbitral award may also be refused if the court finds that-

- (a) The subject-matter of the difference is not capable of settlement by arbitration under the law of India; or
- (b) The enforcement of the award would be contrary to the public policy of India.

Explanation. -Without prejudice to the generality of clause (b) of this section, it is hereby declared, for the avoidance of any doubt, that an award is in conflict with the public policy of India if the making of the award was induced or affected by fraud or corruption.

- (3) If an application for the setting aside or suspension of the award has been made to a competent authority referred to in clause (e) of sub-section (1) the court may, if it considers it proper, adjourn the decision on the enforcement of the award and may also, on the application of the party claiming enforcement of the award, order the other party to give suitable security.

49. Enforcement of foreign awards. -Where the court is satisfied that the foreign award is enforceable under this Chapter, the award shall be deemed to be a decree of that court.

50. Appealable orders. –

- (1) An appeal shall lie from the order refusing to-
 - (a) Refer the parties to arbitration under section 45;
 - (b) Enforce a foreign award under section 48, to the court authorised by law to hear appeals from such order.
- (2) No second appeal shall lie from an order passed in appeal under this section, but nothing in this section shall affect or take away any right to appeal to the Supreme Court.
- 51. **Saving.** –Nothing in this Chapter shall prejudice any rights, which any person would have had of enforcing in India of any award or of availing himself in India of any award if this Chapter had not been enacted.
- 52. **Chapter II not to apply.** -Chapter II of this Part shall not apply in relation to foreign awards to which this Chapter applies.

CHAPTER II

GENEVA CONVENTION AWARDS

- 53. **Interpretation.** -In this Chapter “foreign award” means an arbitral award on differences relating to matters considered as commercial under the law in force in India made after the 28th day of July, 1924, -
 - (a) In pursuance of an agreement for arbitration to which the Protocol set forth in the Second Schedule applies, and
 - (b) Between persons of whom one is subject to the jurisdiction of some one of such Powers as the Central Government, being satisfied that reciprocal provisions have been made, may, by notification in the Official Gazette, declare to be parties to the Convention set forth in the Third Schedule, and of whom the other is subject to the jurisdiction of some other of the Powers aforesaid, and
 - (c) In one of such territories as the Central Government, being satisfied that reciprocal provisions have been made, may, by like notification, declare to be territories, to which the said Convention applies, And for the purposes of this Chapter an award shall not be deemed to be final if any proceedings for the purpose of contesting the validity of the award are pending in the country in which it was made
- 54. **Power of judicial authority to refer parties to arbitration.** -Notwithstanding anything contained in Part I or in the Code of Civil Procedure, 1908 (5 of 1908), a judicial authority, on being seized of a dispute regarding a contract made between persons to whom section 53 applies and including an arbitration agreement,

whether referring to present or future differences, which is valid under that section and capable of being carried into effect, shall refer the parties on the application, of either of them or any person claiming through or under him to the decision of the arbitrators and such reference shall not prejudice the competence of the judicial authority in case the agreement or the arbitration cannot proceed or becomes inoperative.

55. Foreign awards when binding. -Any foreign award which would be enforceable under this Chapter shall be treated as binding for all purposes on the persons as between whom it was made, and may accordingly be relied on by any of those persons by way of defence, set off or otherwise in any legal proceedings in India and any references in this Chapter to enforcing a foreign award shall be construed as including references to relying on an award.

56. Evidence. –

- (1) The party applying for the enforcement of a foreign award shall, at the time of application, produce before the court-
 - (a) The original award or a copy thereof duly authenticated in the manner required by the law of the country in which it was made;
 - (b) Evidence proving that the award has become final; and
 - (c) Such evidence as may be necessary to prove that the conditions mentioned in clauses (a) and (c) of sub-section (1) of section 57 are satisfied.
- (2) Where any document requiring to be produced under sub-section (1) is in a foreign language, the party seeking to enforce the award shall produce a translation into English certified as correct by a diplomatic or consular agent of the country to which that party belongs or certified as correct in such other manner as may be sufficient according to the law in force in India.

Explanation. –In this section and all the following sections of this Chapter, “Court” means the principal Civil Court of original jurisdiction in a district, and includes the High Court in exercise of its ordinary original civil jurisdiction, having jurisdiction over the subject-matter of the award if the same had been the subject-matter of a suit, but does not include any civil court of a grade inferior to such principal ‘Civil Court, or any Court of Small Causes.

57. Conditions for enforcement of foreign awards. –

- (1) In order that a foreign award may be enforceable under this Chapter, it shall be necessary that-
- (a) The award has been made in pursuance of a submission to arbitration, which is valid under the law applicable thereto;
 - (b) The subject-matter of the award is capable of settlement by arbitration under the law of India;
 - (c) The award has been made by the arbitral tribunal provided for in the submission to arbitration or constituted in the manner agreed upon by the parties and in conformity with the law governing the arbitration procedure;
 - (d) The award has become final in the country in which it has been made, in the sense that it will not be considered as such if it is open to, opposition or appeal or if it is proved that any proceedings for the purpose of contesting the validity of the award are pending;
 - (e) The enforcement of the award is not contrary to the public policy or the law of India.

Explanation. -Without prejudice to the generality of clause (e), it is hereby declared, for the avoidance of any doubt, that an award is in conflict with the public policy of India if the making of the award was induced or affected by fraud or corruption.

- (2) Even if the conditions laid down in sub-section (1) are fulfilled, enforcement of the award shall be refused if the court is satisfied that-
- (a) The award has been annulled in the country in which it was made;
 - (b) The party against whom it is sought to use the award was not given notice of the arbitration proceedings in sufficient time to enable him to present his case; or that, being under a legal incapacity, he was not properly represented;
 - (c) The award does not deal with the differences contemplated by or falling within the terms of the submission to arbitration or that it contains decisions on matters beyond the scope of the submission to arbitration:

Provided that if the award has not covered all the differences submitted to the arbitral tribunal, the court may, if it thinks fit, postpone such enforcement or grant it subject to such guarantee as the court may decide.

- (3) If the party against whom the award has been made proves that under the law governing the arbitration procedure there is a ground, other than the grounds referred to in clauses (a) and (c) of sub-section (1) and clauses (b) and (c) of sub-section (2) entitling him to contest the validity of the award, the court may, if it thinks fit, either refuse enforcement of the award or adjourn the consideration thereof, giving such party a reasonable time within which to have the award annulled by the competent tribunal.
- 58. Enforcement of foreign awards.** -Where the court is satisfied that the foreign award is enforceable under this Chapter, the award shall be deemed to be a decree of the court.
- 59. Appealable orders. –**
- (1) An appeal shall lie from the order refusing-
- (a) To refer the parties to arbitration under section 54; and
- (b) To enforce a foreign award under section 57, to the court authorised by law to hear appeals from such order.
- (2) No second appeal shall lie from an order passed in appeal under this section, but nothing in this section shall affect or take away any right to appeal to the Supreme Court. .
- 60. Saving-**Nothing in this Chapter shall prejudice any right, which any person would have had of enforcing in India of any award or of availing himself in India of any award if this Chapter had not been enacted.

PART III CONCILIATION

- 61. Application and scope. -**
- (1) Save as otherwise provided by any law for the time being in force and unless the parties have otherwise agreed, this Part shall apply to conciliation of disputes arising out of legal relationship, whether contractual or not and to all proceedings relating thereto.
- (2) This Part shall not apply where by virtue of any law for the time being in force certain disputes may not be submitted to conciliation.
- 62. Commencement of conciliation proceedings. –**
- (1) The party initiating conciliation shall send to the other party a written invitation to conciliate under this Part, briefly identifying the subject of the dispute.

- (2) Conciliation proceedings shall commence when the other party accepts in writing the invitation to conciliate.
- (3) If the other party rejects the invitation, there will be no conciliation proceedings.
- (4) If the party initiating conciliation does not receive a reply within thirty days from the date on which he sends the invitation, or within such other period of time as specified in the invitation, he may elect to treat this as a rejection of the invitation to conciliate and if he so elects, he shall inform in writing the other party accordingly.

63. Number of conciliators. –

- (1) There shall be one conciliator unless the parties agree that there shall be two or three conciliators.
- (2) Where there is more than one conciliator, they ought, as a general rule, to act jointly.

64. Appointment of conciliators. –

- (1) Subject to sub-section (2), -
 - (a) In conciliation proceedings with one conciliator, the parties may agree on the name of a sole conciliator;
 - (b) In conciliation proceedings with two conciliators, each party may appoint one conciliator;
 - (c) In conciliation proceedings with three conciliators, each party may appoint one conciliator and the parties may agree on the name of the third conciliator who shall act as the presiding conciliator.
- (2) Parties may enlist the assistance of a suitable institution or person in connection with the appointment of conciliators, and in particular, -
 - (a) A party may request such an institution or person to recommend the names of suitable individuals to act as conciliator; or
 - (b) The parties may agree that the appointment of one or more conciliators be made directly by such an institution or person:

Provided that in recommending or appointing individuals to act as conciliator, the institution or person shall have regard to such

considerations as are likely to secure the appointment of an independent and impartial conciliator and, with respect to sole or third conciliator, shall take into account the advisability of appointing conciliators of a nationality other than the nationalities of the parties.

65. Submission of statements to conciliator. -

- (1) The conciliator, upon his appointment, may request each party to submit to him a brief written statement describing the general nature of the dispute and the points at issue. Each party shall send a copy of such statement to the other party.
- (2) The conciliator may request each party to submit to him a further written statement of his position and the facts and grounds in support thereof, supplemented by any documents and other evidence that such party deems appropriate. The party shall send a copy of such statement, documents and other evidence to the other party.
- (3) At any stage of the conciliation proceedings, the conciliator may request a party to submit to him such additional information, as he deems appropriate.

Explanation. -In this section and all the following sections of this Part, the term “conciliator” applies to a sole conciliator, two or three conciliators as the case may be.

66. Conciliator not bound by certain enactments. -The conciliator is not bound by the Code of Civil Procedure, 1908 (5 of 1908) or the Indian Evidence Act, 1872 (1 of 1872).

67. Role of conciliator. -

- (1) The conciliator shall assist the parties in an independent and impartial manner in their attempt to reach an amicable settlement of their dispute.
- (2) The conciliator shall be guided by principles of objectivity, fairness and justice, giving consideration to, among other things, the rights and obligations of the parties, the usages of the trade concerned and the circumstances surrounding the dispute, including any previous business practices between the parties.
- (3) The conciliator may conduct the conciliation proceedings in such a manner as he considers appropriate, taking into account the circumstances of the case, the wishes the parties may express, including any request by a party that the conciliator hear oral statements, and the need for a speedy settlement of the dispute.

- (4) The conciliator may, at any stage of the conciliation proceedings, make proposals for a settlement of the dispute. Such proposals need not be in writing and need not be accompanied by a statement of the reasons therefor.
- 68. Administrative assistance.** -In order to facilitate the conduct of the conciliation proceedings, the parties, or the conciliator with the consent of the parties, may arrange for administrative assistance by a suitable institution or person.
- 69. Communication between conciliator and parties. –**
- (1) The conciliator may invite the parties to meet him or may communicate with them orally or in writing. He may meet or communicate with the parties together or with each of them separately.
- (2) Unless the parties have agreed upon the place where meetings with the conciliator are to be held, such place shall be determined by the conciliator, after consultation with the parties, having regard to the circumstances of the conciliation proceedings.
- 70. Disclosure of information.** -When the conciliator receives factual information concerning the dispute from a party, he shall disclose the substance of that information to the other party in order that the other party may have the opportunity to present any explanation, which he considers appropriate:
- Provided that when a party gives any information to the conciliator subject to a specific condition that it be kept confidential, the conciliator shall not disclose that information to the other party.
- 71. Co-operation of parties with conciliator.** -The parties shall in good faith cooperate with the conciliator and, in particular, shall endeavor to comply with requests by the conciliator to submit written materials, provide evidence and attend meetings.
- 72. Suggestions by parties for settlement of dispute.** -Each party may, on his own initiative or at the invitation of the conciliator, submit to the conciliator suggestions for the settlement of the dispute.
- 73. Settlement agreements, -**
- (1) When it appears to the conciliator that there exist elements of a settlement, which may be acceptable to the parties, he shall formulate the terms of a possible settlement and submit them to the parties for their observations. After receiving the observations of the parties, the conciliator may

reformulate the terms of a possible settlement in the light of such observations.

- (2) If the parties reach agreement on a settlement of the dispute, they may draw up and sign a written settlement agreement. If requested by the parties, the conciliator may draw up, or assist the parties in drawing up, the settlement agreement.
 - (3) When the parties sign the settlement agreement, it shall be final and binding on the parties and persons claiming under them respectively.
 - (4) The conciliator shall authenticate the settlement agreement and furnish a copy thereof to each of the parties.
- 74. Status and effect of settlement agreement.** -The settlement agreement shall have the same status and effect as if it is an arbitral award on agreed terms on the substance of the dispute rendered by an arbitral tribunal under section 30.
- 75. Confidentiality.** -Notwithstanding anything contained in any other law for the time being in force, the conciliator and the parties shall keep confidential all matters relating to the conciliation proceedings. Confidentiality shall extend also to the settlement agreement, except where its disclosure is necessary for purposes of implementation and enforcement.
- 76. Termination of conciliation proceedings.** -The conciliation proceedings shall be terminated--
- (a) By the signing of the settlement agreement by the parties on the date of the agreement; or
 - (b) By a written declaration of the conciliator, after consultation with the parties, to the effect that further efforts at conciliation are no longer justified, on the date of the declaration; or
 - (c) By a written declaration of the parties addressed to the conciliator to the effect that the conciliation proceedings are terminated, on the date of the declaration; or
 - (d) By a written declaration of a party to the other party and the conciliator, if appointed, to the effect that the conciliation proceedings are terminated, on the date of the declaration.
- 77. Resort to arbitral or judicial proceedings.** -The parties shall not initiate, during the conciliation proceedings, any arbitral or judicial proceedings in respect of a dispute that is the subject-matter of the conciliation proceedings except that a

party may initiate arbitral or judicial proceedings where, in his opinion, such proceedings are necessary for preserving his rights.

78. Costs. –

- (1) Upon termination of the conciliation proceedings, the conciliator shall fix the costs of the conciliation and give written notice thereof to the parties.
- (2) For the purpose of sub-section (1), “costs” means reasonable costs relating to-
 - (a) The fee and expenses of the conciliator and witnesses requested by the conciliator with the consent of the parties;
 - (b) Any expert advice requested by the conciliator with the consent of the parties;
 - (c) Any assistance provided pursuant to clause (b) of sub-section (2) of section 64 and section 68;
 - (d) Any other expenses incurred in connection with the conciliation proceedings and the settlement agreement.
- (3) The costs shall be borne equally by the parties unless the settlement agreement provides for a different apportionment. All other expenses incurred by a party shall be borne by that party.

79. Deposits. -

- (1) The conciliator may direct each party to deposit an equal amount as an advance for the costs referred to in sub-section (2) of section 78 which he expects will be incurred.
- (2) During the course of the conciliation proceedings, the conciliator may direct supplementary deposits in an equal amount from each party.
- (3) If the required deposits under sub-sections (1) and (2) are not paid in full by both parties within thirty days, the conciliator may suspend the proceedings or may make a written declaration of termination of the proceedings to the parties, effective on the date of that declaration.
- (4) Upon termination of the conciliation proceedings, the conciliator shall render an accounting to the parties of the deposits received and shall return any unexpended balance to the parties.

80. Role of conciliator in other proceedings. -Unless otherwise agreed by the parties, -

- (a) The conciliator shall not act as an arbitrator or as a representative or counsel of a party in any arbitral or judicial proceeding in respect of a dispute that is the subject of the conciliation proceedings;
- (b) The conciliator shall not be presented by the parties as a witness in any arbitral or judicial proceedings.

81. Admissibility of evidence in other proceedings. -The parties shall not rely on or introduce as evidence in arbitral or judicial proceedings, whether or not such proceedings relate to the dispute that is the subject of the conciliation proceedings, -

- (a) Views expressed or suggestions made by the other party in respect of a possible settlement of the dispute;
- (b) Admissions made by the other party in the course of the conciliation proceedings;
- (c) Proposals made by the conciliator;
- (d) The fact that the other party had indicated his willingness to accept a proposal for settlement made by the conciliator.

PART IV

SUPPLEMENTARY PROVISIONS

82. Power of High Court to make rules. -The High Court may make rules consistent with this Act as to all proceedings before the court under this Act.

83. Removal of difficulties. –

- (1) If any difficulty arises in giving effect to the provisions of this Act, the Central Government may, by order published in the Official Gazette, make such provisions, not inconsistent with the provisions of this Act as appear to it to be necessary or expedient for removing the difficulty:

Provided that no such order shall be made after the expiry of a period of two years from the date of commencement of this Act.

- (2) Every order made under this section shall, as soon as may be after it is made, be laid before each House of Parliament.

84. Power to make rules. –

- (1) The Central Government may, by notification in the Official Gazette, make rules for carrying out the provisions of this Act.
- (2) Every rule made by the Central Government under this Act shall be laid, as soon as may be, after it is made before each House of Parliament while it is in session, for a total period of thirty days which may be comprised in one session or in two or more successive sessions, and if, before the expiry of the session immediately following the session or the successive sessions aforesaid, both Houses agree in making any modification in the rule or both Houses agree that the rule should not be made, the rule shall thereafter have effect only in such modified form or be of no effect, as the case may be; so, however, that any such modification or annulment shall be without prejudice to the validity of anything previously done under that rule.

85. Repeal and saving. –

- (1) The Arbitration (Protocol and Convention) Act, 1937 (6 of 1937), the Arbitration Act, 1940 (10 of 1940) and the Foreign Awards (Recognition and Enforcement) Act, 1961 (45 of 1961) are hereby repealed.
- (2) Notwithstanding such repeal, -
 - (a) The provisions of the said enactments shall apply in relation to arbitral proceedings which commenced before this Act came into force unless otherwise agreed by the parties but this Act shall apply in relation to arbitral proceedings which commenced on or after this Act comes into force;
 - (b) All rules made and notifications published, under the said enactments shall, to the extent to which they are not repugnant to this Act, be deemed respectively to have been made or issued under this Act.

86. Repeal of Ordinance 27 of 1996 and Saving. –

- (1) The Arbitration and Conciliation (Third) Ordinance, 1996 (27 of 1996) is hereby repealed.
- (2) Notwithstanding such repeal, any order, rule, notification or scheme made or anything done or any action taken in pursuance of any provision of the said Ordinance shall be deemed to have been made, done or taken under the corresponding provisions of this Act

THE FIRST SCHEDULE

(See section 44)

**CONVENTION ON THE RECOGNITION AND
ENFORCEMENT OF
FOREIGN ARBITRAL AWARDS
ARTICLE I**

1. This Convention shall apply to the recognition and enforcement of arbitral awards made in the territory of a State other than the State where the recognition and enforcement of such awards are sought, and arising out of differences between persons, whether physical or legal. It shall also apply to arbitral awards not considered as domestic awards in the State where their recognition and enforcement are sought.
2. The term “arbitral awards” shall include not only awards made by arbitrators appointed for each case but also those made by permanent arbitral bodies to which the parties have submitted.
3. When signing, ratifying or acceding to this Convention, or notifying extension under article X hereof, any State may on the basis of reciprocity declare that it will apply the Convention to the recognition and enforcement of awards made only in the territory of another Contracting State. It may also declare that it will apply the Convention only to differences arising out of legal relationships, whether contractual or not, which are considered as commercial under the national law of the State making such declaration.

ARTICLE II

1. Each Contracting State shall recognise an agreement in writing under which the parties undertake to submit to arbitration all or any differences which have arisen or which may arise between them in respect of defined legal relationship, whether contractual or not, concerning a subject-matter capable of settlement by arbitration.
2. The term “agreement in writing” shall include all arbitral clauses in a contract or an arbitration agreement, signed by the parties or contained in an exchange of letters or telegrams.
3. The Court of a Contracting State when seized of an action in a matter in respect of which the parties have made an agreement within the meaning of this article, shall, at the request of one of the parties, refer the parties to arbitration, unless it finds that the said agreement is null and void, inoperative and incapable of being performed.

ARTICLE III

Each Contracting State shall recognize arbitral awards as binding and enforce them in accordance down in the following articles. There shall not be imposed substantially more onerous conditions a with the rules of procedure of the territory where the award is relied upon, under the condition and or higher fees or charges on the recognition or enforcement of arbitral awards to which this Convention applies than are imposed on the recognition or enforcement of domestic arbitral awards.

ARTICLE IV

1. To obtain the recognition and enforcement mentioned in the preceding article, the party applying for recognition and enforcement shall, at the time of the application, supply: -
 - (a) The duly authenticated original award or a duly certified copy thereof,
 - (b) The original agreement referred to in article II or a duly certified copy thereof.
2. If the said award or agreement is not made in an official language of the country in which the award is relied upon, the party applying for recognition and enforcement of the award shall produce a translation of these documents into such language. The translation shall be certified by an official or sworn translator or by a diplomatic or consular agent.

ARTICLE V

1. Recognition and enforcement of the award may be refused, at the request of the party against whom it is invoked, only if that party furnishes to the competent authority where the recognition and enforcement is sought, proof that--
 - (a) The parties to the agreement referred to in article II were, under the law applicable to them, under some incapacity, or the said agreement is not valid under the law to which the parties have subjected it or, failing any indication thereon, under the law of the country where the award was made; or
 - (b) The party against whom the award is invoked was not given proper notice of the appointment of the arbitrator or of the arbitration proceedings or was otherwise unable to present his case; or

- (c) The award deals with a difference not contemplated by or not falling within the terms of the submission to arbitration, or it contains decisions on matters beyond the scope of the submission to arbitration; provided that, if the decisions on matters submitted to arbitration can be separated from those not so submitted, that part of the award which contains decisions on matters submitted to arbitration may be recognised and enforced; or
 - (d) The composition of the arbitral authority or the arbitral procedure was not in accordance with the agreement of the parties, or, failing such agreement, was not in accordance with the law of the country where the arbitration took place; or
 - (e) The award has not yet become binding on the parties, or has been set aside or suspended by a competent authority of the country in which, or under the law of which, that award was made.
- 2. Recognition and enforcement of an arbitral award may also be refused if the competent authority in the country where recognition and enforcement is Sought finds that-
 - (a) The subject-matter of the difference is not capable of settlement by arbitration under the law of that country; or
 - (b) The recognition or enforcement of the award would be contrary to the public policy of that country.

ARTICLE VI

If an application for the setting aside or suspension of the award has been made to a competent authority referred to in article V (1) (e), the authority before which the award is sought to be relied upon may, if it considers it proper, adjourn the decision on the enforcement of the award and may also, on the application of the party claiming enforcement of the award, order the other party to give suitable security.

ARTICLE VII

- 1. The provisions of the present Convention shall not affect the validity of multilateral or bilateral agreements concerning the recognition and enforcement of arbitral awards entered into by the Contracting States nor deprive any interested party of any right he may have to avail himself of an arbitrat award in the manner and to the extent allowed by the law or the treaties of the country where such award is sought to be relied upon.

2. The Geneva Protocol on Arbitration Clauses of 1923 and the Geneva Convention on the Execution of Foreign Arbitral Awards of 1927 shall cease to have effect between Contracting States on their becoming bound and to the extent that they become bound by this Convention.

ARTICLE VIII

1. This Convention shall be open until 31st December, 1958 for signature on behalf of any Member of the United Nations and also on behalf of any other State which is or hereafter becomes member of any specialized agency of the United Nations, or which is or hereafter becomes a party to the Statute of the International Court of Justice, or any other State to which an invitation has been addressed by the General Assembly of the United Nations.
2. This Convention shall be ratified and the instrument of ratification shall be deposited with the Secretary-General of the United Nations.

ARTICLE IX

1. This Convention shall be open for accession to all States referred to in article VIII.
2. Accession shall be effected by the deposit of an instrument of accession with the Secretary-General of the United Nations.

ARTICLE X

1. Any State may, at the time of signature, ratification or accession, declare that this Convention shall extend to all or any of the territories for the international relations of which it is responsible. Such a declaration shall take effect when the Convention enters into force for the State concerned.
2. At any time thereafter any such extension shall be made by notification addressed to the Secretary-General of the United Nations and shall take effect as from the ninetieth day after the day of receipt by the Secretary-General of the United Nations of this notification, or as from the date of entry into force of the Convention for the State concerned, whichever is the later.
3. With respect to those territories to which this Convention is not extended at the time of signature, ratification or accession, each State concerned shall consider the possibility of taking the necessary steps in order to extend the application of this Convention to such territories, subject, where necessary for constitutional reasons, to the consent of the Governments of such territories.

ARTICLE XI

In the case of a federal or non-unitary State, the following provisions shall apply:-

- (a) With respect of those articles of this Convention that come within the legislative jurisdiction of the federal authority, the obligations of the federal Government shall to this extent be the same as those of Contracting States which are not federal States;
- (b) With respect to those articles of this Convention that come within the legislative jurisdiction of constituent States or provinces which are not, under the constitutional system of the federation, bound to take legislative action, the federal Government shall bring such articles with a favorable recommendation to the notice of the appropriate authorities of constituent States or provinces at the earliest possible moment;
- (c) A federal State Party to this Convention shall, at the request of any other Contracting State transmitted through the Secretary-General of the United Nations, supply a statement of the law and practice of the federation and its constituent units in regard to any particular provision of this Convention, showing the extent to which effect has been given to that provision by legislative or other action.

ARTICLE XII

- 1. This Convention shall come into force on the ninetieth day following the date of deposit of the third instrument of ratification or accession.
- 2. For each State ratifying or acceding to this Convention after the deposit of the third instrument of ratification or accession, this Convention shall enter into force on the ninetieth day after deposit by such State of its instrument of ratification or accession.

ARTICLE XIII

- 1. Any Contracting State may denounce this Convention by a written notification to the Secretary General of the United Nations. Denunciation shall take effect one year after the date of receipt of the notification by the Secretary-General.
- 2. Any State which has made a declaration or notification under article X may, at any time thereafter, by notification to the Secretary-General of the United Nations, declare that this Convention shall cease to extend to the territory concerned one year after the date of the receipt of the notification by the Secretary-General.

3. This Convention shall continue to be applicable to arbitral awards in respect of which recognition or enforcement proceedings have been instituted before the denunciation takes effect.

ARTICLE XIV

A Contracting State shall not be entitled to avail itself of the present Convention against other Contracting States except to the extent that it is itself bound to apply the Convention.

ARTICLE XV

The Secretary-General of the United Nations shall notify the States contemplated in article VIII of the following: -

- (a) Signatures and ratifications in accordance with article VIII;
- (b) Accessions in accordance with article IX;
- (c) Declarations and notifications under articles 1, X and XI;
- (d) The date upon which this Convention enters into force in accordance with article XII;
- (e) Denunciations and notifications in accordance with article XIII.

ARTICLE XVI

1. This Convention, of which the Chinese, English, French, Russian and Spanish texts shall be equally authentic, shall be deposited in the archives of the United Nations.
2. The Secretary-General of the United Nations shall transmit a certified copy of this Convention to the States contemplated in article XIII.

THE SECOND SCHEDULE

(See section 53)

PROTOCOL ON ARBITRATION CLAUSES

The undersigned, being duly authorised, declare that they accept, on behalf for the countries which they represent, the following provisions:-

1. Each of the Contracting States recognises the validity of an agreement whether relating to existing or future differences between parties subject

respectively to the jurisdiction of different Contracting States by which the parties to a contract agree to submit to arbitration all or any differences that may arise in connection with such contract relating to commercial matters or to any other matter capable of settlement by arbitration, whether or not the arbitration is to take place in a country to whose jurisdiction none of the parties is subject.

Each Contracting State reserves the right to limit the obligation mentioned above to contracts which are considered as commercial under its national law. Any Contracting State which avails itself of this right will notify the Secretary-General of the League of Nations in order that the other Contracting States may be so informed.

2. The arbitral procedure, including the constitution of the Arbitral Tribunal, shall be governed by the will of the parties and by the law of the country in whose territory the arbitration takes place.

The Contracting States agree to facilitate all steps in the procedure, which require to be taken in their own territories, in accordance with the provisions of their law governing arbitral procedure applicable to existing differences.

3. Each Contracting State undertakes to ensure the execution by its authorities and in accordance with the provisions of its national laws of arbitral awards made in its own territory under the preceding articles.
4. The Tribunals of the Contracting Parties, on being seized of a dispute regarding a contract made between persons to whom Article I applies and including an Arbitration Agreement whether referring to present or future differences which is valid in virtue of the said article and capable of being carried into effect, shall refer the parties on the application of either of them to the decision of the Arbitrators.

Such reference shall not prejudice the competence of the judicial tribunals in case the agreement or the arbitration cannot proceed or becomes inoperative.

5. The present Protocol, which shall remain open for signature by all States, shall be ratified. The ratification shall be deposited as soon as possible with the Secretary-General of the League of Nations, who shall notify such deposit to all the Signatory States.
6. The present Protocol will come into force as soon as two ratifications have been deposited. Thereafter it will take effect, in the case of each Contracting State, one month after the notification by the Secretary-General of the deposit of its ratification.

7. The present Protocol may be denounced by any Contracting State on giving one year's notice. Denunciation shall be effected by a notification addressed to the Secretary-General of the League, who will immediately transmit copies of such notification to all the other Signatory States and inform them of the date on which it was received. The denunciation shall take effect one year after the date on which it was notified to the Secretary-General, and shall operate only in respect of the notifying State.
8. The Contracting States may declare that their acceptance of the present Protocol does not include any or all of the under-mentioned territories: that is to say, their colonies, overseas possessions or territories, protectorates or the territories over which they exercise a *man date*.

The said States may subsequently adhere separately on behalf of any territory thus excluded. The Secretary-General of the League of Nations shall be informed as soon as possible of such adhesions. He shall notify such adhesions to all Signatory States. They will take effect one month after the notification by the Secretary-General to all Signatory States.

The Contracting States may also denounce the Protocol separately on behalf of any of the territories referred to above. Article 7 applies to such denunciation.

THE THIRD SCHEDULE

(See section 53)

CONVENTION ON THE EXECUTION OF FOREIGN ARBITRAL AWARDS

- Article 1.** (1) In the territories of any High Contracting Party to which the present Convention applies, an arbitral award made in pursuance of an agreement, whether relating to existing or future differences (hereinafter called “a submission to arbitration”) covered by the Protocol on Arbitration Clauses opened at Geneva on September 24th, 1923, shall be recognised as binding and shall be enforced in accordance with the rules of the procedure of the territory where the award is relied upon, provided that the said award has been made in a territory of one of the High Contracting Parties to which the present Convention applies and between persons who are subject to the jurisdiction of one of the High Contracting Parties.
- (2) To obtain such recognition or enforcement it shall, further, be necessary: -
- (a) That the award has been made in pursuance of a submission to arbitration, which is valid under the law applicable thereto;

- (b) That the subject-matter of the award is capable of settlement by arbitration under the law of the country in which the award is sought to be relied upon;
- (c) That the award has been made by the Arbitral Tribunal provided for in the submission to arbitration or constituted in the manner agreed upon by the parties and in conformity with the law governing the arbitration procedure;
- (d) That the award has become final in the country in which it has been made, in the sense that it will not be considered as such if it is open to opposition, appeal or *pourvoi en cessation* (in the countries where such forms of procedure exist) or if it is proved that any proceedings for the purpose of contesting the validity of the award are pending;
- (e) That the recognition or enforcement of the award is not contrary to the public policy or to the principles of the law of the country in which it is sought to be relied upon.

Article 2. -Even if the conditions laid down in Article I hereof are fulfilled, recognition and enforcement of the award shall be refused if the court is satisfied: -

- (a) That the award has been annulled in the country in which it was made;
- (b) That the party against whom it is sought to use the award was not given notice of the arbitration proceedings in sufficient time to enable him to present his case; or that, being under a legal incapacity, he was not properly represented;
- (c) That the award does not with the differences contemplated by or failing with in the terms of the submission to arbitration or that it contains decisions on matters beyond the scope of the submission to arbitration.

If the award has not covered all the questions submitted to the arbitral tribunal, the competent authority of the country where recognition or enforcement of the award is sought can, if it thinks for postpone such recognition or enforcement or grant it subject to such guarantee as that authority may decide.

Article 3. -If the party against whom the award has been made proves that, under the law governing the arbitration procedure, there is a ground, other than the grounds reefered to in Article I (a) and (c), and Article 2(b) and (c), entitling him to contest the validity of the award in a Court of Law, the

court may, if it thinks fit, either refuse recognition or enforcement of the award or adjourn the consideration thereof, giving such party a reasonable time within which to have the award annulled by the competent tribunal.

Article 4. -The party relying upon an award or claiming its enforcement must supply, in particular: -

- (1) The original award or a copy thereof duly authenticated, according to the requirements of the law of the country in which it was made;
- (2) Documentary or other evidence to prove that the award has become final, in the sense defined in Article I (d), in the country in which it was made;
- (3) When necessary, documentary or other evidence to prove that the conditions laid down in Article 1, paragraph (1) and paragraph (2) (a) and (c), have been fulfilled.

A translation of the award and of the other documents mentioned in this Article into the official language of the country where the award is sought to be relied upon may be demanded. Such translations must be certified correct by a diplomatic or consular agent of the country to which the party who seeks to rely upon the award belongs or by a sworn translator of the country where the award is sought to be relied upon.

Article 5. -The provisions of the above articles shall not deprive any interested party of the right of availing himself of an arbitral award in the manner and to the extent allowed by the law or the treaties of the country where such award is sought to be relied upon.

Article 6. -The present Convention applies only to arbitral awards made after the coming into force of the Protocol on Arbitration Clauses opened at Geneva on September 24th, 1923.

Article 7. -The present Convention, which will remain open to the signature of all the signatories of the Protocol of 1923 on Arbitration Clauses, shall be ratified.

It may be ratified only on behalf of those Members of the League of Nations and Non-Member States on whose behalf the Protocol of 1923 shall have been ratified.

Ratification shall be deposited as soon as possible with the Secretary-General of the League of Nations, who will notify such deposit to all the signatories.

Article 8. -The present Convention shall come into force three months after it shall have been ratified on behalf of two High Contracting Parties. Thereafter, it shall take effect, in the case of each High Contracting Party, three months after the deposit of the ratification on its behalf with the Secretary-General of the League of Nations.

Article 9. -The present Convention may be denounced on behalf of any Member of the League or Non-Member State. Denunciation shall be notified in writing to the Secretary-General of the League of Nations, who will immediately send a copy thereof, certified to be in conformity with the notifications, to all the other Contracting Parties, at the same time informing them of the date on which he received it.

The denunciation shall come into force only in respect of the High Contracting Party, which shall have notified it, and one year after such notification shall have reached the Secretary-General of the League of Nations.

The denunciation of the Protocol on Arbitration Clauses shall entail, ipso facto, the denunciation of the present Convention.

Article 10. -The present Convention does not apply to the colonies, protectorates or territories under suzerainty or mandate of any High Contracting Party unless they are specially mentioned.

The application of this Convention to one or more of such colonies, protectorates or territories to which the Protocol on Arbitration Clauses opened at Geneva on September 24th, 1923, applies, can be effected at any time by means of a declaration addressed to the Secretary-General of the League of Nations by one of the High Contracting Parties.

Such declaration shall take effect three months after the deposit thereof.

The High Contracting Parties can at any time denounce the Convention for all or any of the Colonies, Protectorates or territories referred to above. Article 9 hereof applied to such denunciation.

Article 11. -A certified copy of the present Convention shall be transmitted by the Secretary General of the League of Nations to every Member of the League of Nations and to every Non-Member State, which signs the same.

China - Arbitration Law, 1994

MOFTEC

copy @ lexmercatoria.org

Copyright © 1994 MOFTEC

Contents

Arbitration Law of the People's Republic of China
(Adopted at the Ninth Meeting of the Standing Committee of the Eighth National Peoples Congress on August 31, 1994, promulgated by Order No.31 of the President of the Peoples Republic of China on August 31, 1994, and effective as of September 1, 1995)

1

Chapter 1 - General Provisions

1

Article 1	1
Article 2	1
Article 3	1
Article 4	1
Article 5	1
Article 6	1
Article 7	1
Article 8	1
Article 9	2

Chapter II - Arbitration Commissions and the Arbitration Association

2

Article 10	2
Article 11	2
Article 12	2
Article 13	2
Article 14	3
Article 15	3

Chapter III - Arbitration Agreement

3

Article 16	3
Article 17	3
Article 18	4

Article 19	4
Article 20	4

Chapter IV - Arbitration Procedure

4

Section 1 - Application and Acceptance

4

Article 21	4
Article 22	4
Article 23	4
Article 24	5
Article 25	5
Article 26	5
Article 27	5
Article 28	5
Article 29	6

Section 2 - Formation of Arbitration Tribunal

6

Article 30	6
Article 31	6
Article 32	6
Article 33	6
Article 34	6
Article 35	6
Article 36	6
Article 37	7
Article 38	7

Section 3 - Hearing and Award

7

Article 39	7
Article 40	7
Article 41	7
Article 42	7
Article 43	8
Article 44	8

Article 45	8	Article 72	12
Article 46	8	Article 73	12
Article 47	8		
Article 48	8	Chapter VIII - Supplementary Provisions	12
Article 49	8	Article 74	12
Article 50	8	Article 75	12
Article 51	9	Article 76	12
Article 52	9	Article 77	12
Article 53	9	Article 78	13
Article 54	9	Article 79	13
Article 55	9	Article 80	13
Article 56	9		
Article 57	10	Metadata	14
		SiSU Metadata, document information	14
Chapter V - Application for Setting Aside Arbitration Award	10		
Article 58	10		
Article 59	10		
Article 60	10		
Article 61	10		
Chapter VI - Enforcement	10		
Article 62	10		
Article 63	11		
Article 64	11		
Chapter VII - Special Provisions for Arbitration Involving Foreign Elements	11		
Article 65	11		
Article 66	11		
Article 67	11		
Article 68	11		
Article 69	11		
Article 70	12		
Article 71	12		

**Arbitration Law of the People's Republic of China
(Adopted at the Ninth Meeting of the Standing
Committee of the Eighth National Peoples Congress
on August 31, 1994, promulgated by Order No.31 of the
President of the Peoples Republic of China on August
31, 1994, and effective as of September 1, 1995)**

Chapter 1 - General Provisions

Article 1

This Law is formulated in order to ensure the impartial and prompt arbitration of economic disputes, to protect the legitimate rights and interests of the parties and to safeguard the sound development of the socialist market economy.

Article 2

Contractual disputes and other disputes over rights and interests in property between citizens, legal persons and other organizations that are equal subjects may be arbitrated.

Article 3

The following disputes may not be arbitrated:

(1) Marital, adoption, guardianship, support and succession disputes;

(2) administrative disputes that shall be handled by administrative organs as prescribed by law.

Article 4

The parties submission to arbitration to resolve their dispute shall be on the basis of both parties free will and an arbitration agreement reached between them. If a party applies for arbitration in the absence of an arbitration agreement, the arbitration commission shall not accept the case.

Article 5

If the parties have concluded an arbitration agreement and one party institutes an action in a peoples court, the peoples court shall not accept the case, unless the arbitration agreement is null and void.

Article 6

The arbitration commission shall be selected by the parties through agreement.

In arbitration, there shall be no jurisdiction by level and no territorial jurisdiction.

Article 7

In arbitration, disputes shall be resolved on the basis of facts, in compliance with the law and in an equitable and reasonable manner.

Article 8

Arbitration shall be carried out independently according to law and

shall be free from interference of administrative organs, public organizations or individuals.

Article 9

A system of a single and final award shall be practiced for arbitration. If a party applies for arbitration to an arbitration commission or institutes an action in a peoples court regarding the same dispute after an arbitration award has been made, the arbitration commission or the peoples court shall not accept the case.

If an arbitration award is set aside or its enforcement is disallowed by the peoples court in accordance with the law, a party may apply for arbitration on the basis of a new arbitration agreement reached between the parties, or institute an action in the peoples court, regarding the same dispute.

Chapter II - Arbitration Commissions and the Arbitration Association

Article 10

Arbitration commissions may be established in municipalities directly under the Central Government and in cities that are the seats of the peoples governments of provinces or autonomous regions. They may also be established in other cities divided into districts, according to need. Arbitration commissions shall not be established at each level of the administrative divisions.

Peoples governments of the cities referred to in the preceding paragraph shall arrange for the relevant departments and chambers of commerce to organize arbitration commissions in a unified manner.

The establishment of an arbitration commission shall be registered

with the administrative department of justice of the relevant province, autonomous region or municipality directly under the Central Government.

Article 11

An arbitration commission shall meet the conditions set forth below:

- (1) To have its own name, domicile and charter;
- (2) To have the necessary property;
- (3) To have the personnel that are to form the commission; and
- (4) To have appointed arbitrators.

The charter of an arbitration commission shall be formulated in accordance with this Law.

Article 12

An arbitration commission shall be composed of one chairman, two to four vice chairmen and seven to eleven members.

The offices of chairman, vice chairman and members of an arbitration commission shall be held by experts in the field of law, economy and trade and persons with practical working experience. Experts in the field of law, economy and trade shall account for at least two thirds of the people forming an arbitration commission.

Article 13

An arbitration commission shall appoint its arbitrators from among righteous and upright persons.

An arbitrator shall meet one of the conditions set forth below:

(1) To have been engaged in arbitration work for at least eight years;

(2) To have worked as a lawyer for at least eight years;

(3) To have served as a judge for at least eight years;

(4) To have been engaged in legal research or legal education, possessing a senior professional title; or

(5) To have acquired the knowledge of law, engaged in the professional work in the field of economy and trade, etc., possessing a senior professional title or having an equivalent professional level.

An arbitration commission shall have a register of arbitrators in different specializations.*

Article 14

Arbitration commissions shall be independent from administrative organs and there shall be no subordinate relationships between arbitration commissions and administrative organs. There shall also be no subordinate relationships between arbitration commissions.

Article 15

China Arbitration Association is a social organization with the status of a legal person. Arbitration commissions are members of China Arbitration Association. The charter of China Arbitration Association shall be formulated by its national congress of members.

China Arbitration Association is a self-disciplined organization of

arbitration commissions. It shall, in accordance with its charter, supervise arbitration commissions and their members and arbitrators as to whether or not they breach discipline.

China Arbitration Association shall formulate rules of arbitration in accordance with this Law and the relevant provisions of the Civil Procedure Law.

Chapter III - Arbitration Agreement

Article 16

An arbitration agreement shall include arbitration clauses stipulated in the contract and agreements of submission to arbitration that are concluded in other written forms before or after disputes arise.

An arbitration agreement shall contain the following particulars:

(1) an expression of intention to apply for arbitration;

(2) matters for arbitration; and

(3) a designated arbitration commission.

Article 17

An arbitration agreement shall be null and void under one of the following circumstances:

(1) The agreed matters for arbitration exceed the range of arbitrable matters as specified by law;

(2) One party that concluded the arbitration agreement has no capacity for civil conducts or has limited capacity for civil conducts; or

66 (3) One party coerced the other party into concluding the arbitration 75
agreement.

67 **Article 18**

68 If an arbitration agreement contains no or unclear provisions con-
cerning the matters for arbitration or the arbitration commission,
the parties may reach a supplementary agreement. If no such sup-
plementary agreement can be reached, the arbitration agreement
shall be null and void.

69 **Article 19**

70 An arbitration agreement shall exist independently. The amend-
ment, rescission, termination or invalidity of a contract shall not
affect the validity of the arbitration agreement.

71 The arbitration tribunal shall have the power to affirm the validity of
a contract.

72 **Article 20**

73 If a party challenges the validity of the arbitration agreement, he
may request the arbitration commission to make a decision or ap-
ply to the peoples court for a ruling. If one party requests the arbi-
tration commission to made a decision and the other party applies
to the peoples court for a ruling, the peoples court shall give a rul-
ing.

74 A party's challenge of the validity of the arbitration agreement shall
be raised prior to the arbitration tribunals first hearing.

Chapter IV - Arbitration Procedure

Section 1 - Application and Acceptance

Article 21

A partys application for arbitration shall meet the following require- 76
ments:

- (1) There is an arbitration agreement; 79
- (2) There is a specific arbitration claim and there are facts and rea- 80
sons therefor; and
- (3) The application is within the scope of the arbitration commis- 81
sions acceptability.

Article 22

To apply for arbitration, a party shall submit to the arbitration com- 82
mission the written arbitration agreement and a written application
for arbitration together with copies thereof. 83

Article 23

A written application for arbitration shall specify the following par- 84
ticulars;

- (1) The name, sex, age, occupation, work unit and domicile of each 85
party, or the name and domicile of legal persons or other organiza-
tions and the names and positions of their legal representatives or
chief responsible persons; 86
- (2) the arbitration claim and the facts and reasons on which it is 87
based; and
- (3) the evidence, the source of the evidence and the names and 88

domiciles of witnesses.

94

Article 26

If the parties have concluded an arbitration agreement and one party has instituted an action in a peoples court without declaring the existence of the arbitration agreement and, after the peoples court has accepted the case, the other party submits the arbitration agreement prior to the first hearing, the peoples court shall dismiss the case unless the arbitration agreement is null and void. If, prior to the first hearing, the other party has not raised an objection to the peoples courts acceptance of the case, he shall be deemed to have renounced the arbitration agreement and the peoples court shall continue to try the case.

95

Article 24

When an arbitration commission receives a written application for arbitration and considers that the application complies with the conditions for acceptance, it shall accept the application and notify the party within five days from the date of receipt. If the arbitration commission considers that the application does not comply with the conditions for acceptance, it shall inform the party in writing of its rejection of the application and explain the reasons for ejection within five days from the date of receipt.

Article 25

After an arbitration commission accepts an application for arbitration, it shall, within the timelimit specified in the rules of arbitration, deliver a copy of the rules of arbitration and the register of arbitrators to the claimant, and serve one copy of the application for arbitration together with the rules of arbitration and the register of arbitrators on the respondent.

After receiving the copy of the application for arbitration, the respondent shall submit a written defense to the arbitration commission within the time limit specified in the rules of arbitration. After receiving the written defense, the arbitration commission shall serve a copy thereof on the claimant within the time limit specified in the rules of arbitration. Failure on the part of the respondent to submit a written defense shall not affect the progress of the arbitration proceedings.

Article 27

The claimant may renounce or alter its arbitration claim. The respondent may accept or refuse an arbitration claim and shall have the right to make a counter-claim.

Article 28

A party may apply for property preservation if it may become impossible or difficult for the party to execute the award due to an act of the other party or other causes.

If a party applies for property preservation, the arbitration commission shall submit the partys application to the peoples court in accordance with the relevant provisions of the Civil Procedure Law.

If an application for property preservation has been wrongfully made, the applicant shall compensate the person against whom the application has been made for any loss incurred from property preservation.

102 **Article 29**

103 A party or statutory agent may appoint a lawyer or other agent to
 carry out arbitration activities. To appoint a lawyer or other agent
 to carry out arbitration activities, a power of attorney shall be sub-
 mitted to the arbitration commission.

104 **Section 2 - Formation of Arbitration Tribunal**105 **Article 30**

106 An arbitration tribunal may be composed of either three arbitrators
 or one arbitrator. An arbitration tribunal composed of three arbitra-
 tors shall have a presiding arbitrator.

107 **Article 31**

108 If the parties agree that the arbitration tribunal shall be composed
 of three arbitrators, they shall each appoint or entrust the chairman
 of the arbitration commission to appoint one arbitrator. The parties
 shall jointly select or jointly entrust the chairman of the arbitration
 commission to appoint the third arbitrator who shall be the presiding
 arbitrator.

109 If the parties agree that the arbitration tribunal shall be composed of
 one arbitrator, they shall jointly appoint or jointly entrust the chair-
 man of the arbitration commission to appoint the arbitrator.

110 **Article 32**

111 If the parties fail to agree on the method of formation of the arbitra-
 tion tribunal or to select the arbitrators within the time limit specified
 in the rules of arbitration, the arbitrators shall be appointed by the
 chairman of the arbitration commission.

Article 33

112

After the arbitration tribunal has been formed, the arbitration com-
 mission shall notify the parties in writing of the tribunals forma-
 tion.

Article 34

114

In one of the following circumstances, the arbitrator must withdraw,
 and the parties shall also have the right to challenge the arbitrator
 for a withdrawal:

(1) The arbitrator is a party in the case or a close relative of a party
 of an agent in the case;

116

(2) The arbitrator has a personal interest in the case;

117

(3) The arbitrator has other relationship with a party or his agent in
 the case which may affect the impartiality of arbitration; or

118

(4) The arbitrator has privately met with a party or agent or accepted
 an invitation to entertainment or gift from a party or agent.

119

Article 35

120

If a party challenges an arbitrator, he shall submit his challenge,
 with a statement of the reasons therefor, prior to the first hearing.
 If the matter giving rise to the challenge becomes known after the
 first hearing, the challenge may be made before the conclusion of
 the final hearing of the case.

121

Article 36

122

The decision as to whether or not the arbitrator should withdraw
 shall be made by the chairman of the arbitration commission. If

123

the chairman of the arbitration commission serves as an arbitrator, the decision shall be made collectively by the arbitration commission.

tribunal may render an arbitration award on the basis of the written application for arbitration, the written defense and other material.

Article 37

If an arbitrator cannot perform his duties due to his withdrawal or for other reasons, a substitute arbitrator shall be selected or appointed in accordance with this Law.

After a substitute arbitrator has been selected or appointed on account of an arbitrator's withdrawal, a party may request that the arbitration proceedings already carried out should be carried out anew. The decision as to whether to approve it or not shall be made by the arbitration tribunal. The arbitration tribunal may also make a decision of its own motion as to whether or not the arbitration proceeding already carried out should be carried out anew.

Article 38

If an arbitrator is involved in the circumstances described in item (4) of Article 34 of this Law and the circumstances are serious or involved in the circumstances described in item (6) of Article 58

of this Law, he shall assume legal liability according to law and the arbitration commission shall remove his name from the register of arbitrators.

Section 3 - Hearing and Award

Article 39

Arbitration shall be conducted by means of oral hearings. If the parties agree to arbitration without oral hearings, the arbitration

Article 40

Arbitration shall be conducted in camera. If the parties agree to public arbitration, the arbitration may be public unless State secrets are involved.

Article 41

The arbitration commission shall notify the parties of the date of the hearing within the time limit specified in the rules of arbitration. A party may, within the time limit specified in the rules of arbitration, request a postponement of the hearing if he has justified reasons therefor. The arbitration tribunal shall decide whether or not to postpone the hearing.

Article 42

If the claimant fails to appear before the arbitration tribunal without justified reasons after having been notified in writing or leaves the hearing prior to its conclusion without the permission of the arbitration tribunal, he may be deemed to have withdrawn his application for arbitration.

If the respondent fails to appear before the arbitration tribunal without justified reasons after having been notified in writing or leaves the hearing prior to its conclusion without the permission of the arbitration tribunal, a default award may be made.

Article 43

141 Parties shall provide evidence in support of their own argu-
ments.
142 The arbitration tribunal may, as it considers necessary, collect ev-
idence on its own.

Article 44

144 If the arbitration tribunal considers that a special issue requires
appraisal, it may refer the issue for appraisal to an appraisal de-
partment agreed on by the parties or to an appraisal department
designated by the arbitration tribunal.
145 If requested by a party or required by the arbitration tribunal, the
appraisal department shall send its appraiser to attend the hearing.
Subject to the permission of the arbitration tribunal, the parties may
question the appraiser.

Article 45

146 The evidence shall be presented during the hearings and may be
examined by the parties.

Article 46

149 Under circumstances where the evidence may be destroyed or lost
or difficult to obtain at a later time, a party may apply for preser-
vation of the evidence. If a party applies for preservation of the
evidence, the arbitration commission shall submit his application
to the basic peoples court in the place where the evidence is lo-
cated.

140

Article 47

The parties shall have the right to carry on debate in the course of
arbitration. At the end of the debate, the presiding arbitrator or the
sole arbitrator shall solicit final opinions from the parties.

150

Article 48

The arbitration tribunal shall make records of the hearings in writ-
ing. The parties and other participants in the arbitration shall have
the right to apply for supplementation or correction of the record
of their own statements if they consider that such record contains
omissions or errors. If no supplementation or corrections are to be
made, their application therefor shall be recorded.

152

the record shall be signed or sealed by the arbitrators, the recordist,
the parties and other participants in the arbitration.

154

Article 49

After an application for arbitration has been made, the parties may
settle their dispute on their own. If the parties have reached a
settlement agreement, they may request the arbitration tribunal to
make an arbitration award in accordance with the settlement agree-
ment; alternatively, they may withdraw their application for arbitra-
tion.

155

156

Article 50

If a party repudiates the settlement agreement after the applica-
tion for arbitration has been withdrawn, he may apply for arbitration
again in accordance with the arbitration agreement.

157

158

Article 51

The arbitration tribunal may carry out conciliation prior to giving an arbitration award. The arbitration tribunal shall conduct conciliation if both parties voluntarily seek conciliation. If conciliation is unsuccessful, an arbitration award shall be made promptly.

If conciliation leads to a settlement agreement, the arbitration tribunal shall make a written conciliation statement or make an arbitration award in accordance with the result of the settlement agreement. A written conciliation statement and an arbitration award shall have equal legal effect.

Article 52

A written conciliation statement shall specify the arbitration claim and the results of the settlement agreed upon between the parties. The written conciliation statement shall be signed by the arbitrators, sealed by the arbitration commission, and then served on both parties.

The written conciliation statement shall become legally effective immediately after both parties have signed for receipt thereof.

If the written conciliation statement is repudiated by a party before he signs for receipt thereof, the arbitration tribunal shall promptly make an arbitration award.

Article 53

The arbitration award shall be made in accordance with the opinion of the majority of the arbitrators. The opinion of the minority of the arbitrators may be entered in the record. If the arbitration tribunal is unable to form a majority opinion, the arbitration award

shall be made in accordance with the opinion of the presiding arbitrator.

Article 54

An arbitration award shall specify the arbitration claim, the facts of the dispute, the reasons for the decision, the results of the award, the allocation of arbitration fees and the date of the award. If the parties agree that they do not wish the facts of the dispute and the reasons for the decision to be specified in the arbitration award, the same may be omitted. The arbitration award shall be signed by the arbitrators and sealed by the arbitration commission. An arbitrator with dissenting opinions as to the arbitration award may sign the award or choose not to sign it.

Article 55

In arbitration proceedings, if a part of the facts involved has already become clear, the arbitration tribunal may first make an award in respect of such part of the facts.

Article 56

If there are literal or calculation errors in the arbitration award, or if the matters which have been decided by the arbitration tribunal are omitted in the arbitration award, the arbitration tribunal shall make due corrections or supplementation. The parties may, within 30 days from the date of receipt of the award, request the arbitration tribunal to make such corrections or supplementation.

Article 57

18674

If the peoples court determines that the arbitration award violates the public interest, it shall rule to set aside the award.

175 The arbitration award shall be legally effective as of the date on which it is made.

Chapter V - Application for Setting Aside Arbitration Award

Article 58

178 A party may apply for setting aside an arbitration award to the intermediate peoples court in the place where the arbitration commission is located if he can produce evidence which proves that the arbitration award involves one of the following circumstances;

- 179 (1) There is no arbitration agreement;
- 180 (2) The matters decided in the award exceed the scope of the arbitration agreement or are beyond the arbitral authority of the arbitration commission;
- 181 (3) The formation of the arbitration tribunal or the arbitration procedure was not in conformity with the statutory procedure;
- 182 (4) The evidence on which the award is based is forged;
- 183 (5) The other party has withheld the evidence which is sufficient to affect the impartiality of the arbitration; or
- 184 (6) The arbitrators have committed embezzlement, accepted bribes or done malpractice for personal benefits or perverted the law in the arbitration of the case.

185 The Peoples court shall rule to set aside the arbitration award if a collegial panel formed by the peoples court verifies upon examination that the award involves one of the circumstances set forth in the preceding paragraph.

Article 59

187

A party that wishes to apply for setting aside the arbitration award shall submit such application within six months from the date of receipt of the award.

Article 60

189

The peoples court shall, within two months from the date of accepting an application for setting aside an arbitration award, rule to set aside the award or to reject the application.

Article 61

191

If, after accepting an application for setting aside an arbitration award, the peoples court considers that the case may be re-arbitrated by the arbitration tribunal, it shall notify the tribunal that it shall re-arbitrate the case within a certain time limit and shall rule to stay the setting-aside procedure. If the arbitration tribunal refuses to re-arbitrate the case, the peoples court shall rule to resume the setting-aside procedure.

Chapter VI - Enforcement

193

Article 62

194

The parties shall perform the arbitration award. If a party fails to perform the arbitration award, the other party may apply to the peoples court for enforcement in accordance with the relevant provi-

195

sions of the Civil Procedure Law. The peoples court to which the application has been made shall enforce the award.

Article 63

If the party against whom the enforcement is sought presents evidence which proves that the arbitration award involves one of the circumstances set forth in the second paragraph of Article 217

of the Civil Procedure Law, the peoples court shall, after examination and verification by a collegial panel formed by the peoples court, rule to disallow the award.

Article 64

If one party applies for enforcement of the arbitration award and the other party applies for setting aside the arbitration award, the peoples court shall rule to suspend the procedure of enforcement.

If the peoples court rules to set aside the arbitration award, it shall rule to terminate the enforcement procedure. If the peoples court rules to reject the application for setting aside the arbitration award, it shall rule to resume the enforcement procedure.

Chapter VII - Special Provisions for Arbitration Involving Foreign Elements

Article 65

The provisions of this Chapter shall apply to the arbitration of dis-

putes arising from economic, trade, transportation and maritime activities involving a foreign element. For matters not covered in this Chapter, the other relevant provisions of this Law shall apply.

Article 66

Foreign-related arbitration commissions may be organized and established by the China Chamber of International Commerce.

A foreign-related arbitration commission shall be composed of one chairman, a certain number of vice chairmen and members.

The chairman, vice chairmen and members of a foreign-related arbitration commission may be appointed by the China Chamber of International Commerce.

Article 67

A foreign-related arbitration commission may appoint arbitrators from among foreigners with special knowledge in the fields of law, economy and trade, science and technology, etc..

Article 68

If a party to a foreign-related arbitration applies for preservation of the evidence, the foreign-related arbitration commission shall submit his application to the intermediate peoples court in the place where the evidence is located.

Article 69

A foreign-related arbitration tribunal may enter the details of the hearings in written records or make written minutes thereof. The

written minutes may be signed or sealed by the parties and other participants in the arbitration. 221

215 Article 70

216 If a party presents evidence which proves that a foreign-related arbitration award involves one of the circumstances set forth in the first paragraph of Article 260 of the Civil Procedure Law, the peoples court shall, after examination and verification by a collegial panel formed by the peoples court, rule to set aside the award.

217 Article 71

218 If the party against whom the enforcement is sought presents evidence which proves that the foreign-related arbitration award involves one of the circumstances set forth in the first paragraph of Article 260 of the Civil Procedure Law, the peoples court shall, after examination and verification by a collegial panel formed by the peoples court, rule to disallow the enforcement.

219 Article 72

220 If a party applies for enforcement of a legally effective arbitration award made by a foreign-related arbitration commission and if the party against whom the enforcement is sought or such party's property is not within the territory of the Peoples Republic of China, he shall directly apply to a competent foreign court for recognition and enforcement of the award.

Article 73

Foreign-related arbitration rules may be formulated by the China Chamber of International commerce in accordance with this Law and the relevant provisions of the Civil Procedure Law. 222

Chapter VIII - Supplementary Provisions 223

Article 74 224

If prescription for arbitration is provided by law, such provisions shall apply. In the absence of such provisions, the prescription for litigation shall apply to arbitration. 225

Article 75 226

Prior to the formulation of rules of arbitration by China Arbitration Association, arbitration commissions may formulate provisional rules of arbitration in accordance with this Law and the relevant provisions of the Civil Procedure Law. 227

Article 76 228

Parties shall pay arbitration fees according to regulations. 229
Measures for charging arbitration fees shall be submitted to the price control authorities for examination and approval. 230

Article 77 231

Regulations concerning arbitration of labor disputes and agricultural contractors contract disputes arising within the agricultural 232

collective economic organizations shall be formulated separately.

233 **Article 78**

234 If regulations governing arbitration promulgated prior to the implementation of this Law contravene the provisions of this Law, the provisions of this Law shall prevail.

235 **Article 79**

236 Arbitration institutions established prior to the implementation of this Law in the municipalities directly under the Central Government, in the cities that are the seats of the peoples governments of provinces or autonomous regions and in other cities divided into districts shall be reorganized in accordance with this Law. Those of such arbitration institutions that have not been reorganized shall terminate upon the end of one year from the date of the implementation of this Law.

237 Other arbitration institutions established prior to the implementation of this Law that do not comply with the provisions of this Law shall terminate on the date of the implementation of this Law.

238 **Article 80**

239 This Law shall come into force as of September 1, 1995.

Metadata

SiSU Metadata, document information

Document Manifest @:

http://www.jus.uio.no/lm/china.arbitration.law.1994/sisu_manifest.html

Title: China - Arbitration Law, 1994

Creator: MOFTEC

Rights: Copyright (C) 1994 MOFTEC

Publisher: SiSU <http://www.jus.uio.no/sisu> (this copy)

Date: 1994-08-31

Topics Registered: statute:China;arbitration:statute:China

Version Information

Sourcefile: china.arbitration.law.1994.sst

Filetype: SiSU text 2.0

Source Digest: SHA256(china.arbitration.law.1994.sst)=d9c5342433db1cae-00587bae5cd6929e3bd9b62bfd3f19eedc4d6d12ff539fa

Skin Digest: SHA256(skin_lm.rb)=5acda64a9532f9ef6b71693da2b471d4efac2f23-a8499e68de066eec8ea9b8e9

Generated

Document (dal) last generated: Wed Sep 01 13:28:07 -0400 2010

Generated by: SiSU 2.6.3 of 2010w30/3 (2010-07-28)

Ruby version: ruby 1.8.7 (2010-08-16 patchlevel 302) [i486-linux]